

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O monumento megalítico da Bela Vista (Colares,  
Sintra):**

**Um contributo para o conhecimento das práticas  
funerárias do 3º milénio a.n.e.**

**Volume I**

(Rui Pedro Gabriel Pina)

Tese orientada pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Catarina Sousa,  
especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em  
Arqueologia.

(2019)

*“Conhece-te a ti mesmo  
e conhecerás  
o universo e os deuses.”*

Sócrates

Gostaria de dedicar esta tese aos meus pais, Carlos Alberto da Silva Pina e Helena Maria Henriques Gabriel Pina, bem como ao meu irmão, João Carlos Gabriel Pina, que de longe foram as pessoas que desde o fim da minha Licenciatura em 2008, até hoje, me incentivaram e apoiaram mais para a realização do projecto de vida que tenho, do qual esta tese faz parte. Como não pode deixar de ser, dedica-la também a todos os restantes membros da minha família mais directa (Tia, Tio, Prima) que tanto apoiaram quer este projecto bem como, e bem mais importante, apoiaram sempre os meus pais e irmão em momentos cruciais da nossa vida dando-lhes força para me continuarem a apoiar a ser quem sou e quem quero ser.

A realização desta tese de mestrado teve como propósito a concretização pessoal do seu signatário bem como o seu crescimento enquanto investigador.

A primeira pessoa além família, a quem quero agradecer é sem dúvida a minha orientadora de tese, a professora Ana Catarina Sousa, quer pela sua infundável paciência, quer pela sua vontade extrema de querer ajudar e de querer ensinar. O gosto que demonstra pelo tema desenvolvido nesta tese, foi sem dúvida um dos factores que me motivaram a escolher este tema e a desenvolver este trabalho, bem como a finalizá-lo da melhor forma possível.

Um obrigado muito especial ao meu eterno amigo Pedro Carlos pela paciência que demonstra todos os dias ao manter-se fiel à nossa amizade (apesar de eu ser difícil de aturar!), apoiando-me em todas as fases da minha vida, mesmo que tal signifique usufruir menos do seu amigo, para que ele seja feliz!

Um grande Bem Haja para a minha primeira “chefa”, Eunice Pimpão, visto que se tivesse tido outro chefe que não ela no primeiro trabalho arqueológico que realizei, muito provavelmente não estaria aqui a escrever estas palavras.

Eternamente agradecido a todas as pessoas que me ajudaram nas minhas pesquisas, especialmente ao senhor José do Museu Geológico, que demonstrou ter uma paciência divina para aturar as minhas idas ao museu e os meus pedidos, sem me esquecer do Professor Ramalho que permitiu o estudo do acervo do monumento megalítico da Bela Vista.

Um agradecimento a todas as pessoas que não cabem nos agradecimentos individuais (porque já sabem que sou preguiçoso!), mas que por um motivo ou outro me incentivaram com as suas palavras: Tiago Góis, João Ninitas, José Malveiro, António Ferreira (Talhas), Joana Mourão, Mário Pinto, João Alegria, João Teixeira, Rita Barbedo, Nuno Santos, Régis Barbosa, Carla Antunes, Liliana Veríssimo.

Para finalizar da melhor forma, queria agradecer com toda a minha energia à minha fadinha que me levou a inscrever no mestrado em arqueologia em 2014, que me motivou para o continuar, me motivou para o aprimorar, me motivou para o finalizar, me motivou. Que me fez crescer enquanto pessoa, me fez crescer enquanto profissional, me fez crescer espiritualmente. Um obrigado eterno a ti, escrito para a História nestas palavras.

# INDICE

## VOLUME I

1. APRESENTAÇÃO	
1.1 Sítio e Objectivos	6
1.2 Metodologia	8
2. Investigações sobre 4º e 3º milénio a.n.e. e o Monumento da Bela Vista, Colares	
2.1 História das investigações arqueológicas em Portugal	11
2.2 Intervenção do sítio arqueológico da Bela Vista	15
3. Estudo Monográfico do Monumento Megalítico da Bela Vista	
3.1 Paisagem (Serra de Sintra)	17
3.2 Arquitectura	20
3.3 Antropologia/práticas funerárias	25
3.4 Faseamento. Construtores e utilizadores do monumento	27
3.5 Materiais arqueológicos	31
3.5.1 Pedra lascada	32
3.5.1.1 Núcleos	34
3.5.1.2 Produtos debitados	35
3.5.1.3 Lâminas óvoides	36
3.5.1.4 Raspadores	39
3.5.2 Pedra polida	41
3.5.3 Artefactos de Adorno Pessoal	44
3.5.3.1 Contas de colar	45
3.5.3.2 Botão	46
3.5.4 Artefactos em osso polido	47
3.5.5 Artefactos ideotécnicos	49
3.5.5.1 Artefactos votivos de calcário	51
3.5.6 Metalurgia	53
3.5.6.1 Cobre	54
3.5.6.2 Ouro	56
3.5.7 Materiais faunísticos	57
3.5.7.1 Fauna Mamalógica	58
3.5.7.2 Fauna Malacológica	58
3.5.8 Cerâmica	59
3.5.8.1 Cerâmicas lisas	62
3.5.8.2 Cerâmicas decoradas Calcolítico Inicial	65

3.5.8.3 Cerâmicas do Calcolítico Final/Campaniforme	66
3.5.8.3.1 Campaniforme do Monumento da Bela Vista	70
4. As práticas funerárias do 4º e 3º milénio na Estremadura	77
5. Bela Vista e a Serra de Sintra no Neolítico final e Calcolítico	86
5.1 Povoamento	87
5.1.1 Neolítico Final	87
5.1.2 Calcolítico Inicial e Pleno	88
5.1.2.1 Penha Verde	88
5.1.2.2 Olelas	90
5.1.3 Calcolítico Final com Campaniforme	91
5.2 Sepulcros do 4º e 3º milénio	93
6. Discussão	98
6.1 1ª metade do 3º milénio a.n.e.	99
6.2 2ª metade do 3º milénio a.n.e.	102
7. Concluindo	104
8. Bibliografia	106

## VOLUME II

## ANEXOS

# 1. Apresentação

## 1.1. Sítio e Objectivos

O monumento megalítico da Bela Vista localiza-se na serra de Sintra, concelho de Sintra, distrito de Lisboa. Implanta-se na encosta Norte da serra, junto à antiga estrada que liga Sintra a Colares. Ressalva-se a escolha do local para a sua implantação: numa encosta suave, com uma visibilidade óptima do território envolvente e com abundantes recursos naturais para a construção do monumento (encontra-se numa mancha de rochas graníticas de onde se pode recolher o material necessário para a construção do mesmo).

Este monumento foi intervencionado em finais dos anos 50 do século XX, por Octávio da Veiga Ferreira, João França e Vasco Fortuna, tendo-se considerando o sítio como um monumento megalítico construído pelas comunidades humanas que habitaram este território no 3º milénio a.n.e. Encontra-se, abrangido pela classificação da Paisagem Cultural de Sintra, Aviso nº 15169/2010, DR, 2ª série, nº 147, de 30-07-2010, inscrito na base do Património Mundial da UNESCO, inventariado no Endovélico com o CNS 19452, e no PDM de Sintra, com o nº 90 do SIG Património Arqueológico de Sintra.

A natureza funcional do sítio foi inicialmente questionada, onde os signatários da escavação levantaram as hipóteses, de este sítio ser “(...) um monumento pré-histórico, de tipo misto (...)” (Melo et al., 1961, p 237), tendo em conta a sua arquitectura e espólio recolhido à superfície. Após os primeiros trabalhos arqueológicos ficaram convencidos estar perante um monumento funerário, “(...) se não construído, pelo menos utilizado pelos homens da cultura do vaso campaniforme. (...)” (Melo et al., 1961, p 237).

A intervenção do sítio ocorreu em dois anos distintos – 1957 e 1959 - quando os signatários da escavação, procederam à escavação integral da câmara do monumento. Infelizmente não se registou convenientemente a relação existente entre os diversos materiais recolhidos, nem a sua proveniência exacta, mesmo relativamente aos materiais campaniformes, que, segundo os dados disponíveis, estavam em associação aos enterramentos encontrados no monumento, mas não existem informações sobre se

estariam acompanhados de cerâmicas lisas, quais ou qual o enterramento que teriam associados a ponta palmela, ou os fragmentos de punhal em cobre e mesmo os artefactos em ouro e osso (como por exemplo o botão em marfim).

Basicamente não existe registo que nos poderia permitir associar os materiais às diversas fases de utilização do monumento, o que nos leva a fazer um exercício comparativo com outros sítios arqueológicos da área em estudo de forma a tentarmos definir melhor a utilização deste monumento através do estudo dos materiais recolhidos.

No curto artigo publicado nas *Comunicação dos Serviços Geológicos*, os signatários da escavação fazem uma comparação com outros sítios conhecidos na região de Sintra em meados do século 20 e, de forma mais abrangente, relacionam o sítio, com as restantes “culturas” que se conheciam na Península Ibérica. No entanto, os conhecimentos disponíveis na época acerca das comunidades do 4º e 3º milénio, eram bem mais reduzidos do que hoje em dia, procurando-se através desta dissertação, dar uma nova leitura a este sítio arqueológico, único até ao momento na serra de Sintra e na Estremadura portuguesa.

Assim, a escolha deste monumento para estudo, prende-se pelo facto de este ser um monumento que não está devidamente estudado à luz dos conhecimentos actuais sobre o 4º e 3º milénio a.n.e., pretendendo-se assim, dar a conhecer à comunidade arqueológica um monumento que está “esquecido” há mais de 50 anos. A especificidade da sua arquitectura e a natureza do seu espólio, essencialmente campaniforme, assumem também especial importância para o estudo desta temática no Centro e Sul de Portugal.

Procuraremos neste trabalho, encontrar novas informações acerca do espólio recolhido, à luz dos conhecimentos actuais, com a expectativa de conseguirmos definir melhor o período de utilização deste arqueosítio e auferir sobre a sua possível evolução ao longo do tempo, integrando-o no conjunto de monumentos megalíticos, já conhecido da península de Lisboa e da região da Estremadura.

## 1.2. Metodologia

Ao se escolher o tema objecto de estudo desta dissertação, procurou-se recolher toda a informação referente ao arqueosítio, nomeadamente a breve notícia publicada em 1961, acerca das campanhas de escavação realizadas em finais do anos 50 do século 20 e a documentação gráfica dos materiais presentes no monumento megalítico da Bela Vista, publicados por Vera Leisner nos anos 60 as únicas publicações encontradas referentes ao arqueosítio em estudo. Não estão disponíveis outras documentações de arquivo relativas à escavação do monumento de Bela Vista nem no arquivo do Museu Geológico (actualmente em Alfragide) nem no Arquivo Leisner, o qual tem sido um importante recurso para compreender estas temáticas (Boaventura, 2009; Leisner, 1965, Sousa et al, 2016).

Procurou-se localizar o arqueosítio e proceder-se ao seu registo gráfico e fotográfico, bem como a uma prospeção da área envolvente de modo a despistar eventuais vestígios arqueológicos, no entanto tal não nos foi possível por o monumento se encontrar numa propriedade privada à qual não tivemos acesso. Realizou-se uma prospeção na área envolvente ao monumento, nos terrenos aos quais tivemos acesso e dessa prospeção, ressaltamos o facto de a área onde o monumento se localiza (vertente Norte da serra de Sintra), apresentar um coberto vegetal muito intenso, dificultando a identificação (ver Anexo) de outros vestígios arqueológicos.

O espólio que se recolheu deste monumento, encontra-se depositado no Museu Geológico, com o número de inventário 523, única fonte directa para estudar o sítio. O espólio mais abundante que se encontra no referido museu, é o cerâmico, seguido do espólio lítico (lascado e polido), faunístico, artefactos de adorno, metalúrgico e em osso. Estes materiais foram brevemente analisados pelos autores da escavação, tendo atribuído uma classificação tipológica aos materiais recolhidos, à luz dos conhecimentos da época.

Procura-se neste trabalho estudar o espólio recolhido, seguindo os critérios descritivos usados por outros investigadores que trabalharam esta temática na área da Estremadura. Foram usados os critérios descritivos de Ana Catarina Sousa (Sousa, 2010), Victor S. Gonçalves (Gonçalves, 2008 e 2009), Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva

(1974-76, 2014), Rui Boaventura (Boaventura, 2009), S. Forenbaheer (Forenbaheer, 1999) e João Luís Cardoso (Cardoso, 2010-11 e Cardoso et al, 2001/2002).

De forma geral, utilizaram-se os critérios descritivos e classificações tipológicas usadas por Ana Catarina de Sousa (Sousa, 2010) quer para as formas cerâmicas não decoradas, como para os elementos metálicos, osteológicos, líticos (lascados e polidos) e elementos de adorno pessoal.

Para as cerâmicas decoradas adoptaram-se os critérios descritivos e classificações tipológicas usados por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares para as cerâmicas campaniformes (1974-1977, 2014) e os critérios descritivos e classificações tipológicas usadas por Victor Gonçalves e Ana Catarina Sousa para as cerâmicas calcólicas de caneluras finas (Gonçalves, 1989; Sousa, 2010).

Adaptaram-se os desenhos de V. Leisner para as cerâmicas lisas e decoradas, apesar de termos procedido ao desenho de todos os fragmentos cerâmicos classificáveis, de forma a determinar as suas formas e possíveis diâmetros, cujos dados apresentaremos no capítulo das cerâmicas.

Relativamente aos restantes elementos pertencentes ao espólio do monumento megalítico da Bela Vista, como já referido anteriormente, o segundo conjunto mais abundante é o das peças líticas e optou-se por se representar graficamente todas as peças líticas (lascadas e polidas), com excepção dos restos de talhe e peças residuais, tendo sido usada uma ficha descritiva, seguindo os parâmetros descritivos utilizados por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2010).

Quanto aos artefactos de adorno pessoal, estes são o terceiro conjunto artefactual mais abundante, adoptaram-se os desenhos de V. Leisner para os perfis das contas de colar, bem como para as peças de ouro que não nos foi possível observar, e optou-se mais uma vez por inserir a fotografia das peças, bem como uma ficha descritiva.

O quarto conjunto artefactual mais representado, é constituído pelos elementos metálicos, adoptando-se os desenhos de V. Leisner das pontas de palmela, bem como se inseriu uma fotografia dos mesmos, não se tendo estudado os restantes elementos em

metal recolhidos por se considerarem como elementos não pertencentes ao conjunto funerário em estudo, já do Bronze Final, no entanto são descritos e contextualizados.

O espólio em osso polido é composto por apenas dois elementos considerados como artefactos. Procedeu-se ao seu registo fotográfico, e adaptaram-se os desenhos de V. Leisner (1965) para o furador em osso e para o botão com perfuração em V.

Relativamente ao espólio antropológico, é relativamente reduzido e demarca-se a ausência de ossos longos, registando-se apenas falanges, dentes e um fragmento pequeno da calote craniana. Este espólio foi estudado pela Dra. Liliana Carvalho e segue em relatório anexo a este trabalho.

O conjunto faunístico, composto por cerca de 49 elementos, devido ao facto de os seus contextos de recolha não estarem bem definidos e pelo facto de o sítio ser um local de abrigo, foi alvo de um estudo curto, tendo-se procedido à sua fotografia e descrição sumária no capítulo referente à fauna.

Devido ao facto do conjunto artefactual presente ser reduzido, optámos por um tratamento estatístico básico do material estudado, usando preferencialmente os valores reais e não os percentuais na realização deste trabalho.

## **2. Investigações sobre 4º e 3º milénio a.n.e. e o Monumento da Bela Vista, Colares (Sintra)**

### **2.1. Bela Vista e o Megalitismo de Sintra no historial das investigações arqueológicas em Portugal**

Pode dizer-se que a investigação da Pré-história em Portugal se iniciou como disciplina científica na segunda metade do século XIX, mais concretamente a partir do terceiro quartel do século XIX (Fabião, 1989 e 1999; Diniz e Gonçalves, 1993-94; Cardoso, 2002; Martins 2003 e 2007; Boaventura, 2009). Para o monumento em estudo, importa contextualizar o percurso da investigação arqueológica desde a Comissão Geológica do Reino (1857) até aos Serviços Geológicos de Portugal, organismo que enquadrou a intervenção no monumento da Bela Vista.

A «Comissão Geológica do Reino» foi criada em 1857, dirigida por Carlos Ribeiro e Francisco Pereira da Costa (Santos, 1980; Cardoso, 2002; Leitão, 2004; Carneiro, 2005; Boaventura, 2009) tendo procedido ao levantamento geológico de Portugal e de outros recursos naturais, e simultaneamente identificou e investigou diversos vestígios pré-históricos, quer escavando-os ou através de inventários para futuras investigações (Boaventura, 2009). Estas pesquisas continuaram mesmo após a sua dissolução em 1868, quando parte da colecção geológica e arqueológica foi transferida para a Escola politécnica, onde leccionava Francisco Pereira da Costa (Leitão, 2004; Boaventura, 2009).

Em 1869 a Comissão é recriada sob o nome de «Secção dos Trabalhos Geológicos», com a direcção de Carlos Ribeiro, assistido por Joaquim Nery Delgado, só iniciando as suas funções em 1870 (Leitão, 2004; Carneiro, 2005).

Fruto das perdas registadas em 1868, ou servindo como preparação para o «IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas», procedeu-se a uma intensa actividade de escavação que durou até à morte de Carlos Ribeiro em 1882

altura em que se nota um decréscimo nos trabalhos arqueológicos (Sousa, 1998; Boaventura, 2009). O contributo de Carlos Ribeiro para o estudo do Megalitismo de Lisboa é muito relevante, referindo-se as antas de Monte Abrão, Estria, Pedra dos Mouros, Carrascal, Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1, Batalhas, Casal do Penedo, Carcavelos; o *tholos* do Monge; nas grutas artificiais do Casal do Prado (Leisner, Zbyszweski e Ferreira, 1961; Soares, 2003), Folha das Barradas, Grutas naturais da Cova da Raposa/Cova Grande e Cova do Buiguino, do moinho da Moura, da Ponte da Laje, de Porto Covo e de Poço Velho (Boaventura, 2009, Sousa, 1998).

Os sítios referidos, intervencionados, têm os seus materiais depositados no Museu Geológico e Mineiro e tiveram notícia publicada (Boaventura, 2009).

Relativamente à qualidade dos trabalhos realizados, considera-se segundo os parâmetros da época em que foram realizados, cientificamente rigorosos e até percussores nalguns aspectos, como a aplicação do método estratigráfico evidenciado na gruta da Furninha por Nery Delgado (Delgado, 1884; Sousa, 1998; Boaventura, 2009) e o método de pesquisa de Carlos Ribeiro, como o Número Mínimo de Indivíduos, idade e sexo dos sepultados, algo que apenas se retomou a considerar em meados da década de 80 do século XX (Cunha, 2000; Sousa, 1998; Boaventura, 2009).

Podem-se ressaltar outros trabalhos associados aos serviços geológicos, como os de Francisco Oliveira e Paula (1884, 1886, 1889) e Alfredo Bensaúde (1884, 1889, 1897), o primeiro sobre ossadas humanas mesolíticas e neolíticas e o segundo sobre a natureza mineralógica de artefactos líticos ou a constituição dos artefactos em cobre (Boaventura, 2009).

Também o Museu Ethnographico Português de José Leite de Vasconcelos dedicou atenção ao tema do Megalitismo. Apesar de José Leite de Vasconcelos não ter desenvolvido directamente pesquisas arqueológicas desta temática em Sintra, destacam-se os trabalhos de Maximiano Apolinário, então seu adjunto, que desenvolveu escavações nos *tholoi* de S. Martinho (Apolinário, 1896), importantes pelo facto de terem sido os primeiros monumentos deste tipo a serem identificados na região da Estremadura (Sousa, 1998; Boaventura, 2009).

Fora do âmbito dos serviços geológicos, existem outros autores do século XIX que se debruçaram sobre a actividade arqueológica marcando, no entanto, o fim do século XIX e início do século XX com os seus trabalhos arqueológicos noutras regiões do país e com as suas correntes de pensamento. Autores como Philippe Augusto Simões, Sebastião Estácio da Veiga (Veiga, 1879 e 1886-91; Gonçalves, 1980; Cardoso e Gradim, 2004), Joaquim Possidónio da Silva (Martins, 2003 e 2005), A. Santos Rocha mas não se dedicam activamente a estudos sobre a investigação pré-histórica na região de Sintra,

Na primeira metade do século 20, ressalvam-se os trabalhos de Manuel Heleno na região de Lisboa e Alentejo (Heleno, 1933, 1942a, 1942b, 1956; Fabião, 1999; Cardoso, 2002; Rocha, 2005), do casal Leisner, sendo especialmente importante o volume dos *Megalithgraber der Iberischen Halbinsel* publicado em 1965 (Leisner, G., Leisner, V., 1943, 1959; Leisner, V., 1965).

Em meados do século 20 emerge uma nova fase de intensas pesquisas arqueológicas desenvolvida pelos Serviços Geológicos de Portugal, nomeadamente com G. Zbyszewski e Octavio da Veiga Ferreira., que identificam e escavam o monumento objecto de estudo desta dissertação.

Nascido em Lisboa no ano de 1917, O. Da Veiga Ferreira formou-se como engenheiro técnico de minas, em 1941 e iniciou a sua carreira na Comissão Reguladora do Comércio dos Metais, passando em 1944 para a Direcção-Geral de Geologia e Minas e em 1950, ingressou nos Serviços Geológicos de Portugal, onde desenvolveu vários trabalhos geológicos e arqueológicos, apoiado frequentemente por Georges Zbyszewski (Cardoso, 1997).

Foi como que um sucessor da investigação realizada em finais do século XIX, por parte dos investigadores da Comissão Geológica, realizando trabalhos sobre a fauna ictiológica, carcinológica e malacológica do concheiro da Moita do Sebastião – Muge, sobre a petrografia dos artefactos de pedra polida, sobre a mineralogia dos artefactos de adorno pré-históricos e sobre paleometalurgia (Boaventura, 2009; Sousa, 2010).

Publicou mais de 400 obras, onde trata de temáticas desde a Pré-história ao período visigótico, sem contar com os seus trabalhos de divulgação arqueológica e de investigação historiográfica (Cardoso, 1997). Teve o seu primeiro contacto com a arqueologia em 1932,

com os trabalhos realizados com Manuel Heleno, na necrópole de Carenque. Conhece Georges Zbyszewski, em 1941 num curso de arqueologia dado por Henri Breuil na Faculdade de Letras e passa a colaborar regularmente com este. Através de Zbyszewski e de trabalhos realizados na região de Lisboa e Sintra, contacta com Camarate França, com quem passa colaborar e de onde se destacam os trabalhos do monumento de Samarra (França et al., 1959) e do monumento da Bela Vista (Melo et al., 1961), este último objecto de estudo desta dissertação.

Para além destes, realiza muitos outros trabalhos sobre contextos sepulcrais do Neolítico e Calcolítico da região de Lisboa e Sintra, como os realizados em colaboração com Vera Leisner e George Zbyszewski nos monumentos de Casaínhos (Leisner et al., 1969) – Loures – e da Praia das Maçãs (Leisner et al., 1969) – Sintra -, e ainda os realizados com outros colaboradores, como o caso do monumento da Aqualva (Ferreira, 1953), das Pedras da Granja (Zbyszewski, et al.; 1977) e Tituarria (Cardoso, Leitão e Ferreira, 1987), trabalhos ligados aos Serviços Geológicos e que marcam a investigação pré-histórica na região em estudo na primeira metade e terceiro quartel do século XX (Sousa, 1998; Boaventura, 2009).

Relativamente ao último quartel do século XX e ao século XXI, as investigações sobre a Pré-história na região de Sintra têm relativamente esparsas mas significativas para o Neolítico antigo. O Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, tem desenvolvido investigações na Serra de Sintra em S. Pedro de Canaferrim (Simões, 1999; Simões, 2003) identificando-se os primeiros contextos do Neolítico antigo em altura. Foram também desenvolvidos pelo referido museu acções de valorização em monumentos megalíticos, nomeadamente na Anta do Carrascal (Jordão et al., 2017), o único monumento megalítico intervencionado no século XXI. A arqueologia preventiva permitiu identificar e escavar importantes contextos como o povoado do Neolítico final de Vale de Lobos / Belas Clube de Campo (Valente, 2006) e o povoado de Lameiras (Simões e Doriga, 2015; Davis e Simões, 2016). Foram ainda efectuadas revisões regionais para o Neolítico antigo (Simões, 1999) e para o Neolítico final e Calcolítico (Sousa, 1999).

De uma forma mais alargada, para a zona da península de Lisboa e Estremadura, é de referir as publicações de João Luis Cardoso sobre o povoado de Leceia, Penha Verde, Moita da Ladra (Cardoso, 1997-98 e 2011; Cardoso e Caninas, 2010), os estudos

realizados por Victor S. Gonçalves sobre as grutas artificiais do Estoril (Gonçalves, 2005a e 2005b), Alapraia (Gonçalves, 2005a e 2005b) e as grutas naturais de Poço Velho (Gonçalves, 2009) e Porto Côvo (Gonçalves, 2009). Reveste-se também de especial importância o estudo efectuado por Rui Boaventura (2009) sobre as Antas da Região de Lisboa no âmbito da sua tese de doutoramento. Na temática do povoamento deste período referem-se os trabalhos levados a cabo por M. Kunst sobre o Zambujal (Kunst, 2006 e 2010) e os trabalhos realizados por Ana Catarina Sousa na área da Ribeira de Cheleiros (Sousa, 1998, 2009, 2010).

## **2.2 Intervenção do sítio arqueológico da Bela Vista**

Relativamente à intervenção arqueológica do sítio da Bela Vista, esta ocorreu em dois anos distintos (1957 e 1959). Os signatários da escavação (J. Camarate França e Octávio da Veiga Ferreira) escavaram o monumento, em 1957 com uma “vala de reconhecimento dentro do monumento” (Melo et al., 1961) e posteriormente, procederam à escavação quer do interior quer do exterior do monumento, de onde recolheram os materiais arqueológicos objecto de estudo deste trabalho.

Os autores da escavação, consideraram três camadas estratigráficas existentes no monumento designado- as como, C1, C2, e C3.

As primeiras camadas (C3 e C2) estavam muito revolvidas: “...tudo estava a esmo, misturado pelas sucessivas depredações de que o monumento foi alvo.”(Melo et al., 1961, p.240), mas que a última camada (C1) atribuível (pelos autores) ao momento campaniforme e que era “(...) nitidamente pré-histórica (...)” (Melo et al., 1961, p.240), estava minimamente preservada “(...) estava também tocada nalguns pontos. No entanto, não sofreu nenhum revolvimento sério.” (*idem, ibidem*).

Os autores da escavação referem ainda que o sítio foi “pilhado” no período de tempo que passou entre as campanhas efectuadas, tendo sido subtraído algum espólio, nomeadamente artefactos em ouro: “No período que decorreu entre a abertura da vala de reconhecimento e as escavações que depois realizamos, alguém abusivamente procedeu a pesquisas dentro do monumento.” (*idem, ibidem*), e cuja acção, seguramente, também

alterou o registo do sítio e obviamente a recolha do seu espólio arqueológico. É importante e interessante ressaltar que os autores da comunicação, referem que os autores desta pilhagem deveriam ter alguns conhecimentos arqueológicos “(...). Quem o fez demonstrou possuir algumas luzes de arqueologia (...)” (Melo et al., 1961, p.241), e que, por este facto, a subtracção de parte do espólio do monumento certamente terá ocorrido. “(...)Por esse motivo, é quase certo que parte do espólio do monumento foi subtraída (...)” (*idem, ibidem*).

O autor salienta ainda que o facto de as pilhagens terem ocorrido apesar da intervenção estatal (Serviços Geológicos) “(...) onde serviços do Estado estavam procedendo a trabalhos (...)” (*idem, ibidem*), o que seria um assunto extremamente gravoso, a juntar ao facto de se terem identificado peças de ouro no local “(...)e onde se verificou a existência de peças de ouro. (...)” (*idem, ibidem*).

Após estes trabalhos o local foi como que “esquecido” pela comunidade arqueológica, sendo referido nalguns trabalhos, sobre os 4º e 3º milénio a.n.e. da região da Estremadura e sobre monumentos megalíticos. Não existem registo de intervenções no local após as intervenções já referidas, e as únicas publicações sobre o sítio são o artigo dos signatários da escavação (Melo et al., 1961) e a revisão de Vera Leisner (Leisner, 1965), onde se reproduz o espólio pré-histórico, descrito na comunicação feita sobre o monumento megalítico da Bela Vista e presente na colecção do museu geológico e mineiro que foi estudada.

É interessante o facto de o artigo publicado sobre os trabalhos realizados no monumento, ter como primeiro autor o proprietário da propriedade onde este se localiza e não o arqueólogo responsável pela escavação. Este facto remete-nos para a influência que alguns privados, poderiam ter na realização de trabalhos arqueológicos, quer condicionando-os ou por outro lado estimulando-os, por vezes, permitindo intervenções arqueológicas nos seus terrenos, com a condicionante de os próprios participarem.

Bem como demonstra a fraca legislação existente na época relativamente às intervenções arqueológicas realizadas no actual território português, bem como a subsequente publicação dos resultados, onde o signatário do artigo não é sequer arqueólogo e conseqüentemente não é o responsável pelos resultados obtidos, não obstante

é o autor do artigo publicado com os parcos resultados da intervenção no monumento da Bela Vista.

### **3. Estudo Monográfico do Monumento Megalítico da Bela Vista**

#### **3.1.Paisagem (Serra de Sintra)**

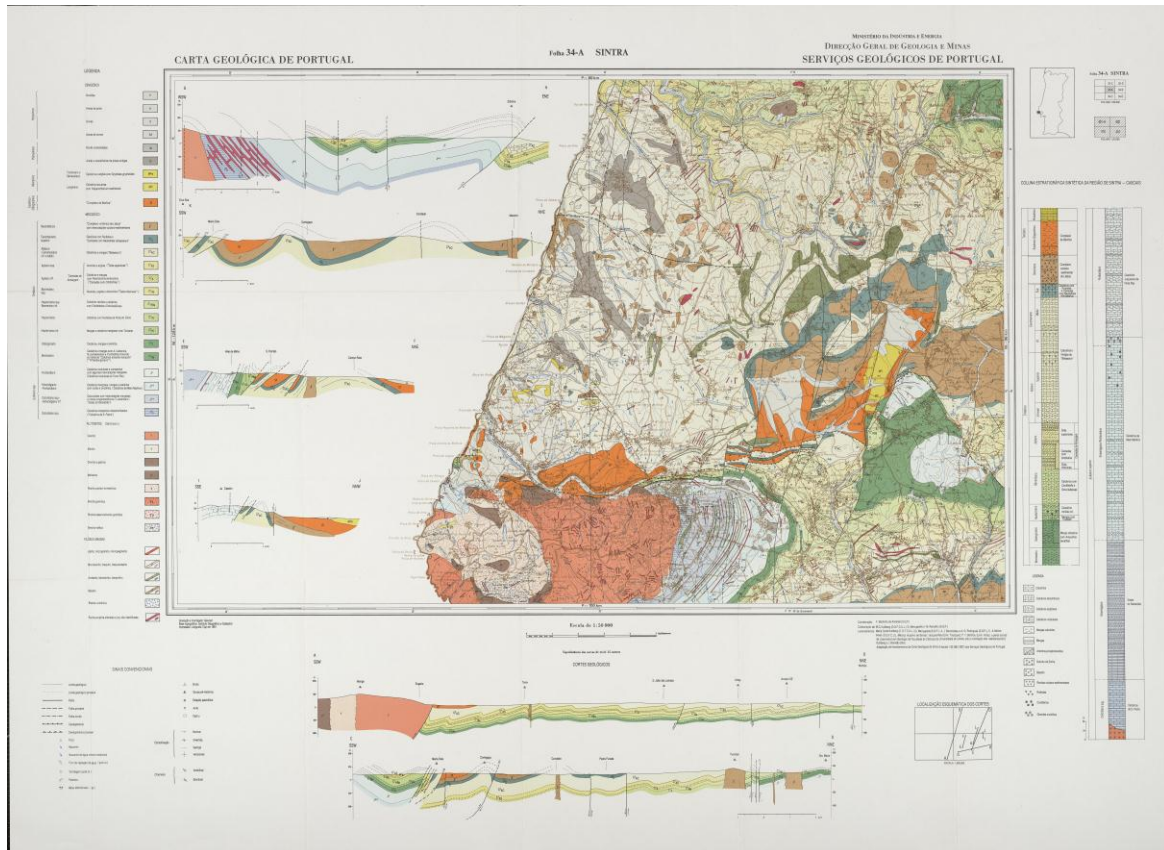
Segundo Orlando Ribeiro (Ribeiro, 1991), a região da Estremadura integra-se geologicamente no Sul de Portugal, fazendo a divisão entre Norte e Sul, no baixo vale do Mondego onde se pode observar a substituição gradual do carvalho alvarinho pelo carvalho português (Ribeiro, 1991, p. 151-152). A principal característica diferenciadora da Estremadura para o Alentejo, são o Maciço Calcário Estremenho – a Nordeste – e a Serra da Arrábida – a Sul -, que englobam relevos acidentados, conciliando-se elementos setentrionais e meridionais, criando paisagens diversas (Ribeiro, 1991, p. 154)

A península de Lisboa tem os seus limites definidos a Oeste pela costa Atlântica, a norte pela Serra de Montejunto, a Este pela Bacia Terciária do Tejo e a sul pelo estuário do Tejo, integrando-se na região da Estremadura (Ribeiro, 1991).

A Serra de Sintra é o único maciço montanhoso sub-cristalino da península de Lisboa e remontam ao final do século XIX os primeiros estudos geológicos, realizados por Paul Choffat (1885), tornando-se desde então objecto de estudo privilegiado.

Este maciço montanhoso de Sintra, constitui-se como um planalto litoral complexo que circunda o seu maciço eruptivo, constituído por um núcleo sienítico com um largo anel granítico e um anel descontínuado de gabro-diorítico, este mais representado a sul do que a norte, onde aflora perifericamente ao anel granítico (Kullberg et al., 2000) e tem cerca de 10 km de comprimento por 5 km de largura, orientada Este-Oeste, com um perfil irregular, sobressaindo na paisagem calcária que a envolve (Carvalho, 1994, p. 6).

A instalação do maciço de Sintra terá ocorrido no Cretáceo Superior (82 a 75 Ma aproximadamente) e terá atingido a sua altura actual no Terciário (P. Terrinha, A. Aranguren, M. C. Kullberg, E. Pueyo, J. C. Kullberg, A. M. Casas Sainz & C. Rillo, 2003).



**Mapa 1** – Carta Geológica da Serra de Sintra

Durante os episódios de instalação do Maciço de Sintra e a actividade vulcânica, não se registou actividade sedimentar significativa até à formação das rochas terciárias. Alguns desses depósitos resultaram da erosão de relevos pré-existentes, resultando em conglomerados e calcários argilosos e areníticos (Martins, 2004; Ferreira, 2005b; Boaventura, 2009), e foram aproveitados na pré-história para a escavação de cavidades sepulcrais (Simões, 1999; Ramalho, 2005; Boaventura, 2009), ocorrendo maioritariamente na orla fluvial e costeira da península de Lisboa e a norte-nordeste da serra de Sintra (Simões, 1999; Boaventura, 2009), onde se localiza o Monumento Megalítico da Bela Vista.

Os depósitos quaternários correspondem essencialmente a fenómenos marinhos e fluviais, que formaram várias cascalheiras de calhaus e areias, por vezes com os primeiros vestígios de actividade humana (Boaventura, 2009; Ramalho, 2005; Zbyszewski, 1964).

O nível médio do mar tem também implicações ao nível da geomorfologia e para Portugal aponta-se que o nível médio do mar estabilizou entre o 2º e o 1º milénio a.n.e (Dias, 1987; Simões, 1999; Neves, 2006; Oliveira, 2009), estabilizando também a hidrografia dos terrenos e as bacias hidrográficas associadas às linhas de água existentes, o que influencia o tipo de coberto vegetal e o tipo de fauna existente em determinada região, bem como o modo como se ocupa esse mesmo território.

Têm sido desenvolvidos estudos arqueobotânicos (carpológicos e antracológicos) para ocupações pré-históricas desta região (Queiroz e Leeuwaarden, 2001 e 2004; Hopf, 1981), como é o caso do povoado de São Pedro de Caneferrim (Simões, 1999), no contexto montanhoso de Sintra, que aponta para o Neolítico antigo, uma “(...)mata marescente de *Quercus faginea* de carácter mediterrânico, mas com zonação de espécies, associadas a áreas mais áridas ou húmidas, nomeadamente mata decídua ribeirinha (*Fraxinus angustifolia*, *Populus*, *Salix* e *Ulmus*), charnecas e matos rasteiros, podendo estas últimas corresponder a impacto humano relacionado com pastagens. (Queiroz e Leeuwaarden, 2001)” (Simões, 1999; Lopes-Doriga, 2011).

Outros estudos de Hopf e P. Queiroz apontam que o 4º e 3º milénio terá registado um acentuar do impacto da acção humana sobre o espaço natural, reduzindo-se o coberto florestal e aumentando as zonas de matagais e de charnecas – possivelmente por acção de desbravamentos e do uso dos terrenos como pasto para os animais (Hopf, 1981; Queiroz e Leeuwaarden, 2001 e 2004; Queiroz, 1999; Boaventura, 2009; Simões, 1999).

Dos vários trabalhos realizados sobre a serra de Sintra, até ao século XIX, não existem referências à existência de pinheiro bravo, sendo uma das árvores mais frequentes hoje em dia na Serra de Sintra e que cobre a área do monumento em estudo (Simões, 1999). São do século XIX as acções de reflorestação extensiva de dunas, charnecas e montanhas (Radish, 1991, p. 63; Simões, 1999) levando hoje em dia à “presença maciça de pinhal, com alguns indivíduos de origem alógena, acácias e eucaliptos” (Simões, 1999, p. 21). Anteriormente ao século XIX, a imagem de Sintra pauta-se por uma vegetação

rasteira, ocupada por rebanhos de cabras e ovelhas, com terrenos agrícolas a Norte da serra (Simões, 1999, p. 21).

### 3.2. Arquitectura

Para o monumento em questão, não podemos associar uma tipologia “clássica” para a sua arquitectura, visto ser um caso atípico quanto aos principais elementos tumulares.

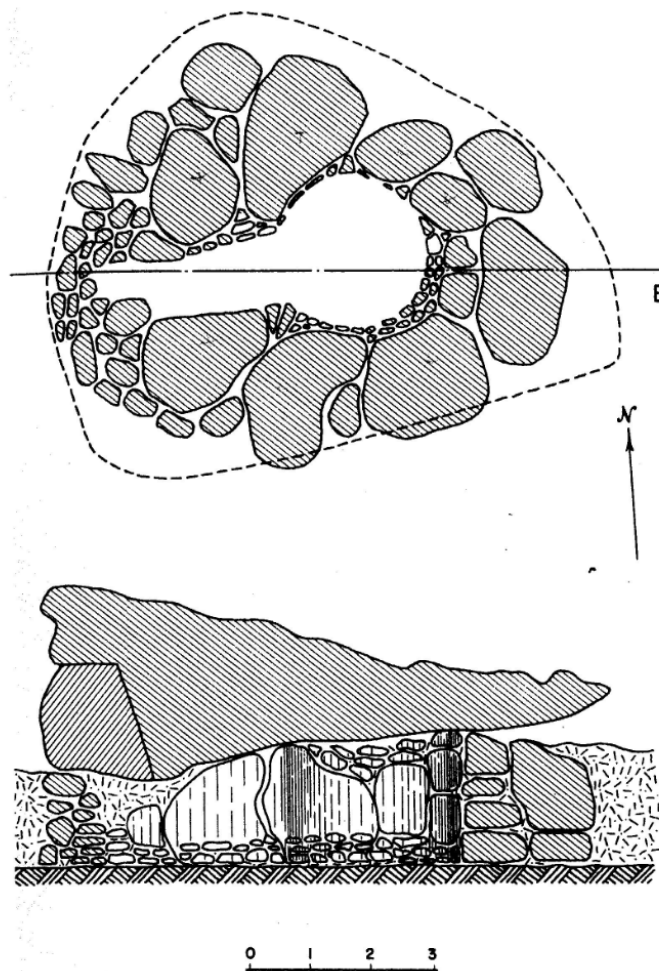


Imagem 1 – Desenho de A. Nunes realizado para Leisner, 1965

Genericamente designado como *tholoi*, estes monumentos costumam-se apresentar na região da Estremadura e Alentejo, com uma tipologia construtiva diversificada. Victor Gonçalves descreve os *tholoi* do território português genericamente como: “(...) monumentos efectivamente muito diferentes entre si, tanto em termos morfológicos como, muito possivelmente, cronológicos. Basicamente, todos têm uma cobertura em falsa cúpula, de onde, por vezes, serem referidos como «monumentos de falsa cúpula». Os corredores destes monumentos, geralmente longos ou muito longos, apresentam também variantes construtivas, podendo consistir em finos ortostatos ou em estruturas «tipo muro»” (Gonçalves, 2003, p. 335-336).

No entanto, na região da Estremadura, esta designação esbate-se um pouco visto que alguns dos monumentos identificados como *tholoi*, apresentam características próprias, incluindo a reutilização de monumentos funerários mais antigos.

Em termos gerais, os *tholoi* da Estremadura caracterizam-se por serem constituídos por câmaras tendencialmente circulares, de diâmetros variados, com paramentos em muro de pedra, estendendo-se pelo corredor e parcialmente escavados no substrato rochoso (Boaventura, 2009; Sousa, 2016). No Alentejo, embora surjam alguns monumentos com esta técnica construtiva, são mais abundantes as câmaras revestidas com lajes.

Um dos casos mais paradigmáticos na região de Lisboa e Sintra relativamente a esta última característica construtiva, é o caso da Praia das Maçãs (Gonçalves, 2003), uma vez que aqui se regista a sobreposição de uma câmara ocidental construída com parede de pedra seca sobrepondo-se a um hipogeu. Ainda antes das datações radiocarbónicas, esta sobreposição, a par da verificada em Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1952), evidenciou o carácter tardio dos *tholoi*, contrariamente ao que se inicialmente supôs.

Outros monumentos configuram a tipologia típica dos *tholoi* estremenhos como a Tituaria (Cardoso, 1996), Monge (Ribeiro, 1880) e até do caso específico desta tese de mestrado, Bela Vista (Melo et al., 1961).

O caso em estudo, apresenta-se, a nosso entender, como um caso atípico, mesmo considerando as características construtivas específicas que se conhecem para este tipo de monumentos na região da Estremadura, que passaremos a descrever:

### **a) *Tumulus***

A presença de *tumulus* é observada pelos autores da escavação, tendo sido escavada e registada de uma forma muito breve “(...) é envolvida pelos restos do que teria sido a sua gigantesca mamoa. Em toda a periferia se nota a existência de blocos de vários tamanhos e feitios, travados com muita terra de forma a fazer uma verdadeira barreira antes de se chegar ao recinto tumular. (...)” (Melo et al., 1961, p. 240). Assim, considerando a descrição do autor, parece que o *tumulus* associado a este monumento foi construído aproveitando os blocos graníticos, previamente seleccionados e que se encontravam no local e coberto por terra criando assim uma cobertura que abrangeria todo o monumento.

A utilização de uma couraça de pedras de grande dimensão para a cobertura dos *tholoi* não é muito usual, sendo mais característico o rebaixamento da área de implantação dos monumentos, para se depois construir o aparelho que os caracterizam, mas como nos encontramos num local onde existe muitos blocos de pedra e afloramentos rochosos, é possível que os construtores tenham aproveitado a matéria-prima disponível no local para a sua construção.

No entanto, como o registo relativo a estes elementos da escavação são pouco precisos, levantamos algumas reservas relativamente a esta questão.

### **b) Câmara e Corredor**

A câmara tem cerca de 3 m de diâmetro e cerca de 2 m de altura, segundo os dados disponíveis e apresentava um rebaixamento relativamente ao exterior, onde se construiu o aparelho de pedra seca. Este rebaixamento, não temos evidência se foi uma acção natural e posteriormente aproveitada pelas comunidades calcolíticas da região para construírem o monumento; ou se foi uma acção humana intencional, servindo como preparação para a construção do monumento naquele local. Uma das características dos *tholoi* no território português é o facto de a câmara e corredor se encontrarem semi-enterrados ou totalmente enterrados no subsolo (Gonçalves, 2003; Sousa, 2016), um facto que nos leva a considerar a hipótese de que o monumento em estudo segue a mesma tipologia construtiva.

Relativamente ao corredor, este tem cerca de 2.80 m / 3 m de comprimento e cerca de 0.8 m de largura e apresenta-se consentâneo com a tipologia apresentada para os

monumentos deste tipo da região estremenha, surgindo com um paramento em muro de pedra seca, que se prolonga desde a câmara até à entrada do monumento.

### **c) Cobertura**

A cobertura deste tipo de monumentos é caracterizada por serem construídas com “falsas cúpulas”, construídas em pedra ou com material perecível, como barro, restos vegetais, madeiras. Estas seriam suportadas com a colocação de “postes” no interior da câmara, previamente preparada para o efeito como se observa no monumento da Praia das Maças (Gonçalves, 1982/83), no monumento do Monte Cardim 6 (Valera et al., 2013) e no monumento de Montelírio (Molina et al., 2013; Flores et al., 2016).

No caso específico da Bela Vista, este monumento encontra-se associado a um grande monólito granítico (com cerca de 6 m), que se encontra apoiado noutros blocos de granito que afloram à superfície por toda a área, formando como que um abrigo natural. que foi utilizado ao longo dos tempos. Existe a hipótese de que a câmara deste monumento, não tenha tido uma cobertura perecível, e que o grande monólito servisse como cobertura para este; ou que as pedras que compõem a câmara, fossem elaboradas com mais fiadas de pedras que fechassem o topo do monumento, como se pode observar no *tholos* do Monge (Ribeiro, 1880; Leisner, 1965).

No entanto não temos evidências no registo da escavação, desse arranque estar presente no monumento em estudo; ou da existência de vestígios de barro cozido, ou restos vegetais em associação com restos construtivos (como se identificaram no *tholos* de Montelirio (Molina et al, 2013; Flores et al, 2016), nem vestígios de buracos de poste que pudessem sustentar a cobertura deste monumento (como no caso do Monte do Cardim 6 (Valera et al., 2013), no Baixo Alentejo, e no concelho de Sintra, na câmara Ocidental do monumento da Praia das Maças (Gonçalves, 1982/3; Boaventura, 2009) o que nos leva a questionar se realmente terá tido uma cobertura perecível.

Visto a intervenção arqueológica ter decorrido nos finais dos anos 50 do século XX, a informação disponível e as técnicas utilizadas na época, não nos permitem esclarecer algumas questões relativamente ao monumento, uma vez que as relações estratigráficas foram sumariamente descritas e são pouco precisas. Outro facto prende-se com as repetidas violações de que o monumento foi alvo, inclusive durante as campanhas de escavação, facto relatado pelos intervenientes da escavação que também perturbaram os contextos deposicionais encontrados no monumento e quem sabe, os contextos envolventes, o que limita uma leitura geral do sítio.

#### **d) Leitura possível**

Este monumento tem uma especificidade arquitectónica que os restantes monumentos megalíticos da região em estudo não apresentam: não é uma gruta natural ou abrigo e também não aparenta ser um monumento megalítico tipo ortostático. Os blocos graníticos e a construção associada pode ter conferido uma imagem semelhante a uma gruta, ou mesmo, semelhante a um monumento megalítico construído por comunidades antepassadas, tornando-se um local escolhido para os rituais funerários das comunidades do 3º milénio a.n.e. da serra de Sintra.

A sua visibilidade e localização estratégica foi certamente um factor que levou, para além das comunidades calcolíticas da primeira metade do 3º milénio, às comunidades campaniformes a usarem este espaço como local para os seus rituais funerários, reutilizando um espaço sagrado das comunidades que os antecederam e assim mantendo a sacralização de um espaço reconhecível pelas comunidades humanas que habitam este território.

Não existem indícios arqueológicos que comprovem ocupações anterior, nomeadamente do 4º milénio, quer como abrigo quer como sepulcro (ver capítulos 3 e 6).

De acordo com os dados arqueológicos mais recentes para a evolução construtiva dos monumentos megalíticos (Boaventura, 2009; Sousa, 2016; Mataloto, et al., 2017), cremos

que já durante o 3º milénio, é construído o aparelho em pedra seca conferindo-lhe um átrio definido e um corredor de acesso, sendo o local transformado num *tholos*, tornando-se então num verdadeiro monumento megalítico e um dos locais para os rituais funerários das comunidades calcolíticas da região.

Vestígios de falsa cúpula não foram identificados e visto o monumento ter uma enorme pedra como cobertura, é possível que não se tenha efectuado a construção da cúpula do *tholos* visto ela existir naturalmente, ideia reforçada pelo registo da escavação do sítio, já referida atrás. A sua localização no cume de uma vertente e a sua monumentalidade é um indicador, a nosso ver, de uma das suas características construtivas diferenciadora de outros monumentos tipo *tholoi* do território português (Sousa, 2016), visto que este tipo de monumentos, na região da Estremadura e Alentejo, costumam ser menos visíveis na paisagem por se encontrarem semi-enterrados ou mesmo enterrados e localizados a meia encosta ou fundo de vale (Boaventura, 2009; Sousa, 2016).

É interessante que os dois *tholoi* (Monge e Bela Vista) que se encontram na serra de Sintra estejam localizados no topo de uma elevação e que (no nosso entender) poderiam facilmente ser reconhecíveis, tanto pelas comunidades humanas que os utilizavam, como por outras comunidades que se deslocassem por este território, mesmo que estes se encontrassem cobertos, tal como as antas, (como sugere o autor da escavação) por uma couraça de pedras e terra, ou outro tipo de cobertura, como sucede no *tholos* do Barro (Torres Vedras).

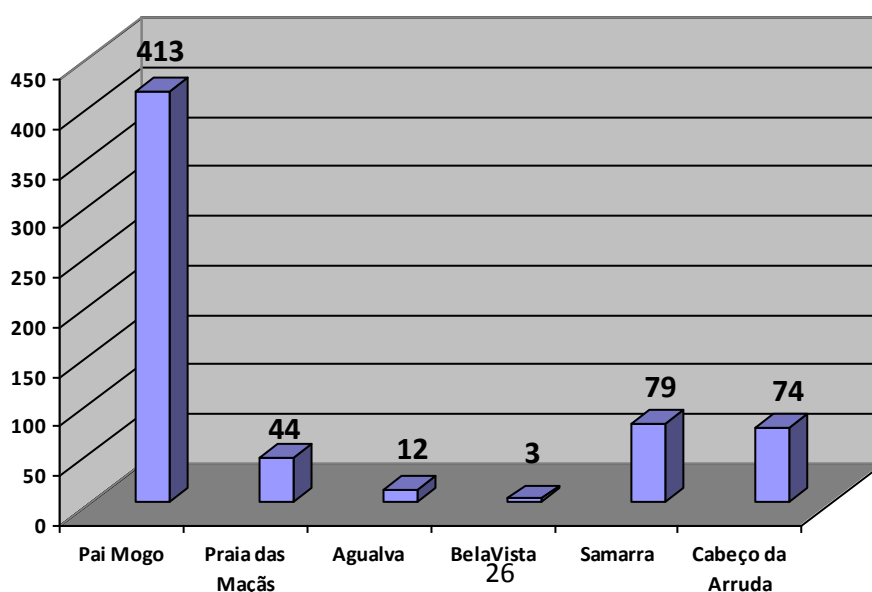
### **3.3. Antropologia / práticas funerárias**

Os restos osteológicos identificados pelos autores da escavação resumem-se a metacarpos, dentes e um fragmento de calote craniana, não se tendo recolhido nenhum osso longo neste sepulcro. Este facto mais uma vez vem confirmar a questão das repetidas violações de que o monumento foi alvo e levanta questões que serão debatidas no capítulo referente à discussão de resultados.

Segundo o estudo preliminar realizado pela Antropóloga Liliana Matias de Carvalho (CIAS), o número mínimo de indivíduos é de três de acordo com os dentes (únicos restos osteológicos humanos recuperados), o que para um sepulcro megalítico do tipo *tholoi* se revela baixo, para a região da Estremadura (Anexo 1.2).

Tendo em conta estudos antropológicos realizados para os monumentos megalíticos da região da Estremadura (Boaventura, 2009; Boaventura et al., 2013, 2014; Silva 2002; Silva e Ferreira, 2008, 2008a e 2008b; Silva et al., 2006, 2008, 2012, 2014), levados a cabo no âmbito de vários projectos de investigação, ressalta o facto de constatarmos de que os monumentos de tipo *tholoi* apresentam o maior número de inumações de todos os contextos funerários analisados.

Em Sintra, temos o caso do *tholoi* da Praia das Maças (NMI 44) e o caso do *tholos* da Aqualva (NMI 12), e já na Lourinhã, o caso excepcional de Pai Mogo (NMI 413), que conta com mais de quatro centenas de indivíduos sepultados. Outros dois monumentos da região de Lisboa foram analisados - Cabeço da Arruda 2 e Samarra - mas existem algumas reservas quanto à sua classificação de *tholoi*, no entanto apresentam números de enterramentos muito superiores (79 e 124, respectivamente) aos registados noutros monumentos megalíticos da região em estudo, o que nos leva a levantar a hipótese de serem usados num período onde os rituais funerários praticados se coadunam com os utilizados nos *tholoi*.



De referir que os estudos realizados sobre os restos osteológicos dos *tholoi* da Estremadura, têm presentes nos seus conjuntos osteológicos um número muito superior ao registado no monumento da Bela Vista, o que seguramente permite uma leitura melhor dos conjuntos. Considerando o *tholos* da Agualva, que apresenta um NMI de 14, o número de indivíduos presentes no monumento em estudo revela-se baixo, no entanto, se tivermos em conta o *tholos* de Paimogo, Lourinhã, onde o NMI atribuído ascende a uma centena de indivíduos, os números de inumações registadas no monumento da Bela Vista, parece ainda mais baixo; a juntar o facto de o espólio artefactual recolhido ser um conjunto que aparenta pertencer a um número de inumações nitidamente maior, reforça a ideia de este sepulcro se encontrar muito alterado em termos estratigráficos, na altura da sua intervenção.

Relativamente às práticas funerárias identificadas, os dados disponíveis não permitem caracterizar os contextos de primários ou secundários, mas o tipo de ossos que foram recolhidos evidencia um padrão que nos remete para uma acção em que os ossos longos e mais robustos (logo mais fáceis de identificar e retirar) foram recolhidos do local ficando para trás os restos osteológicos menos perceptíveis (ossos pequenos das mãos e pés, dentes).

A ausência de vértebras e costelas é bastante invulgar uma vez que usualmente estes ossos não são recolhidos pelo seu pequeno tamanho, no entanto, neste caso podem ter sido deixados no local e devido à sua textura/constituição podem ter sofrido processos tafonómicos que as fizeram desaparecer. A referida ausência de mais restos osteológicos leva-nos a crer que os restos osteológicos deste monumento foram subtraídos em épocas passadas, juntamente com algum do espólio mais reconhecível.

### **3.4. Faseamento. Construtores e utilizadores do monumento**

Devido ao facto de não dispormos de datações absolutas para este monumento, é o espólio arqueológico que nos permite avançar com uma proposta para o faseamento do sítio. Temos um número elevado de datas para os sepulcros do 4º e 3º milénios na

Estremadura, no entanto muitas sem contextos bem definidos, mas que permitem estabelecer um quadro geral de “fósseis directores” para as diferentes fases dos sítios (Gonçalves, 2003). Apesar das publicações de Bela Vista referirem três camadas, efectivamente nenhum material conserva a indicação de proveniência estratigráfica.

Consideramos que o espólio funerário recolhido deste arqueosítio pode subdividir-se em duas grandes fases, correspondentes a diferentes fases de utilização do sítio como monumento funerário:

- Fase 1 (Primeira metade do terceiro milénio a.n.e.);
- Fase 2 (2ª metade do terceiro milénio a.n.e.).

A Fase 1 corresponderá à fundação e construção do monumento funerário. Os indícios desta fase são alguns materiais que consideramos serem os elementos que nos remetem para os rituais funerários praticados no último quartel do quarto milénio a.n.e. e primeira metade do 3º milénio a.n.e., na região da Estremadura e Alentejo Central (Sousa, 1998 e 2010; Gonçalves, 2003 e 2008; Boaventura, 2009), caracterizado pelos ídolos calcários e elementos ideotécnicos (como os machados, lâminas, lamelas), bem como pela presença de cerâmicas caneladas, inclusive um fundo de um copo e fragmentos de duas taças com caneluras que podem ser integradas entre 2800-2600 a.n.e. (Gonçalves e Sousa, 2006; Sousa, et al., 2012).

Apesar de não haver datações para o sítio, os artefactos recolhidos no local, indicam uma cronologia fundacional não anterior ao 3º milénio, estando ausentes as placas de xisto, a pedra polida é extremamente escassa e está representada neste monumento por um machado de secção quadrangular (que segundo algumas teorias serão os mais recentes) (Boaventura, 2009), não tem a presença de geométricos (trapézios)

Tholoi	G	P	L	Lr	Ll	N	M	E	Gv	C	Fu	Al	Lg	Cl	Cc	Px	Pc	Ip	Lo	Ab	Vo	Av	Ic	Ia	Pe	Em
Aqualva				X	X					X	X			X	X		X		X			X	X			
Tituaria			X	X		X				X				X		X	X	X	X	X	X	X	X		X	
Pr das Maças O			X	X	X		?	?		X		X		X		X		X								
Monge				X	X									X	X				X							
Bela Vista				X	X	X	X			X	X			X	X				X				X			?
Pai Mogo 1	*		X	X	X	X		X		X		X		X	X		X		X	X	X	X	X	X	X	X

G – Geométrico; P – Pulseiras; L – Lâmina não retocada; Lr – Lâmina retocada; Ll – Lamela; N – Núcleo de lamelas; M – Machados E – Enxós; Gv – Goiva; C – Contas de colar; Fu – Furador osso; Al – Alfinete de cabelo com cabeçamaciça ou

postiça Lg – lagomorfos; Cl – Cerâmica lisa; Cc – Cerâmica com caneluras; Px –Ponta de seta convexa; Pc – Ponta de seta côncava; Ip –Idolo-placa; Lo – lâmina óvoide Ab – Grande ponta bifacial Vo – Vasos cilíndricos de osso; Av – Artefactos votivos de calcário; Ic – Idolos cilíndricos; Ia – Idolo almeriense; Pe –Pingentes/Pendentes Em – Elementos de adorno

**Tabela 1** – Tipo de artefactos recolhidos nos *tholoi* da Estremadura atribuíveis à 1ª metade do 3º milénio a.n.e. (adaptado de Boaventura, 2009)

A Fase 2 poderia ser subdividida em duas etapas, se levarmos em conta as técnicas decorativas que as cerâmicas campaniformes apresentam – marítimo e grupo palmela - no entanto optámos por considerar como pertencentes à mesma fase (2ª metade do 3º milénio - Campaniforme), visto que a falta de contextos bem definidos não nos permitir atribuir de forma segura dois conjuntos artefactuais diferenciados, atribuíveis a diferentes fases do período campaniforme.

Para a segunda fase, consideramos o período em que as comunidades humanas, do 2º quartel do 3º milénio a.n.e. da região de Lisboa e Sintra, utilizadoras deste monumento, começam a evidenciar a mudança operada com a influência campaniforme que se manifesta nos seus rituais funerários e no espólio usado nesses mesmos rituais, como as pontas tipo Palmela, o botão em osso, as peças em ouro bem como as cerâmicas campaniformes.

Podemos observar neste monumento a presença de cerâmicas decoradas de tipo campaniforme Internacional/Marítimo, com decoração pontilhada geométrica, presente nos vasos tipo “marítimo”/internacional e numa taça tipo “Palmela” também ela com decoração pontilhada geométrica, podendo integrar este conjunto entre a 2ª metade do 3º milénio e o último quartel desse milénio, se considerarmos o faseamento proposto por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva para as decorações do campaniforme desta região (Soares et al., 1974-1977; Silva, 2017).

Esta fase é caracterizada ainda por um conjunto artefactual cerâmico atribuível a uma fase onde os rituais funerários campaniformes já se encontram perfeitamente enraizados nas comunidades humanas deste território, onde associamos um fragmento de uma taça “Palmela”, com as decorações preenchidas a pasta branca, que nos remete para as influências de ciempuzuelos, às taças de tipo “Palmela Inciso” (Soares et al., 1974-77 e Silva, 2017) aos vasos Marítimos com decoração geométrica exclusivamente incisa (Soares

et al., 1974-1977 e Silva, 2017), que marca a fase mais tardia do fenómeno campaniforme, no último quartel do 3º milénio.

<b>Sítio</b>	<b><i>Campaniforme Marítimo</i></b>	<b><i>Campaniforme Inciso</i></b>	<b><i>Botões</i></b>	<b><i>Metalurgia Ouro</i></b>	<b><i>Pontas "Palmela"</i></b>	<b><i>Braçais de arqueiro</i></b>
<b>Bela Vista</b>	X	X	X	X	X	-
<b>Monge</b>	X	X	-	-	X	-
<b>São Martinho</b>	X	X	-	-	X	-
<b>Praia das Maças O</b>	X	X	-	-	X	-
<b>Agualva</b>	X	X	-	-	X	-

**Tabela 2** – *Tholoi* do concelho de Sintra e artefactos campaniforme presentes

O conjunto artefactual campaniforme presente no monumento em estudo, surge representado também, noutros monumentos megalíticos estudados na região de Lisboa e Sintra, com diferenças ténues do tipo de espólio em cada monumento, como são os casos da câmara ocidental da Praia das Maças, Agualva, Monge, São Martinho 1/2 e Bela Vista.

Poderíamos considerar ainda a sua utilização durante o 2º milénio e 1º milénio a.n.e., mas os dados recolhidos não nos permitem atestar o seu uso como monumento funerário, apesar de se ter recolhido um fragmento de uma fíbula de dupla mola, tipo “hallstead”, atribuível ao Bronze Final (Vilaça et al., 2017) e alguns fragmentos cerâmicos que a nosso entender se podem enquadrar já em épocas mais recentes, por estes apresentarem marcas de torno. A reutilização de monumentos funerários megalíticos durante o Bronze Final surge em muitos dos sepulcros estremenhos, nomeadamente em grutas ou em *tholoi*, como é o caso do Barro, Torres Vedras

### 3.5 Materiais arqueológicos

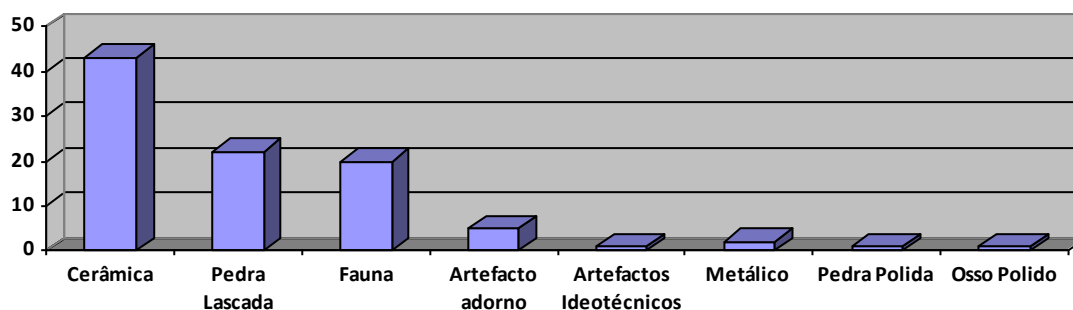
O conjunto artefactual presente no monumento da Bela Vista enquadra-se nos conjuntos publicados para os sepulcros Estremenhos e Alentejanos atribuíveis ao 3º milénio a.n.e., apesar de apresentar as suas características próprias que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes. O conjunto mais representado no monumento da Bela Vista, é o cerâmico, seguido pelo da pedra lascada, do faunístico, dos artefactos de adorno e ideotécnicos, metalúrgicos, de pedra polida e de osso polido.

Relativamente à cerâmica encontrada no monumento, é composta por um conjunto de 26 peças lisas e 17 peças decoradas, três atribuíveis ao Calcolítico Pleno e 14 atribuíveis ao período campaniforme. Das cerâmicas lisas não nos foi possível atribuir uma divisão entre o período não campaniforme e campaniforme, por razões que serão debatidas nos capítulos seguintes.

Quanto à pedra lascada, temos um conjunto composto por cerca de cinco lamelas retocadas, quatro lascas retocadas, quatro lâminas retocadas, quatro núcleos, quatro raspadeiras e uma lâmina ovoide. O conjunto de artefactos de adorno é composto por cinco contas de colar, enquanto o dos artefactos ideotécnicos se encontra representado por um ídolo fusiforme de calcário afeiçãoado.

O conjunto metálico encontra-se representado por uma ponta tipo “Palmela” e um fragmento de outra ponta tipo “Palmela”, enquanto que de pedra polida temos um machado e em osso polido temos um furador e um botão com perfuração em V.

Procederemos à descrição detalhada dos conjuntos referidos nos pontos seguintes e



tentaremos caracterizar o conjunto artefactual do monumento da Bela Vista, integrando-o nos conjuntos artefactuais usados nos rituais funerários das comunidades do 3º milénio.

Gráfico 2 – Conjuntos artefactuais do monumento da Bela Vista

### 3.5.1 Pedra lascada

Encontramos neste monumento, um pequeno conjunto de artefactos de pedra lascada que podemos associar aos rituais funerários praticados pelas comunidades calcolíticas que ocuparam a área em estudo, durante os finais do 3º milénio a.n.e. e 1º quartel do 2º milénio a.n.e..

Consideraram-se os critérios de classificação utilizados por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2010), embora o reduzido número de materiais analisados não permita efectuar uma leitura estatisticamente representativa.

Tholos da Belavista

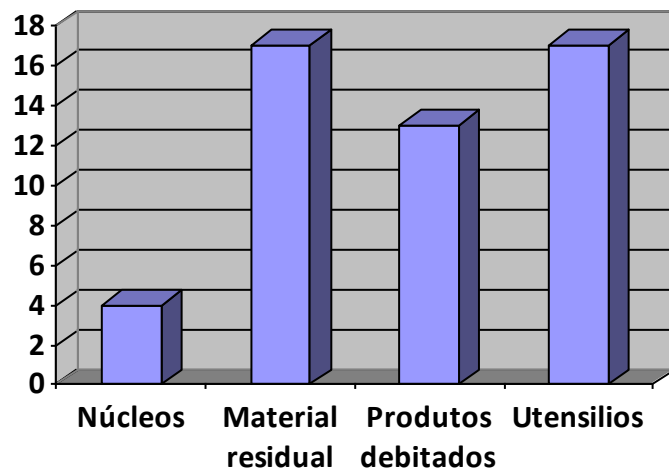
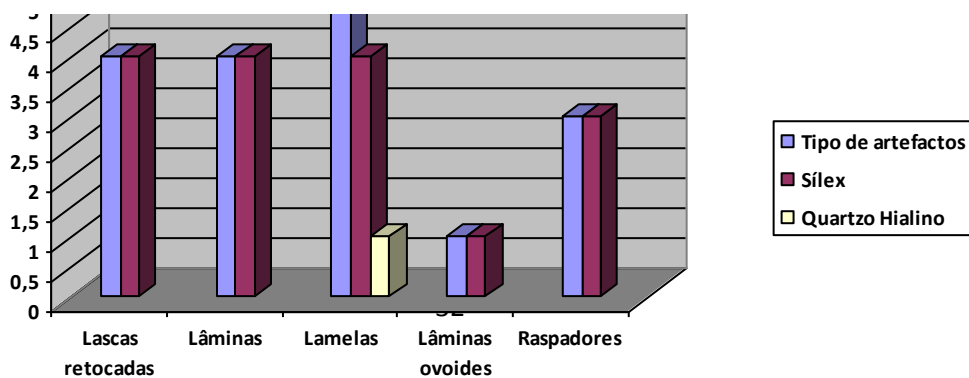


Gráfico 3 – Tipo e número de artefactos em pedra lascada do tholos da Bela Vista



**Gráfico 4** – Tipo de produtos debitados e matéria-prima em que são produzidos

O tipo de matéria-prima preferencial para a elaboração deste tipo de artefacto é o sílex, matéria-prima abundante na região portuguesa da Estremadura e na área da Península de Lisboa, não havendo outra região do país com tanta variedade, quantidade e qualidade (Forenbaher, 1999).

A Estremadura é vista como a fonte principal de sílex de Portugal, contrastando com a região do Alentejo, no entanto são muito escassos os locais de exploração mineira conhecidos para o período em estudo. A região de Rio Maior é uma das áreas de exploração de sílex conhecidas, mais usadas na Estremadura, surgindo muitas fontes de aprovisionamento desta matéria-prima, registando-se a sua presença em contextos arqueológicos de Norte a Sul de Portugal. Os sítios mais bem conhecidos de exploração de sílex desta região e publicados, são Olival do Passal (Zilhão, 1995) e Casas de Baixo (Zilhão, 1994; Forenbaher, 1999), locais que aparentam ser especializados na produção das grandes pontas foliáceas que caracterizam os finais do 4º milénio e inícios do 3º milénio a.n.e. (Sousa e Gonçalves, 2011).

O único caso conhecido do Sul de Portugal onde se comprova a exploração de sílex em contextos de minas, é o sítio de Campolide (Chofat, 1907), onde se identificaram galerias para a exploração desta matéria-prima, no entanto a sua integração nos contextos do 4º e 3º milénio é de difícil compreensão (Andrade e Matias, 2011; Sousa e Gonçalves, 2011). Os restantes sítios arqueológicos conhecidos na região de Lisboa e Sintra, para a exploração de sílex, são sítios abertos, caracterizados por recolhas de superfície e prospeções, como são os casos de Barotas (Cardoso e Costa, 1992), Monte do Castelo (Cardoso e Norton, 1997-98), Santana (Forenbaher, 1999), Pedreira de Aires (Andrade e Cardoso, 2004), Monte das Pedras (Andrade, 2011) e Cortegaça (Sousa, 1998). Na região de Mafra, cite-se o caso da mina de Casal Barril, identificada em contexto de arqueologia preventiva e datada da primeira metade do 3º milénio (Sousa e Gonçalves, 2011).

No caso específico do monumento da Bela Vista, a matéria-prima utilizada para a realização deste tipo de artefactos é o sílex (gráfico 2), com excepção de uma lamela produzida sobre quartzo hialino. As características visuais do sílex utilizado nestes artefactos apontam-nos para fontes de aprovisionamento regional e local. Relativamente ao fragmento de quartzo hialino, este pode ter uma origem local, visto encontrarmo-nos numa zona granítica onde o quartzo e quartzo hialino é abundante.

Comparativamente com contextos coevos, o conjunto é muito reduzido incluindo apenas quatro lascas retocadas, quatro lâminas, cinco lamelas, uma lâmina ovoide, quatro núcleos e três raspadores. Estão ausentes utensílios de pedra lascada que costumam estar associados a contextos funerários deste período como projéteis (pontas de seta, alabardas, pontas de dardo).

### **3.5.1.1 Núcleos**

Consideramos como núcleo um elemento pétreo de onde são extraídos suportes com várias morfologias, como lascas, lâminas e lamelas, através de debitagem ou redução, através de percussão - directa ou indirecta - ou através de pressão, seguindo os parâmetros descritivos enunciados na metodologia.

Neste conjunto estudado, analisaram-se vários aspectos: como a natureza da sua matéria-prima; o tipo de produtos extraídos (lâminas – quando se observam negativos de levantamentos laminares -, lamelas – quando não se observam negativos de levantamentos laminares e se observam negativos de levantamentos lamelares, mesmo que se observem levantamentos de lascas - e lascas – quando apenas se observam negativos de levantamentos de lascas consoante as características de levantamento observadas nos núcleos); o grau de extração dos núcleos; o seu plano de percussão; as dimensões apresentadas; e a sua tipologia (consideraram-se 3: Póliedrico, Discoide, Prismático)

As peças consideradas por nós como núcleos foram consideradas pelos autores da escavação como raspadeiras (Mello, et al., 1961). Consideramos dois dos cinco núcleos (nrº18 e 20) como núcleos de lamelas e dois deles (nrº19 e 21) como núcleo de lascas. Apresentam-se com uma forma irregular, à excepção do exemplar nº 21, que tem uma

tipologia discoide. A matéria-prima destes elementos é o sílex não contrastando com a de exemplares recolhidos em contextos funerários megalíticos da região de Lisboa e Sintra. No entanto relativamente aos núcleos de lamelas, a matéria-prima mais utilizada nos monumentos megalíticos da região em estudo, é o quartzo hialino (Boaventura, 2009), que não está presente neste conjunto.

Este tipo de peças não surge com muita frequência em contextos funerários do 3º milénio a.n.e. estando no entanto, presente em contextos habitacionais do mesmo período (Sousa, 2010 e Cardoso et al., 2013).

Os núcleos estudados na realização deste trabalho, apresentam como matéria-prima o sílex, não surgindo nenhum noutro tipo de material e apresentam todos um grau de extração extenso. Os planos de percussão são todos facetados e apresentam uma tipologia poliédrica em três deles (Nº 18, 19, 20) e discoide (Nº 21).

Os núcleos têm dimensões compreendidas entre os 1,4 cm e os 2,3 cm de comprimento, 1,1 cm e os 2,1 cm de comprimento máximo do eixo de debitação, 1,9 cm e 3,1 cm de largura e 1,1 cm e 1,4 cm de espessura.

### **3.5.1.2. Produtos debitados**

Considerando o reduzido conjunto em análise, analisamos conjuntamente todos os produtos debitados: suportes alongados (lâminas e lamelas) e na categoria das lascas. Contabilizámos cerca de nove artefactos do tipo lâmina e lamela - todos eles com retoque, e 17 lascas, três retocadas - e 14 lascas não retocadas. A matéria-prima em que são produzidos é maioritariamente o sílex (24 das 25 peças), mas contamos com um exemplar de quartzo hialino no conjunto das lamelas

As lâminas apresentam um comprimento variável entre os 3 cm e os 4,3 cm, largura compreendida entre os 1,3 cm e os 2 cm e uma espessura entre os 0,28 cm e os 0,60 cm. Relativamente às lamelas, têm um comprimento entre os 1,45 cm e os 3,7 cm, uma largura de 0,2 cm e 1,15 cm e uma espessura entre os 0,1 cm e os 0,5 cm. O retoque das peças analisadas deste tipo, do conjunto em estudo é maioritariamente oblíquo e

abrupto, bem como apenas se encontrar na face posterior. Apenas um exemplar (9) apresenta um retoque rasante e bifacial, correspondendo à lamela produzida em quartzo hialino, único exemplar de uma matéria-prima que não é o sílex (gráfico 4).

Relativamente ao tipo de fractura que estas peças apresentam, como podemos observar no gráfico abaixo, temos uma lâmina e uma lamela com uma fractura proximal e duas lamelas com fracturas distais e considerados como acidentais.

Assim, apenas uma lâmina e três lamelas, apresentavam sinais de fracturas, estando o restante conjunto inteiro, o que não deixa de ser estranho visto serem peças tão frágeis num sepulcro que a nosso entender sofreu algumas violações e reutilizações ao longo do tempo, o que permitiu que as distinções entre os dois tipos de peça se faça segundo parâmetros seguros.

As lascas retocadas têm dimensões compreendidas entre os 1,4 cm e os 4,6 cm de comprimento, entre os 1,7 cm e os 2,95 cm de largura e uma espessura entre 0,3 cm e 1,8 cm, enquanto que os “restos de talhe” não têm um comprimento superior a 1 cm e uma espessura de 0,4cm.

Relativamente ao tipo de retoque que apresentam, as lascas analisadas, apresentam-se com um retoque de tipo oblíquo e rasante (três exemplares - 10, 11, 13) e retoque abrupto (um exemplar – 12); bem como todos os exemplares têm apenas o retoque na face posterior

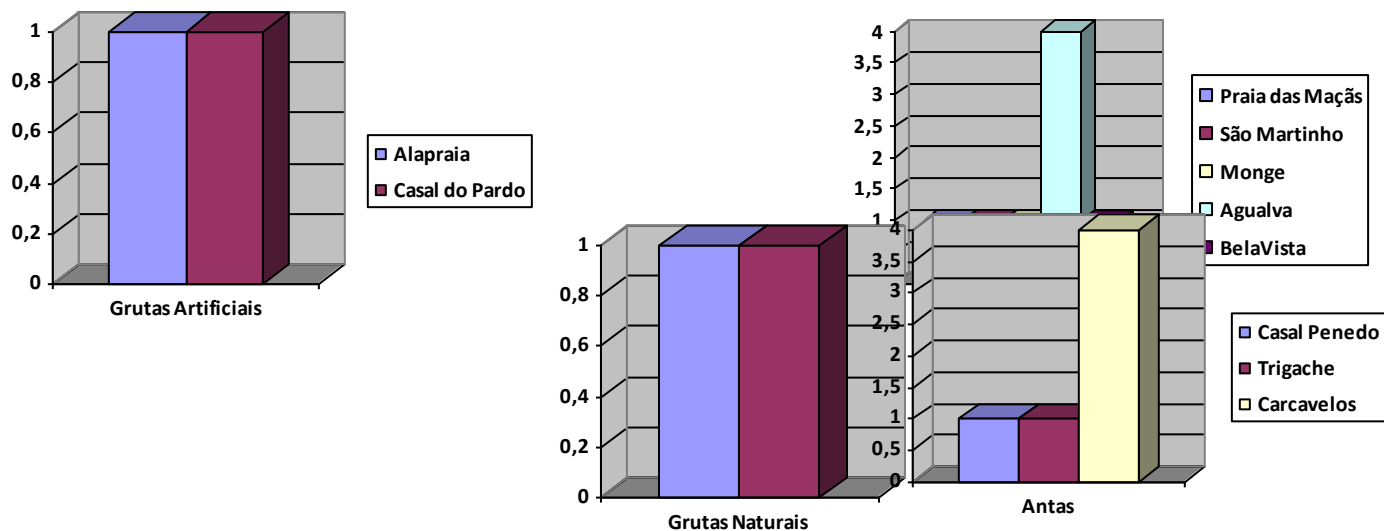
### **3.5.1.3 Lâminas óvoides**

Está presente no conjunto artefactual em análise, uma peça que consideramos, segundo os parâmetros de S. Forenbahe (Forenbahe, 1999) e segundo a designação adoptada por Rui Boaventura (Boaventura, 2009), e por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2004) como uma lâmina ovoide, caracterizada por um retoque total e bifacial. Adoptámos esta designação de modo a diferenciar das grandes pontas foliáceas bifaciais de retoque total, que se encontram maioritariamente em contextos funerários da Estremadura e Alentejo (Boaventura, 2009; Forenbahe, 1999; Sousa, 2004 e 2010).

A função deste tipo de peças é usualmente atribuída a diferentes tipos de funcionalidade, não havendo um consenso relativamente à sua função. Segundo alguns estudos elaborados nos anos 80, por E Serrão e E. Vicente (Serrão e Vicente, 1980), estas peças serviriam tanto para cortar, como para afiar e nalguns casos até para raspar, portanto seriam basicamente utensílios multiusos. No entanto, estudos mais recentes sobre este tipo de peças, demonstram que estas lâminas óvoides têm uma função de corte matéria vegetal maioritariamente, servindo como elementos de foices e de outros instrumentos utilizados na actividade agrícola (Ignacio et al., 2014)

Forenbaher (1999) definiu o nome de “ovoid bifaces”, por considerar que a sua funcionalidade ainda não estava esclarecida, adoptando um nome menos comprometedor. Já nos estudos realizados por Marina Araújo Igreja, no âmbito da tese de doutoramento de Rui Boaventura (2009), os resultados obtidos para as lâminas analisadas, apontam para o trabalho de matéria vegetal no caso de duas delas, e as restantes não apresentam marcas de uso (Boaventura, 2009). O facto, de não apresentarem marcas de utilização pode-se dever ao facto, de estas provirem de contextos funerários e poderem ter sido propositadamente produzidas para esse efeito (Boaventura, 2009, p. 239), como acontece com as grandes pontas bifaciais já referidas anteriormente (Boaventura, 2009; Forenbaher, 1999; Sousa, 2004, 2010); já as que apresentam marcas de utilização podem ter sido usadas no ritual funerário que acompanhou a deposição dos indivíduos ou terem tido alguma utilidade enquanto utensílio.

Este tipo de peças surge em grande número nos povoados do 3º milénio da região estremenha e em baixo número em contextos funerários da região Estremenha (Cardoso, 1994; Forenbaher, 1999; Boaventura, 2009; Sousa, 1998, 2004 e 2010). Regista-se a sua presença em alguns monumentos megalíticos do 4º e 3º milénio, da região de Lisboa e Sintra, como nos *tholoi* da Praia das Maças, no de São Martinho, no do Monge e no da Bela Vista; nas antas de Casal Penedos, Trigache 3 e Carcavelos, bem como nas grutas (artificiais e naturais) de Alapraia 2, Casal do Pardo, Correio-Môr, Poço Velho, como se observa nos gráficos seguintes.



Gráficos 5, 6, 7 e 8 – Contextos funerários de tradição megalítica da região de Lisboa com presença de lâminas óvoides

A sua maior frequência nos *tholoi*, já tinha sido ressaltada por G. Gally e colaboradores (Gally et al., 1973), e cronologicamente estas têm sido atribuídas ao Calcolítico Inicial e Pleno, através dos dados recolhidos em povoados calcolíticos da região estremenha, única região onde surgem em contextos habitacionais como já referidos (Cardoso, 1994; Forenbaheer, 1999; Boaventura, 2009; Sousa, 2004 e 2010).

A peça de Bela Vista tem 1,9 cm de altura, 3 cm de largura e 0,6 cm de espessura, e a sua matéria-prima é o sílex, tal como a grande maioria das peças analisadas por Forenbaheer no seu estudo, não se tendo realizado nenhum estudo de traceologia nesta peça.

	Bordos	Estado	Tipo de retoque	Face	Suporte	Alterações térmicas
<b>Lâmina ovoide</b>	Divergentes	Inteiro	Rasante	Bifacial	Lasca	Integral

Tabela 3 – Características Foliácea “lâmina ovoide” rectangular do conjunto analisado

O exemplar analisado para este estudo, encontra-se inteiro apesar das suas reduzidas dimensões, apresentando um retoque rasante, em ambas as faces, conferindo-lhe um perfil plano convexo. É produzido sobre lasca, não apresentando serrilha visível e apresenta alterações térmicas semelhantes às registadas nos restantes produtos debitados.

### **3.5.1.5 Raspadores**

Este tipo de peças têm uma larga diacronia (Sousa, 2010), tendo como função principal a raspagem de materiais. No conjunto estudado, considerámos que alguns dos núcleos (nº 12 e nº 14) e outros suportes não estandardizados, possam também ter tido essa mesma funcionalidade.

Dos 10 elementos considerados como raspadeiras, pelos autores da escavação considerámos apenas a presença de quatro raspadeiras no nosso conjunto. Considerámos que três das 10 raspadeiras eram núcleos (não excluimos o seu uso como raspadeira a posteriori) e outras três como suportes não estandardizados.

Relativamente às quatro raspadeiras (nº inventário 15, 16, 17 e 18), apresentam-se com um comprimento variável entre os 1,60 cm e os 2,44 cm, uma largura compreendida entre os 1,75 cm e os 2,78 cm e uma espessura que vai dos 0,10 cm aos 1,71 cm. Duas das peças (Nº 15 e Nº 16) apresentam-se com uma frente em leque, com retoque bifacial e com gume convexo; outra (Nº 18) apresenta-se com uma frente semicircular, de retoque rasante, na face superior, com gume convexo meio círculo; a última peça (Nº 17) considerada como raspadeira tem como base um SNS, de formato quadrangular e é constituído por uma frente simples, com um gume rectilíneo.

A matéria-prima destes artefactos em pedra é o sílex, que após observação directa das suas características, é de origem regional, surgindo sílex quer da península de Lisboa quer da zona de Rio Maior.

### **3.5.1.6 Leitura Geral**

Os monumentos tipo *tholoi* apresentam um conjunto artefactual com semelhanças entre eles muito grandes, surgindo pequenas diferenças entre o espólio que se regista nas diferentes regiões onde estes se identificaram (Gonçalves, 2003). Os conjuntos artefactuais de pedra lascada que surgem neste tipo de monumentos, são compostos por elementos

artefactuais que se encontram ausentes do conjunto estudado, como os casos das pontas de seta, das grandes lâminas bifaciais em sílex (Sousa, 2004), que se acredita ter o seu centro produtor na Estremadura (Sousa, 2004 e 2010; Gonçalves, 2008; Boaventura, 2009; Sousa et al., 2012), ou as lâminas retocadas de grandes dimensões que surgem em contextos funerários deste período, como os que encontramos em alguns dos *tholoi* da região de Sintra (Praia das Maças; Agualva; Monge, São Martinho), quer nos *tholoi* do Alto Alentejo (Gonçalves, 1989 e 2003) e Baixo Alentejo (Russo e Sousa, 2017).

O conjunto de pedra lascada, presente no monumento megalítico da Bela Vista, atribuível à 1ª metade do 3º milénio a.n.e., apresenta-se assim algo diferente dos encontrados noutros monumentos funerários do mesmo tipo: apresenta peças de dimensões reduzidas, com retoques unifaciais e não totais das peças, com excepção de uma lâmina ovoide, com retoque total e bifacial, que surge maioritariamente em contextos habitacionais do 4º e 3º milénio (Cardoso, 1994; Sousa, 1998 e 2010).

Segundo as investigações realizadas para os conjuntos líticos lascados do 3º milénio presente nos monumentos tipo *tholoi*, os produtos em pedra lascada têm tendência para ficarem mais longos e com retoques totais bifaciais (Boaventura, 2009; Gonçalves, 2003), facto que não se comprova no conjunto da Bela Vista, considerando o conjunto recuperado.

A presença de núcleos de lamelas neste contexto, também é interessante, visto não ser um dos produtos que estão associados a monumentos funerários, mas sim a contextos habitacionais (Cardoso, et al., 2013; Sousa, 2010), se bem que se regista a sua presença residual em algumas antas da região de Lisboa, reocupadas no 3º milénio a.n.e., no entanto estes são maioritariamente em quartzo hialino (Boaventura, 2009).

Em contrapartida encontram-se ausentes do conjunto da Bela Vista as tipologias, que surgem sistematicamente em contextos funerários deste tipo, que são as grandes pontas bifaciais de sílex - que surgem maioritariamente na região da Estremadura - (Boaventura, 2009; Forenbaher, 1999, Sousa, 2010), bem como as pontas de seta que caracterizam também as deposições artefactuais funerárias deste período (Gonçalves, 2003).

A fraca presença de materiais líticos em Bela Vista poderá ainda ser o reflexo da cronologia tardia da utilização funerária deste monumento. Com efeito, parece registar-se uma redução na importância das oferendas de artefactos de pedra lascada associada a fases mais evoluídas do Calcolítico com ou sem campaniforme. Essa situação encontra-se patente nos

*tholoi* do Baixo Alentejo Interior (Russo e Sousa, 2017), nomeadamente em Centirã 2 (Henriques et al., 2013).

### **3.5.2 Pedra polida**

Os artefactos em pedra polida são comuns nos monumentos megalíticos, surgindo em todo o território peninsular, representados por machados, goivas, enxós, materiais associados às sociedades camponesas do 4º milénio a.n.e. e o 3º milénio a.n.e. (Gonçalves, 2003, Boaventura, 2009; Sousa, 2004 e 2010)

Em pedra polida, o sítio em estudo apenas tem um artefacto deste tipo: um machado de anfíbolito, com secção rectangular.

Noutros monumentos megalíticos do concelho de Sintra, os artefactos de pedra polida surgem em maior número. Normalmente, os exemplares de secção rectangular são considerados mais recentes do que os de secção circular (Boaventura, 2009), no entanto ambos os tipos podem ter coexistido no mesmo período de tempo, e terem sido usados nos mesmos rituais funerários, sendo uma questão pouco definida (Cardoso, 1999-2000; Boaventura, 2009). Os que nos surgem na região de Lisboa e mais concretamente em Sintra, são produzidos em anfíbolito, rochas comuns do Alto e Baixo Alentejo, mas ausentes na região em estudo.

O facto de estas peças em pedra polida serem produzidas numa rocha não existente na região de Lisboa ou Estremadura, mas comum no Alentejo, demonstra a troca cultural existente entre estas duas regiões e consequentemente os contactos regionais entre as comunidades humanas da região do Alentejo e da região da Estremadura como referido por diversos investigadores (Cardoso, 1999-2000, 2017; Boaventura, 2009, Sousa e Gonçalves, 2011).

Existem outras peças em pedra polida que normalmente surgem nos sepulcros funerários megalíticos do quarto e terceiro milénio a.n.e. da região de Lisboa e Estremadura, como as enxós ou goivas, que se encontram ausentes no monumento em estudo, sendo no entanto mais comuns aos rituais funerários praticados ainda nos finais do

4º milénio, mais associados às grutas naturais e artificiais bem como às antas, no entanto a sua frequência em termos numéricos nos contextos de Lisboa e Sintra é muito escassa.

<b>Antas</b>	<b>Machados</b>	<b>Enxós</b>	<b>Goivas</b>
<b>Carrascal</b>			
<b>Pedras Grandes</b>	X	X	
<b>Arruda</b>	X		
<b>Trigache 4</b>			
<b>Trigache 2</b>	X	X	
<b>Casal do Penedo</b>	X	X	
<b>Carcavelos</b>	X	X	
<b>Pedra dos Mouros</b>	X		
<b>Monte Abraão</b>	X		
<b>Estria</b>			
<b>Casainhos</b>	X	X	
<b>Pedras da Granja</b>	X	X	X
<b>Conchadas</b>	X	X	
<b>Trigache 1</b>	X		
<b>“” 3</b>	X	X	
<b>Alto Toupeira 1</b>			
<b>“” 2</b>		X	

**Tabela 4** – Antas da região de Lisboa e Estremadura com a indicação de presença/ausência de artefactos pedra polida do tipo Machados, Enxós e Goivas

<b>Grutas Artificiais</b>	<b>Machados</b>	<b>Enxós</b>	<b>Goivas</b>
<b>Folha Barradas</b>			
<b>S. Pedro Estoril1</b>	.	X	
<b>S. Pedro Estoril 2</b>	X	X	X
<b>Alapraia 2</b>	X		
<b>Alapraia 4</b>			
<b>Casal do Pardo 1</b>	X	X	

Casal do Pardo 2	X	X	X
Casal do Pardo 3	X	X	
Casal do Pardo 4	X	X	
Cabeço Arruda 1	X	X	
<b>Grutas Naturais</b>			
Salemas	X	X	X
Salamandras	X		
Poço Velho	X	X	X
Porto Covo	X	X	
Correio- Mor	X	X	
<b>Verdelha dos Ruivos</b>			
Lapa do Bugio	X	X	X
Lapa da Furada	X	X	
Lapa do Fumo			

Tabela 5 – Grutas artificiais e naturais da península de Lisboa com artefacto de pedra polida

<i>Tholoi</i>	Machados	Enxós	Goivas
Praia das Maças O	X	Ind.	O
Bela Vista	X	O	O
Agualva	O	O	O
Monge	O	O	O
São Martinho 1/2	X	O	O

Tabela 6 – Artefactos de pedra polida nos tholoi de Lisboa e Sintra

Para Bela Vista, poderíamos pensar que os artefactos de pedra polida, poderiam ter sido subtraídos aquando das violações de que o monumento foi alvo, visto serem peças que possivelmente seriam mais procuradas logo a seguir aos artefactos produzidos em material precioso. Contudo, o panorama da escassez de pedra polida é comum nos outros *tholoi*, o que parece indicar que os rituais funerários fossem já outros e logo os defuntos serem acompanhados com um espólio diferente. Como podemos observar na tabela apresentada, a sua frequência em *tholoi* é muito reduzida, ao contrário do que sucede com

as grutas artificiais e naturais apresentadas na tabela 5, onde em praticamente todas encontramos um artefacto deste tipo.

### **3.5.3. Artefactos de Adorno Pessoal**

Nos finais do 4º milénio, inícios do 3º milénio, emergem mudanças nos sistemas mágico-religiosos das comunidades humanas do nosso território (Gonçalves, 2008; Sousa et al., 2012), que refletem as mudanças socio-económicas ocorridas também neste período. Com estas mudanças económicas e sociais que surgem neste período, também os artefactos de adorno pessoal começam a sofrer alterações, complexificando-se em termos de matérias-primas, tipologias e motivos decorativos.

Dentro dos artefactos de adorno atribuíveis a comunidades humanas deste período, incluem-se peças de vestuário, como botões em osso ou marfim; peças para o cabelo, como os alfinetes (osso/marfim) de cabeça postiça e fixa; amuletos como os pendentos e as figurinhas zoomorfas; contas de colar, produzidas em âmbar e variscite.

Estes elementos de adorno surgem quer em contextos funerários, quer em contextos habitacionais da região de Lisboa e Estremadura. Os artefactos de adorno pessoal são contudo mais frequentes em contextos funerários, muito provavelmente por serem elementos exógenos, com um valor simbólico muito elevado, usadas maioritariamente para rituais funerários ou ligados às crenças espirituais/religiosas das comunidades que os utilizavam (Sousa, 2010).

O conjunto artefactual correspondente a artefactos de adorno do *tholoi* da Bela Vista é composto por seis contas de colar e um elemento de vestuário que nos remetem para as mudanças, sócio-económicas ocorridas nos finais do 4º milénio e inícios do 3º milénio a.n.e. (Gonçalves, 2008; Sousa et al., 2012).

Nos últimos anos, têm-se elaborado diversos estudos arqueológicos sobre os artefactos de adorno (Odriozola et al., 2010, 2013 e 2016; Rios et al., 2011; Schumacher et

al., 2007 e 2009;), incidindo maioritariamente sobre os materiais exógenos e sobre as suas possíveis fontes de aprovisionamento (Odriozola et al., 2010, 2013 e 2016). Tem-se tentado perceber de que forma estes materiais arqueológicos chegam a zonas onde não existem evidências de exploração, ou evidências sequer da existência destas matérias-primas. Os resultados destes estudos, indicam-nos que estes produtos chegam ao actual território português integrados nas redes de comércio existentes entre as comunidades humanas dos finais do 4º e inícios do 3º milénio a.n.e., percebendo-se nalguns casos, que estes chegam ou como produtos acabados, ou como matéria-prima em bruto, transformada localmente, como o caso do marfim estudado por Schumacher e Cardoso (Schumacher et al, 2007 e 2009).

#### 3.5.3.1. **Contas de colar** (Cerâmica e Pedra verde)

O elevado número de contas em matéria-prima exógena (âmbar e variscite) encontrados em necrópoles, contrasta com o reduzido número das recolhidas em povoados do 4º e 3º milénio da região estremenha e mais concretamente da região de Sintra (Odriozola et al., 2013). Este dado arqueométrico pode ser indicador de que estes elementos de adorno produzidos com material de excepção, não seriam usados no quotidiano das populações e estariam reservados para os rituais funerários praticados pelas comunidades do 3º milénio a.n.e. (Sousa, 2010).

Das fontes de exploração de variscite conhecidas na Península Ibérica, as que têm uma exploração comprovada de variscite por comunidades humanas no período em estudo, é a mina de Pico Centeno e de Can Tintorer, Espanha (Odriozola et al, 2015), de onde provém uma grande parte da matéria-prima utilizada para a realização destas contas de colar, encontradas em contextos Estremenhos portugueses e Alentejanos (idem, *ibidem*). Os autores da escavação consideraram uma das contas encontradas como sendo de âmbar, o que não se comprovou, visto todas as contas identificadas e estudadas serem ou de cerâmica ou de variscite (Odriozola et al, 2013).

Os componentes em pedra verde deste monumento integram-se numa categoria apenas, o das contas de colar (Gonçalves, 2008, p. 519; Sousa, 2010, p. 347) sendo composto por

três contas integradas em duas categorias tipológicas (Gonçalves, 2003; Sousa, 2010) quanto à sua forma:

- Discoide troncoelipsoidal
- Barril

Do reduzido conjunto, duas das contas pertencem à categoria discoide troncoelipsoidal (conta 1 e 4 – ficha em anexo) e a restante à categoria Barril (conta 2 – ficha em anexo) cujas perfurações de todas as contas, são de forma cilíndrica, sendo um conjunto muito homogéneo.

Em termos de dimensões, os diâmetros da conta 1 é de 0,8 cm e o da conta 4 de 0,6 cm, sendo bastante semelhantes. Relativamente à conta 3, a sua altura é de 1,4 cm, e apresenta uma espessura máxima de 0,5 cm e largura de 0,9 cm. Todas as contas em pedra verde apresentam uma superfície polida e a conta tipo barril apresenta ambas as faces aplanadas por esse polimento (Fichas em anexo).

Relativamente aos componentes de adorno produzidos em cerâmica que se encontram no nosso conjunto, integram-se também eles, na categoria das contas de colar. O conjunto é composto por 3 contas de cerâmica integradas em duas categorias tipológicas quanto à sua forma:

- Discoidal simples – dois exemplares de cerâmica vermelha
- Esferoidal simples – 1 exemplar de cerâmica negra

<b>Nº Inventário</b>	<b>33</b>	<b>33.1</b>	<b>34</b>
<b>Tratamento superfície</b>	Inexistente	Polido	Inexistente
<b>Diâmetro</b>	0,9 cm	0,5 cm	1 cm
<b>Diâmetro da perfuração</b>	0,2 cm	0,4 cm	0,7 cm
<b>Altura</b>			
<b>Largura</b>			
<b>Espessura</b>	0,3 cm	0,1 cm	0,1 cm

**Tabela 7** – Contas de cerâmica presentes no *tholos* da Bela Vista

### 3.5.3.2. Botão

O botão em marfim referido na bibliografia (Melo et al, 1961) não se encontrava no conjunto presente no Museu Geológico, no entanto temos a sua reprodução gráfica presente nos trabalhos de Vera Lesiner e a sua descrição feita na breve comunicação sobre o sítio (Melo et al., 1961). Apesar de não ter sido analisado, foi classificado como marfim, como aliás sucede para a maior parte dos botões deste tipo.

O uso do marfim está atestado desde pelo menos o 4º milénio a.n.e. (Schumacher et al, 2007 e 2009), mas de forma mais intensa a partir do início do 3º milénio, chegando ao nosso território como um produto acabado (Schumacher et al., 2009) ou chegando como um produto em bruto que depois é transformado localmente (Schumacher et al, 2007 e 2009).

O autor da escavação do monumento em estudo descreve um botão “...com dois triângulos equiláteros opostos por um dos vértices e ligados por uma área de contorno ovalar; dois furos a meio, fundidos num só por destruição do septo.” (Melo et al., 1961, p. 243), que é em tudo enquadrável com os restantes encontrados no actual território português (Boaventura, 2009; Gonçalves, 2003 e 2005b; Schumacher et al., 2007 e 2009) e enquadra-se no conjunto campaniforme que encontramos neste monumento. Este apresenta as dimensões de 2,5 cm de comprimento, largura na parte central de 2 cm e uma espessura de 0,3 cm.

Acredita-se que este tipo de artefacto está associado ao fenómeno campaniforme (Schumacher et al., 2009; Gonçalves, 2017; Silva, 2017), surgindo nos monumentos megalíticos da região de Lisboa e Sintra, como nas antas de Carcavelos, Conchadas, Monte Abrão e Pedras da Granja (Boaventura 2009) e nos *tholoi* da Agualva, Praia das Maças e Monge (Leisner, 1965), bem como no restante território português onde se identificou presença campaniforme.

#### **3.5.4. Artefactos em osso polido**

Este é um tipo de artefactos extremamente diversificado nos contextos estremenhos e com escassos estudos realizados, talvez fruto da dificuldade de classificação tipológica e da dificuldade em identificar alguns “fósseis directores” e

evolução formal, visto serem utensílios que têm um “(...) papel importante nas comunidades do 4º e 3º milénio, em continuidade com uma presença documentada desde o Paleolítico inferior” (Sousa, 2010, p. 227).

Estão associadas a múltiplas tarefas do quotidiano como raspar, perfurar, cozer, encabamento de peças líticas e metálicas, artefactos de adorno pessoal e do mundo sagrado. Estes podem ter uma importância particular, por poderem ser alvo de uma datação directa, importante para o estudo de conjuntos provenientes de escavações antigas, como são os casos das datações sobre alfinetes de cabelo de João Luís Cardoso e A. Monge Soares (Cardoso e Soares, 1995) ou do povoado da Parede, Cascais (Gonçalves, 2005).

Para os artefactos em osso polido da região de Lisboa e Estremadura temos de referir, os estudos de Maria Salvado (1999 e 2004), para povoados abertos e fortificados como para algumas necrópoles; os estudos sobre as caixas e cabos em osso de Leceia (Salvado e Cardoso, 2001/2002), bem como dos artefactos de utensilagem comum (Cardoso, 2003).

O conjunto de artefactos em osso polido do monumento megalítico da Bela Vista é muito reduzido, composto por apenas dois artefactos: um furador / punhal em osso de cervídeo e um botão com perfuração em V, atrás mencionado.

Considerado como um punhal/cabo de punhal pelos autores da escavação (Melo et al, 1961), atribuímos uma nova designação a este artefacto de osso, seguindo os critérios de classificação usados por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2010, p. 229) e os de João Luís Cardoso para o povoado de Liceia (Cardoso, 2003):

- *furadores obtidos pelo seccionamento oblíquo da diáfise de ossos longos*: de grande dimensão onde a diáfise encontra-se seccionada obliquamente, apresentando a parte articular distal, um seccionamento transversal. Apresenta-se totalmente polido e uma robustez considerável, com cerca de 14,4 cm de altura, 6 cm de largura na parte não perfurante, 1 cm na ponta perfurante e cerca de 1,8 cm de espessura.

Este tipo de artefacto tem uma diacronia muito longa, estando presente em contextos funerários e habitacionais desde o Neolítico Médio até ao Calcolítico Pleno (Salvado, 1999; Cardoso, 2003) da península de Lisboa, no entanto são mais comuns em contextos habitacionais, surgindo representados em muitos poucos contextos funerários da península de Lisboa (Salvado, 1999, tabelas da p.133) e em nenhum atribuível ao 3º milénio. Estes são maioritariamente produzidos em ossos longos de bovinos ou caprinos e mais raramente em ossos de cervídeo (Cardoso, 2003), como é o caso específico do artefacto da Bela Vista, factor que pode ter levado a este artefacto a ser considerado um objecto que tivesse uma importância especial e ter acompanhado algum enterramento realizado no monumento.

### **3.5.5. Artefactos ideotécnicos**

Na 1ª metade do 3º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religioso que coexistem em diferentes regiões do nosso território (Gonçalves, 2008):

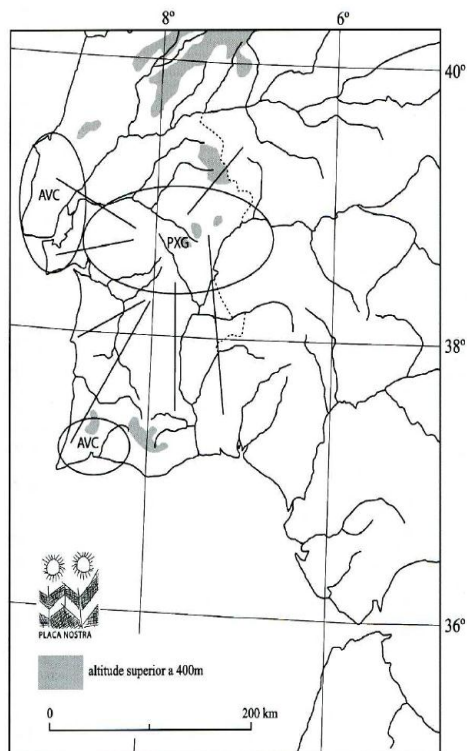
- Um de origem mais antiga, local, consubstanciado na deposição de placas de xisto antropomorfizadas junto aos enterramentos;
- Outro de cariz mediterrâneo que consiste maioritariamente no uso de artefactos votivos de calcário nos rituais funerários com enquadramento crono-cultural de matriz mediterrânica;

Relativamente ao primeiro subsistema referido, acredita-se que este tem uma origem «indígena» mas no entanto, as informações sobre este, cingem-se ao facto de incluir a prática ritual de associar aos defuntos uma imagem protectora, consubstanciada nas placas de xisto gravadas, com componentes decorativos geométricos ou geometrizantes, que têm vindo a ser sistematicamente estudadas no âmbito do projecto PLACA NOSTRA (Gonçalves, 2008; Sousa e Gonçalves, 2012). A área central de origem das placas de xisto gravadas e do complexo mágico-religioso associado terão o Alentejo como área nuclear, surgindo também em menor número na Estremadura e no Algarve. Esta prática ritual apresenta-se dinâmica, evoluindo ao longo dos últimos séculos do 4º milénio a.n.e. e 1ª metade do 3º milénio a.n.e, quer em forma, como provavelmente em significado, cuja fase mais recente é caracterizada pelo surgir de uma «imagem dentro da imagem». A placa antropomorfizada representa a imagem globante, a Deusa-Mãe e a

imagem incluída, representa um Jovem Deus, que surge figurado também nos ídolos almerienses ou ídolos chatos (Gonçalves, 2003 e 2008; Sousa e Gonçalves, 2012).

O segundo subsistema que se conhece é caracterizado pelo uso de artefactos votivos de calcário, associados maioritariamente às deposições funerárias e crê-se que têm dois centros de origem em Portugal: um na Península de Lisboa (que apresenta a maior diversidade formal e maior número deste tipo de artefactos) e outro no Algarve Ocidental. Estes artefactos votivos de calcário assumem formas e significados diferentes dos das placas de xisto gravadas ou de grés, apesar de partilharem componentes gráficos similares, como os triângulos preenchidos com retícula ou os símbolos da Deusa (Gonçalves, 2003 e 2008; Sousa e Gonçalves, 2012). Este sistema mágico-religioso tem as suas influências e difusão no Mediterrâneo, área que apresenta este «gosto pelo calcário» (Gonçalves, 2008) e que assume no 3º milénio e mesmo no 2º um papel importante em torno deste mar e nas suas ilhas (Gonçalves, 2003 e 2008; Sousa e Gonçalves, 2012).

Desta tipologia artefactual, encontramos na Península de Lisboa e Estremadura, os ídolos cilíndricos, os ídolos afuselados ou fusiformes, as lúnulas (Gonçalves, 2003), peças tipo “pinha” (Leisner, 1965; Cardoso et al., 1996a, 2001-02 e 2003); os recipientes de calcário (Gonçalves, 1995 e 2003), os almofarizes para ocre vermelho (Gonçalves, 1995, 2003 e 2008), as placas encurvadas lisas (Boaventura, 2009; Leisner, 1965; Gallay et al., 1973; Cardoso et al., 1996 e 2003) e as enxós encabadas.



Casos excepcionais deste tipo de artefactos importa referir as sandálias recolhidas na gruta de Alapraia, «o peso de balança» e a cabeça de maçã» da gruta do Correio-Mor, a insígnia de Pai Mogo, o «tentáculo de polvo» de Carenque, as placas encurvadas da Praia das Maçãs, o «cadinho» de Alcalar 2, as esferas do *tholos* da Praia das Maçãs, entre outros (Gonçalves, 2003).

Os artefactos votivos/ideotécnicos da região de Lisboa e Estremadura correspondem a um conjunto tipológico diversificado, onde se incluem os ídolos-placa, báculos, os artefactos em osso e os artefactos votivos de calcário (Barreto, 1999; Leisner, 1965; Gonçalves, 2003e, 2005b, e 2008b). Estes surgem no contexto do complexo mágico-religioso falado anteriormente, representando entidades e crenças que as comunidades do 3º milénio destas regiões teriam, apesar de se encontrarem algumas representações de artefactos técnicos nos conjuntos de artefactos votivos de calcário (Gonçalves, 2003), encontrando-se na sua esmagadora maioria em contextos funerários (Gonçalves, 2003 e 2008; Boaventura, 2009).

No sub-capítulo seguinte iremos focar a nossa atenção nos artefactos votivos de calcário, pelo facto de o espólio referente ao monumento em estudo apenas conter elementos que nos remetem o 2º subsistema mágico religioso referido atrás.

### **3.5.5.1. Artefactos Votivos de Calcário**

Este tipo de artefactos são considerados como ideotécnicos/votivos por terem uma função simbólica e não funcional. O facto de estes surgirem em maior número, nos contextos funerários da Península de Lisboa e Estremadura, apesar de surgirem também em contextos habitacionais, reforça a ideia ideotécnica deste tipo de artefacto.

Entre os povoados abertos e fortificados da Estremadura encontramos a presença destes na Parede, Leceia, Vila Nova de São Pedro, Penedo do Lexim. Os contextos

funerários são mais vastos, como referido anteriormente e apresentam artefactos mais diferenciados, como são os casos da gruta natural de Correio-Môr, as grutas artificiais de Carenque, Alapraia e S. Pedro do Estoril, uma das antas de Belas, no monumento de Casaínhos, no Cabeço da Arruda e nos *tholoi*, como Pai Mogo, São Martinho e Praia das Maças.

O facto de nos encontrarmos numa área extremamente rica em calcários - a matéria-prima utilizada para a execução deste tipo de artefactos -, pode ter permitido que as comunidades humanas deste território produzissem um conjunto alargado de formas, que traduzem influências exógenas, muito provavelmente mediterrânicas, mas com evoluções locais (Gonçalves, 1995, 2003 e 2008). A reforçar a ideia de que a produção deste tipo de artefactos de calcário, no actual território português, tem a sua origem na Península de Lisboa, está o facto de que estes vão ficando mais escassos em número e com formas menos diversas à medida que nos afastamos das Penínsulas de Setúbal e Lisboa (Gonçalves, 2003 e 2008)

No caso específico do monumento Megalítico da Bela Vista identificamos um artefacto que considerámos como artefacto votivo de calcário, integrável no complexo mágico religioso associado aos rituais funerários do 3º milénio, comuns nos monumentos da Península de Lisboa:

**Ídolo Cilíndrico/Ídolo Fusiforme** - Trata-se de um possível ídolo cilíndrico ou ídolo fusiforme em calcário, que foi recolhido pelos escavadores aquando da sua intervenção no arqueosítio, apresentando uma forma cilindroide, sem decoração aparente, e é o único elemento em calcário que se recolheu e identificou no sítio. Tem cerca de 9.1 cm de comprimento e um diâmetro máximo de 2.8 cm

Devido ao seu estado de conservação, não nos é possível afirmar se este foi polido ou se tem/teve decoração, mas integramo-lo no conjunto de artefactos associados ao complexo mágico religioso da península de Lisboa, já descrito anteriormente, por nos encontrarmos numa mancha granítica, onde o calcário não se encontra presente de forma natural.

<i>Tholoi</i>	IC/IF	IG	PE	RC	ATM	O
<b>Aigualva</b>	X	X	X			
<b>Monge</b>						
<b>São Martinho</b>	X	X		X	X	
<b>Praia das Maçãs</b>	X	X	X	X	X	X
<b>Bela Vista</b>	X					

IC/IF – Ídolos cilíndricos ; IG Ídolos de gola; PE – Placas encurvadas; RC – Recipientes calcários ; ATM – Artefactos tecnómicos; O – Outros

**Tabela 8** - -Artefactos votivos de calcário dos *tholoi* de Sintra

### 3.5.6. Metalurgia

O papel da península de Lisboa no processo de difusão das tecnologias metalúrgicas é ainda pouco claro, sendo uma área marginal às principais fontes de cobre conhecidas. Os povoados fortificados do 3º milénio foram vistos como «colónias de metalurgistas», mas hoje sabe-se que tal modelo explicativo não é válido, quando se verifica a ausência de cobre local e se regista a introdução relativamente tardia da metalurgia em alguns dos povoados fortificados da Estremadura, como Leceia (Muller et al, 2008) ou Penedo do Lexim (Sousa, 2010).

Segundo os dados disponíveis, a introdução da metalurgia na zona da Estremadura e consequentemente da região de Lisboa, ocorre já perto de meio do 3º milénio a.n.e. (2600-2300) para o povoado de Leceia (Muller et al, 2008) (Sousa, 2010, p. 349), dados consentâneos com os recolhidos para Vila Nova de São Pedro, por Savory (Savory, 1982/1993, p. 26; Pereira et al., 2012), para o Zambujal, onde se associa frequentemente a presença campaniforme à produção metalúrgica (Kunst, 2001) e para o Penedo do Lexim (Sousa et al., 2004; Sousa, 2010).

Considerando que os dados da escavação de Bela Vista não permitiram a associação do espólio a cada indivíduo inumado, não conseguimos também correlacionar os artefactos entre si. A existência de duas pontas de tipo “Palmela” e a presença de pelo menos fragmentos de sete taças Palmela e sete vasos internacionais/marítimos, leva-nos a crer que o espólio associado a cada indivíduo tenha sido possivelmente diferenciado, traduzindo possivelmente distinções no estatuto do indivíduo enterrado.

#### **3.4.6.1 - Cobre**

Nos anos 60 e 70 foram analisados mais de 1100 artefactos metálicos do Sul de Portugal (Jungens et al., 1974), com abundantes análise dos conjuntos do Zambujal e Vila Nova de São Pedro, entre outros da região da Estremadura, no entanto este trabalho de análise não foi seguida pelo respectivo tratamento estatístico, tendo os principais conjuntos sido publicados (Cardoso e Guerra 1997/1998; Muller e Cardoso, 2008) mas a diversidade de abordagens e a dispersão de dados dificulta uma leitura abrangente (Sousa, 2010, p. 349).

No entanto, há um dado que ressalta dos estudos realizados, e que se refere às percentagens de arsénio presente nos conjuntos estudados, atribuíveis a produções do Calcolítico Pleno. Estas produções apresentam valores de arsénio inferiores a 2% na maioria dos casos, considerando-se como uma origem natural, que poderá estar presente nas fontes de aprovisionamento usadas (Sousa, 2010), considerando-se no caso do Penedo do Lexim apenas peças com valores acima dos 4 % de arsénio como peças com adição intencional deste minério (Sousa et al, 2004).

Outros estudos apontam diferenças nas percentagens de arsénio presente nas armas e nos instrumentos de trabalho (Soares, 2005; Muller e Soares, 2008), considerando uma intencionalidade na presença de arsénio das peças estudadas para a Estremadura, no entanto, não contemplam a vertente cronológica, sendo que as armas analisadas são de um período mais tardio, onde certamente a tecnologia metalúrgica se encontra mais desenvolvida (2300-2000) (Sousa, 2010).

Relativamente aos artefactos metalúrgicos que encontramos no monumento em estudo, encontramos uma ponta de tipo “Palmela” e dois fragmentos de outra ponta do mesmo tipo.

	<b>Comprimento real</b>	<b>Largura</b>	<b>Espessura máxima</b>	<b>Secção</b>
<b>Ponta Palmela</b>	9.6	2,9	0.3	Oval
<b>Fragmento ponta Palmela</b>	3.2	1.6	0.2	Oval

**Tabela 9** – Artefactos de cobre presentes no conjunto da Bela Vista

A ponta tipo Palmela apresenta-se com um comprimento de 9,6 cm, uma largura máxima de 2,9 cm e uma espessura de 0,3 cm, com o seu espigão a apresentar uma secção quadrangular, com uma largura máxima de 0,3 cm. Não se efectuaram análises a esta peça, mas através da comparação de outros artefactos da mesma tipologia analisados, que foram recolhidos no povoado da Penha Verde e *tholos* de São Martinho - sítios contemporâneos do monumento em estudo e não muito distantes - podemos considerar que é um artefacto em cobre que poderá ter alguns vestígios de Arsénio, mas que dificilmente será uma adição intencional, visto que as percentagens registadas nos artefactos da Penha Verde e São Martinho analisados são muito baixas (inferiores a 1%) (Jungens et al., 1974).

Relativamente aos fragmentos da segunda ponta que fazem parte do conjunto do monumento da Bela Vista, estes apresentam-se com um comprimento de 3,2 cm, uma largura máxima de 1,6 cm e uma espessura máxima de 0,2 cm. São dois fragmentos mesiais da peça, estando em falta a parte distal e a proximal, o que limita a sua caracterização, levando-nos a levantar a hipótese de se tratar de uma ponta de tipo “Palmela”.

Relativamente à sua composição, não se efectuaram análises químicas, mas através da extrapolação de dados de sítios próximos ao nosso, com materiais da mesma tipologia, consideramos que estes fragmentos serão de cobre sem adição intencional de arsénio, enquadrando-se também estes nas produções metalúrgicas da 2ª metade do 3º milénio a.n.e..

Estes dois artefactos metálicos da Bela Vista (ponta “Palmela” e fragmentos de ponta “Palmela”), enquadram-se assim, nas produções metalúrgicas da 2ª metade do 3º milénio a.n.e., onde a produção metalúrgica já se encontra estabelecida nos povoados calcolíticos do mesmo período (Penha Verde, Leceia, Cortegaça, Vila Nova de São Pedro, Zambujal, Penedo Lexim), produzindo-se maioritariamente utensílios para trabalho, como elementos de foice, lâminas para corte de matéria vegetal e animal.

É com o Campaniforme que encontramos uma mudança de cariz tipológico e tecnológico. Registamos a produção de armas como as Pontas de Palmela, usadas maioritariamente como elementos de prestígio e diferenciadores de estatuto social, que nos surgem quer em contextos funerários, quer em contextos habitacionais, associadas ao fenómeno campaniforme (Muller et al., 2008; Sousa et al., 2004). Ao nível tecnológico regista-se a presença de um acréscimo de arsénio mas ainda assim, cerca de metade das peças produzidas neste período apresentam valores inferiores a 2%, surgindo algumas com valores até 5% (Soares et al., 2016), na sua maioria armas como as referidas atrás.

Estes valores de arsénio poderão denotar um fraco controlo das operações metalúrgicas, não se conseguindo controlar os valores de arsénio presente nas peças produzidas, no entanto como referido atrás, as peças consideradas de prestígio, como as armas apresentam-se com os valores mais altos de arsénio na sua composição (até 5%), podendo este facto indiciar que os produtores destes artefactos tenham escolhido minérios ricos em arsénio, seleccionando-os, porventura pela cor para a manufactura destes artefactos. (Soares et al., 2016), ou terem sido produzidos já numa altura em que já se controlam melhor os processos de produção metalúrgica e assim haver um controlo maior dos valores de arsénio nas peças produzidas.

#### **3.4.6.2. Ouro**

Segundo alguns autores a metalurgia do ouro surge no registo arqueológico peninsular apenas no período campaniforme (Soares et al., 2016; Gonçalves 2005), onde outros integram a sua produção no mesmo período que o cobre, na 1ª metade do 3º milénio a.n.e., no entanto, apesar das diferentes opiniões, é consentâneo de que a sua produção é posterior à produção de cobre.

A quantidade de peças de ouro que chegaram até nós, são em muito menor número do que as peças em cobre e por conseguinte existem muito menos análises arqueometalúrgicas para comparação, bem como os contextos de proveniência são muitas vezes desconhecidos e desprovidos de contextos fiáveis (Soares et al., 2016).

Os artefactos em ouro mais antigos que se atribuem a este período, são pequenas lâminas de ouro, produzidas com ouro nativo, usando uma técnica de produção muito semelhante aos artefactos de cobre (martelagem, recozimento, martelagem), e surgem associados na maioria das vezes a contextos campaniformes (Soares et al., 2016).

Relativamente aos artefactos em ouro da Bela Vista, temos a referência a umas lâminas de ouro torcidas que poderão corresponder quer a anéis em espiral - como os encontrados em Alapraia (Paço, A. 1955), S. Pedro de Estoril (Leisner et al., 1964; Gonçalves, 2003) - quer a “tortillons” - como os do arqueosítio da Verdelhas dos Ruivos (Zbysweski et al., 1981), ou ainda o caso de Vila verde del Rio, Sevilha, onde se descobriram pontas palmela “atadas” com uma lâmina de ouro (Barroso et al., 2014).

Os autores da escavação do monumento referem ainda outras peças em ouro encontradas no monumento, mas que teriam sido roubadas na altura das escavações nunca se tendo encontrado as mesmas, ou procedido à sua descrição ou registo.

Como referido atrás, a subtração de algum espólio em ouro condiciona a visão relativamente ao conjunto metálico que aqui se encontrava depositado. Este era indubitavelmente mais abundante e poderia estar associado a outros elementos metálicos que não foram previamente identificados pelos signatários da escavação. O tipo de artefactos referidos pelos autores da escavação pode-se integrar nas produções em ouro calcolíticas que se registam essencialmente na segunda metade do 3º milénio, associadas ao fenómeno campaniforme.

### **3.5.7. Materiais Faunísticos**

Reconhecido por todos os investigadores em arqueologia, um estudo arqueozoológico é tanto mais válido quanto maior a amostra estudada. Tanto a fauna mamalógica como a malacológica se encontram presentes neste monumento, no entanto por se tratar de um contexto funerário optámos por fazer uma breve análise do espólio recolhido. A juntar a este facto, os contextos de recolha destes materiais são muito dúbios e por se tratar de um local reconhecido e usado como abrigo pelo menos desde o início do século XX, os materiais aqui recolhidos poderão ser deposições mais recentes, fruto do abrigo de caçadores e pastores.

#### **3.5.7.1. Fauna Mamalógica:**

Da fauna recolhida na escavação do monumento, contamos com a presença de vestígios de *Cervus sp* (8), *Bos taurus* (11), *ovi-capra* (9) e *Cannis sp.* (21). Alguns dos elementos de fauna mamalógica pertencentes às espécies *Cervus sp.* e *Bos-taurus* recolhidas, apresentavam marcas de corte intencional, o que nos leva a colocar a hipótese de esta fauna ter sido aqui consumida/depositada sem associação aos enterramentos. Os restos pertencentes às espécies *cannis sp.* e *ovi-capra*, não apresentavam marcas de corte, no entanto a sua recolha pelos autores da escavação não contemplou o registo da sua localização, ou proveniência de camada, o que levanta a questão também de esta fauna estar associada aos rituais funerários praticados no monumento, ou ser simplesmente fruto de uma deposição mais recente.

A hipótese de estas deposições de fauna serem mais recentes, principalmente os fragmentos de *canis sp.* e de *ovi-capra*, levanta-se devido ao facto deste território onde se insere o monumento megalítico da Bela Vista, (tal como a restante serra) ser usado como local de caça e de pastoreio de cabras e ovelhas, durante o século XIX e XX, e de ser usado como abrigo por caçadores e pastores (facto ressaltado na notícia publicada pelos autores da escavação do monumento), que poderá ter levado a que tanto os caçadores deste território, como os pastores, possam ter deixado este tipo de vestígios no monumento.

#### **3.5.7.2. Fauna Malacológica:**

Relativamente à fauna malacológica recolhida pelos escavadores, são as diversas conchas de recursos marinhos que estão presentes no arqueosítio, como uma concha de ameijoia do tipo *Cardium norvegicum* (que poderá ter sido usada para fazer as decorações campaniformes impressas, de acordo com propostas de alguns autores como (Manen et al, 2010), uma concha de um caracol do mar, quatro conchas de lapa (*Patella vulgata*) e 16 conchas de mexilhão (*Mytilus edulis* Linnaeus).

Este tipo de material surge frequentemente em monumentos megalíticos da região de Lisboa e Estremadura (Leisner, 1965; Boaventura, 2009) onde os recursos marinhos certamente seriam relevantes para a subsistência das comunidades humanas que ocuparam este território no 3º milénio, integrando os seus rituais funerários.

Como a proveniência desta fauna não é clara, levanta-se a hipótese de serem elementos mais recentes, no entanto a sua presença em contextos bem definidos e em associação a outro espólio funerário é conhecido (Boaventura, 2009), sendo provável que correspondessem a parte do espólio funerário que acompanharia alguns dos enterramentos efectuados neste monumento.

### **3.5.8. Cerâmica**

O conjunto em estudo compreende 104 fragmentos cerâmicos que foram inventariados individualmente por permitirem classificação, dos quais 41 apresentavam decoração e 63 sem decoração. Dos 63 fragmentos sem decoração que se analisaram para este trabalho, 43 desses fragmentos não apresentaremos os desenhos realizados destes, pelo facto de que, nalguns casos não foi possível a sua classificação - pelo simples facto de estes se encontrarem muito rolados ou de serem de reduzida dimensão e não permitirem uma leitura precisa -, noutros casos, os fragmentos faziam parte de outros fragmentos de maiores dimensões que permitiam uma melhor leitura das peças e assim optou-se pela representação dos de maiores dimensões, como é o caso dos fragmentos nº 4 e 10 e 10a do nosso inventário cerâmico, que se reportam à mesma peça e onde se apresenta o desenho do fragmento maior (nº 4).

Fez-se uma divisão cronológica das cerâmicas decoradas atribuíveis ao período de construção do monumento (Calcolítico Inicial e Pleno) e o seu período de reutilização (Campaniforme), no entanto relativamente à cerâmica lisa, apenas a incluímos no período de construção do monumento, por motivos que discutiremos adiante.

Apesar do pequeno número de exemplares optámos por efectuar um catálogo geral de formas, partindo essencialmente da proposta efectuada para o Penedo do Lexim (Sousa, 2010), situado apenas a 20 km de distância. Assim temos no conjunto cerâmico do monumento da Bela Vista formas abertas e formas fechadas para as cerâmicas lisas e formas abertas e acampanadas para as cerâmicas decoradas. Para as formas das cerâmicas decoradas temos as taças tipo Palmela e as taças caneladas (formas abertas) e os vasos Marítimos/Internacionais (formas acampanadas). Para as formas das cerâmicas lisas decidimos atribuir apenas formas gerais pelo conjunto representado ser reduzido, seguindo os critérios atrás enunciados, tendo assim as Taças, Taças em calote alta, Pratos e Copos (formas abertas) e as Taças em calote e os Esféricos (formas fechadas)

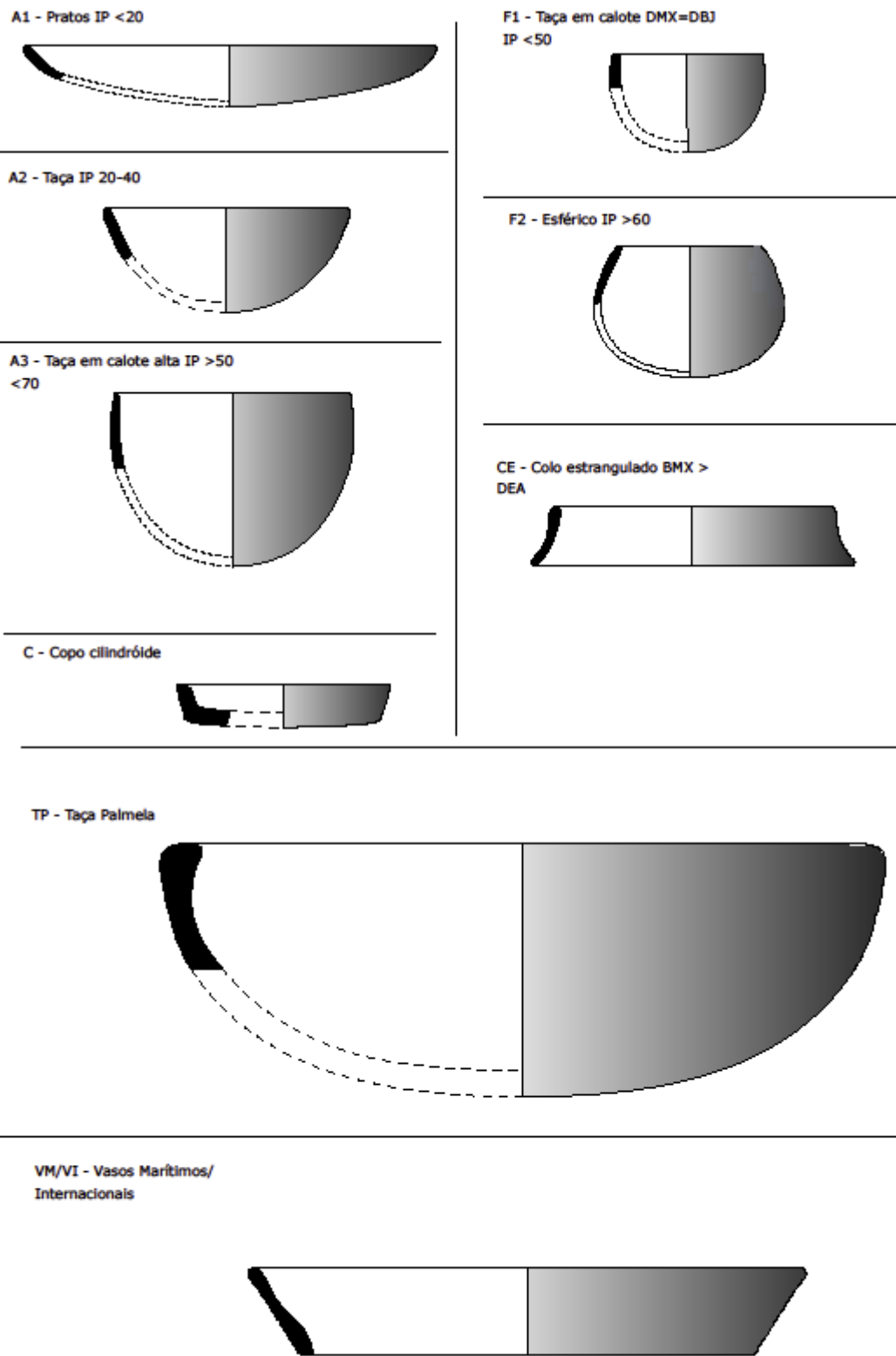
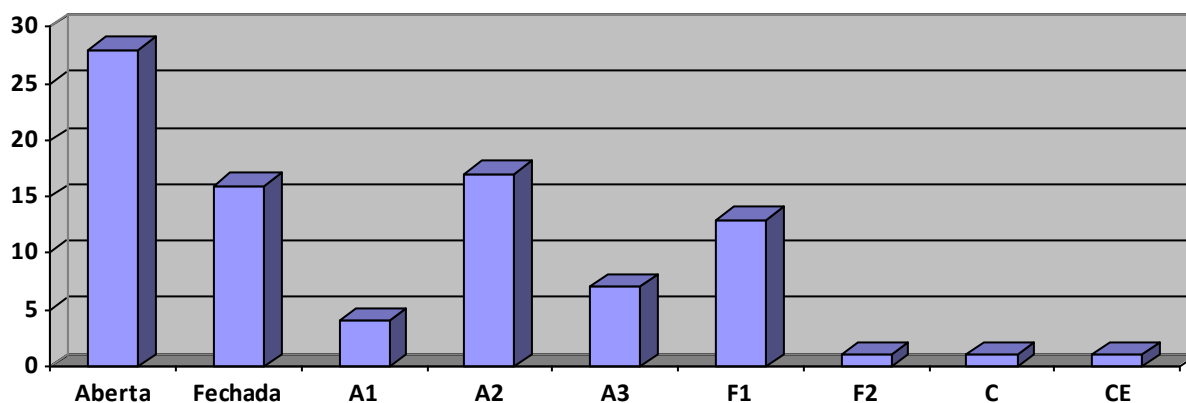


Imagem 2 - Catálogo de formas do monumento da Bela Vista

### 3.5.8.1. Cerâmicas lisas

Relativamente aos fragmentos cerâmicos não-decorados desenhados e passíveis de atribuir forma (41), chegou-se a um NMI de 32 recipientes, seguindo os parâmetros enunciados no ponto 3.5.8, referentes a 6 formas distintas (Pratos – A1 - ; Taças – A2; Taça em calote

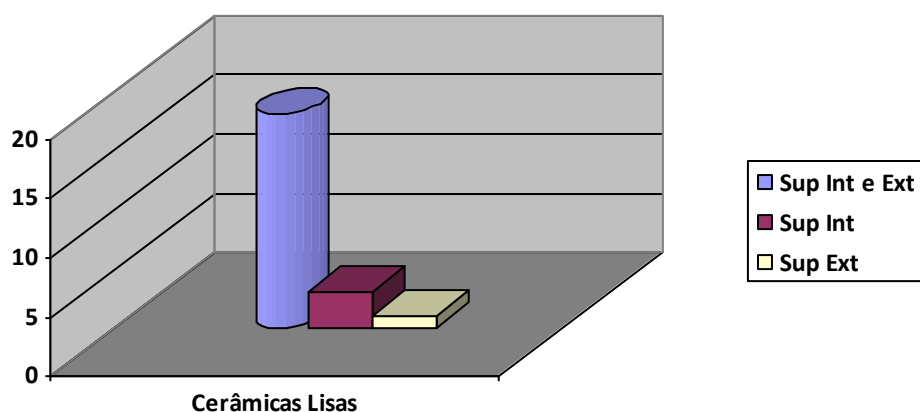


alta – A3: Copo – C; Taça em calote – F1; Esférico – F2; Colo Estrangulado – CE):

**Gráfico 9** - Formas dos fragmentos cerâmicos lisos analisados

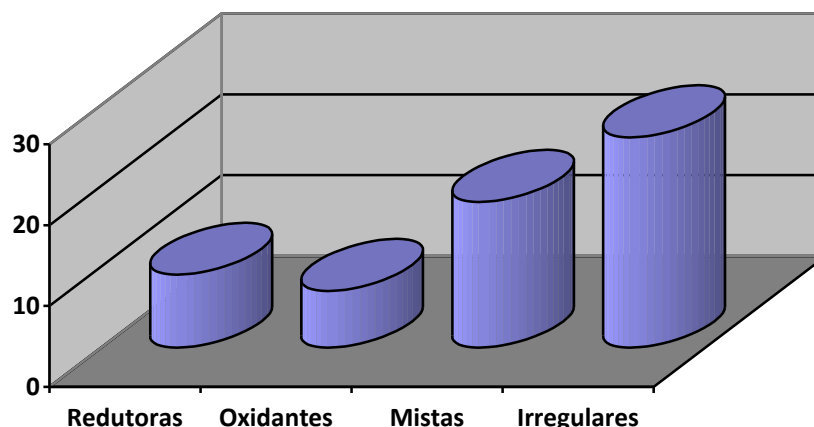
As formas dos fragmentos não-decorados que foram desenhados apresentam um conjunto predominado por formas abertas (63.63%), predominando a Taça (17 fragmentos), seguida pela Taça em calote Alta (7), pelos Pratos (4) e finalmente pelo Copo (1); para as formas fechadas (36.37%), predomina a Taça em calote (13 fragmentos), seguido pelo esférico (1) e por fim 1 peça de colo estrangulado. Relativamente ao fragmento de um copo que caracteriza o Calcolítico Inicial e Pleno (Gonçalves, 1971; Gonçalves e Sousa, 2006; Kunst, M., 1996; Sousa, 2010; Sousa, et al., 2012; Amaro, 2012) optámos por integrar esse fragmento na cerâmica lisa por não observarmos evidências de decoração.

Este conjunto de cerâmicas lisas apresenta diversas características que importa referir, como o facto de alguns dos fragmentos (22) apresentarem um suave polimento ou algum tipo de engobe nas suas superfícies externas ou internas, ou em ambas.



**Gráfico 10** – Fragmentos com tratamento de superfície

A maioria dos fragmentos cerâmicos lisos (41), não apresentam qualquer tipo de tratamento de superfície e com cozeduras irregulares, mas onde observamos também nalguns casos, cozeduras mistas (Oxidante/Redutora; Redutora/Oxidante; com predominância da R/O) - com o mesmo fragmento a apresentar uma cozedura Redutora-Oxidante nalguns sectores, ao mesmo tempo que, apresenta uma cozedura Oxidante noutros sectores - resultado de um controlo deficiente do ambiente em que são produzidas, podendo este facto denotar uma tecnologia não muito desenvolvida, ao nível da produção cerâmica, por parte das primeiras populações a usarem este espaço funerário. Temos também a presença de cozeduras somente redutoras ou somente oxidantes, revelando estas peças uma pasta mais homogénea, com componentes não plásticos de menor dimensão e tratamentos de superfície associados (polimento e brunimento no caso específico dos pratos almendrados).



**Gráfico 11** - Tipo de cozeduras das cerâmicas lisas presentes no conjunto

Refira-se um exemplar que corresponde aos fragmentos nº 4, 10 e 10a, quase completa (no nosso entender correspondente aos nº 24 e nº 50 das estampas de Leisner, 1965) que apresenta uma cozedura redutora, com suave polimento na sua superfície externa e interna (anexo, fotografia 27)

A atribuição crono-cultural a estas cerâmicas lisas é sempre problemática, mas face ao tratamento de superfície e à comparação com as pastas mais cuidadas das cerâmicas campaniformes é plausível que este conjunto de 41 fragmentos pertença à primeira fase de uso do monumento, enquanto que as peças (22) que apresentam um tratamento de superfície mais cuidado e pastas mais cuidadas, poderão integrar-se na Fase 2 do monumento, caracterizada pelas cerâmicas campaniformes.

O restante espólio cerâmico integra-se plenamente no grupo das cerâmicas produzidas no Calcolítico Inicial e Pleno (Sousa, 2010), no grupo das Taças, Taças altas, Taças em calote, enquadráveis no espólio que acompanha os rituais funerários presente nos *tholoi* e noutros monumentos de tradição megalítica da região em estudo (ver tabela capítulo 3.4.8) (Boaventura, 2009).

As características desta cerâmica (pastas, tratamento de superfície) parecem indicar uma cronologia da primeira fase do monumento da Bela Vista, do Calcolítico inicial. Relativamente à cerâmica não decorada mas que se pode considerar como pertencente ao conjunto campaniforme (que desenvolvemos no ponto 3.6.8.3) regista-se um fragmento de bordo que apesar de não ter o bojo preservado, a sua forma aparenta ser semelhante aos

vasos “internacionais”, mas sem decoração, no entanto o seu desenho não permitiu uma reconstituição de forma (desenho 11). A presença de campaniformes lisos encontra-se documentada essencialmente no Sul de Portugal (Mataloto, 2017; Gonçalves et al, 2017) mas está também presente na Estremadura, sendo caso paradigmático a “taça com pé” de Porto Côvo (Gonçalves, 2008), exemplar liso correspondente às “fruteiras” de São Pedro do Estoril.

### 3.5.8.2. Cerâmicas decoradas do Calcolítico inicial

Quanto aos sete fragmentos decorados que se consideram como pertencentes a um grupo cerâmico, que se atribui ao Calcolítico Inicial/Pleno, chegou-se a um NMI de três recipientes. Consideraram-se quatro dos fragmentos (n<sup>os</sup> 2, 3, 4 e 5) como pertencentes a uma Taça, com uma decoração de bandas muito suaves na zona do bordo e imediatamente abaixo deste. Outros dois fragmentos (nrs<sup>o</sup> 6 e 7) pertencem a outra Taça com o mesmo tipo de decoração que a anterior, com a exceção de que as bandas decoradas nesta peça são um pouco mais profundas.

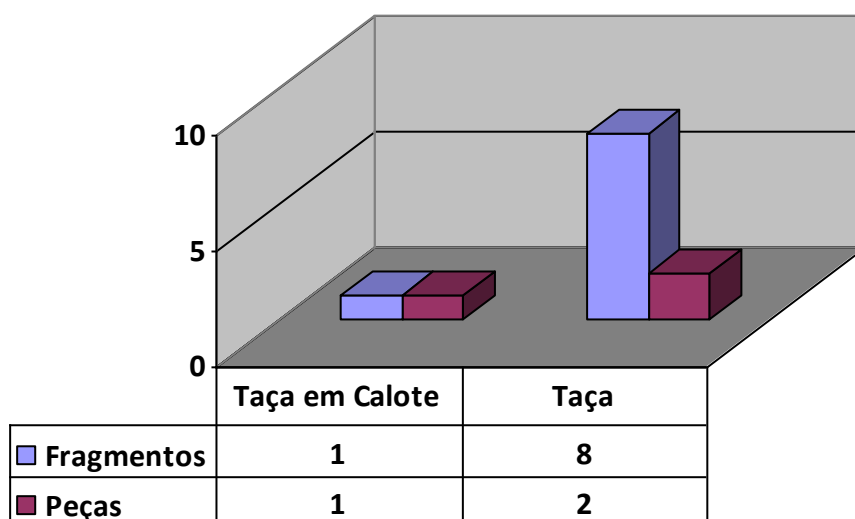


Gráfico 12 – N° de Fragmentos decorados e Formas atribuídas

Por fim, temos um fragmento (n<sup>o</sup> 1) que consideramos como pertencentes a recipientes decorados do Calcolítico inicial, é um fragmentos que poderá corresponder a uma Taça Alta ou fragmento de um Copo Canelado, sendo estas as formas decoradas que

atribuímos ao Calcolítico Inicial e Pleno (Amaro, 2012 e 2013; Gonçalves, 1971; Gonçalves e Sousa, 2006; Kunst, M., 1996; Sousa, 2010; Sousa e Gonçalves, 2012).

Este tipo de cerâmica com caneluras encontra-se presente também nos restantes monumentos funerários megalíticos do concelho de Sintra, nomeadamente nos *tholoi* da Aqualva, Monge, São Martinho e Praia das Maças, com maior ou menor representação, mas os copos e as taças caneladas são mais frequentes em contextos habitacionais do 3º milénio a.n.e.. Esta tipologia de cerâmica que se encontra presente no Monumento Megalítico da Bela Vista, tem vindo a ser estudada e classificada, como duas das formas atribuíveis ao Calcolítico Inicial/Pleno (Gonçalves, 1971, Kunst, 1996, Sousa, 2010, Amaro, 2012), que não surgem nem nos períodos anteriores nem nos posteriores, funcionando um pouco como um «fóssil director» deste período e servindo estes como indicadores fiáveis da cronologia de uma das fases de utilização do Monumento Megalítico da Bela Vista.

O facto de não nos surgirem fragmentos de cerâmica do tipo “folha de acácia”, indica-nos também que existe a possibilidade de ter existido um interregno na utilização deste monumento, visto este tipo de cerâmica surgir no Calcolítico Pleno e prolongar-se até ao começo do fenómeno campaniforme (Boaventura, 2009; Sousa, 1998 e 2010; Amaro, 2012), estando presente nos mesmos contextos que este e desta forma nos contextos funerários megalíticos de Lisboa e Sintra (Boaventura, 2009), bem como nos povoados calcolíticos da mesma área (Cardoso, 1994 e 2010-2011; Cardoso et al., 1996). No entanto é de referir que em termos quantitativos estes tipos de cerâmica encontram-se mais representadas em contextos habitacionais do que em contextos funerários, levando a que sejam consideradas como cerâmicas utilitárias, que também são usadas para alguns rituais funerários.

### **3.5.8.3. Calcolítico Final/Campaniforme**

Em termos cerâmicos, a expressão «Campaniforme» engloba uma variedade de formas ditas “clássicas” do campaniforme, como os vasos “internacionais/marítimos”, «caçoilas acampanadas» e taças «tipo Palmela» (com bordo decorado ou não), mas

também uma variedade de formas menos comuns como taças com pé (Alapraia), como «garrafas» ou bilhas como as de Pedra Branca (Gonçalves, 2017), ou cadinhos de fundição com decoração campaniforme (Gonçalves, 2017, p. 143-169).

O complexo campaniforme integra outros componentes não cerâmicos. A nível metalúrgico neste período da 2ª metade do 3º milénio a.n.e. está associado à presença de artefactos como as “pontas palmela” e os punhais de lingueta em bronze, bem o aparecimento da metalurgia de ouro, como anéis em espiral, *tortillons*, folhas de ouro decoradas. Em artefactos compostos de materiais orgânicos (osso ou marfim), temos os, botões com perfuração em “V” ou em forma de “tartaruga” (Schumacher et al., 2007 e 2009). Já em pedra o artefacto mais comum atribuível a este “pacote campaniforme” são os chamados braçais de arqueiro (por desempenharem essa função).

Podemos considerar a síntese de 1928 de Alberto del Castillo, como o ponto de partida para o estudo do campaniforme português. Esta monografia intitulada “Cultura do Vaso Campaniforme”, tem uma grande influência difusionista, consentânea com a ideia dos investigadores da época, onde associavam este tipo de cerâmica a um povo colonizador, guerreiro, que teria chegado à Península Ibérica e à restante Europa, e difundido a “cultura campaniforme”, não procurando encontrar novas respostas ou soluções para esta problemática (Kunst 2005; Gonçalves, 2017).

Vera e George Leisner, com as escavações da Anta 1 de Casas do Canal (anos 50, séc. XX), e a publicação por parte de Vera Leisner, do volume “*Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*” (1965), levantam a questão de estes conjuntos artefactuais campaniformes serem apenas uma adopção por parte das populações indígenas, nos seus rituais votivos, de elementos exógenos trazidos por outras comunidades humanas. Deixam a sugestão pela primeira vez, de forma ténue, de uma diferenciação dentro do próprio estilo campaniforme, individualizando os materiais de ciempuzuelos, considerando-os como uma evolução própria desta “cultura campaniforme” adoptada pelos povos indígenas, mas nunca rejeitando categoricamente a ideia de “um povo campaniforme” que tenha tomado conta do território e das comunidades que aqui habitavam (Gonçalves, 2017).

O. da Veiga Ferreira escavou muitos sepulcros megalíticos na década de 50 e 60, onde contactou de perto com artefactos campaniformes culminando com a publicação em 1966 da sua tese de doutoramento. Foi nesta primeira monografia sobre cerâmica campaniforme de Portugal onde o autor procura propõe uma classificação tipológica segundo a morfologia e a decoração usadas nas peças campaniformes (Kunst, 2005), bem como defende a ideia de que estas cerâmicas e artefactos, são fruto de um povo colonizador, oriundo do oriente provavelmente, portador desta “cultura campaniforme”, que difunde toda uma nova ideologia por toda a Europa, materializada nos objectos campaniformes.

As suas propostas deixam muitas questões em aberto, não procurando o autor contextualizar este tipo de peças com os sítios onde foram encontrados, focando apenas a sua atenção a questões decorativas e morfológicas, seguindo a ideia de que a “cultura campaniforme” era um fenómeno trazido por um povo colonizador e posteriormente adoptado pelas comunidades do território português.

Nos anos 70 do século 20, alguns autores começam a questionar a questão da “cultura campaniforme”, e começa ser visto mais como um fenómeno de interações entre as diferentes comunidades humanas e surge a publicação em Portugal do livro “O Castro da Rotura e o Vaso Campaniforme”, em 1971 (Gonçalves, 1971), onde se procurou responder de forma mais científica à problemática do campaniforme, procurando-se uma esquematização para as cerâmicas campaniformes à luz dos conhecimentos e técnicas disponíveis na altura.

Desta publicação e estudo foi possível pela primeira vez, associar (através da estratigrafia observada nos trabalhos realizados - Ferreira e Silva, 1970; Silva, 1971; Gonçalves, 1971) produtos metalúrgicos a um período anterior ao dos artefactos campaniformes (rejeitando então a ideia de que a metalurgia surge com o fenómeno campaniforme) e basear as fases de ocupação do povoado e materiais associados a cada fase, colocando pela primeira vez o campaniforme no final do Calcolítico.

Estes estudos, juntamente com a descoberta e estudo de outros arqueosítios na Península de Setúbal, e consequentes estudos (Soares et al., 1977), permitiram pela primeira vez, uma possível esquematização das cerâmicas campaniformes e pré-

campaniforme, a sua evolução crono-estilística bem como dos eventuais artefactos que surgem associados a estas mesmas cerâmicas. Assim, atribuíram uma possível evolução dentro do grupo campaniforme, baseando-se na técnica decorativa dos recipientes e na estratigrafia dos sítios escavados, considerando os autores que a técnica impressa e pontilhada seria a mais arcaica e a incisa como a mais recente (inserindo-se a cerâmica de ciempuzuelos neste último grupo tardio), mas nunca rejeitando a ideia de que as diferentes técnicas tenham coexistido no tempo e espaço, atribuindo-lhes uma cronologia relativa (Soares e Silva, 1977).

Ao mesmo tempo, Harrison publica o livro *“The bell beakers Cultures of Portugal and Spain”* (1977) e nos anos 80 o intitulado *“The Beaker folk. Copper Age Archeology in Western Europe”* (1980), onde se fez um levantamento dos sítios com presença de cerâmicas campaniformes de Portugal e Espanha, distribuindo-os por mapas, procurando-se atribuir uma evolução crono-estilística aos diferentes tipos de cerâmica campaniforme e onde propõe zonas de origem e difusão da cerâmica pelo território peninsular (Kunst, 2005). O autor procurou também, atribuir uma evolução quer das formas usadas, quer das temáticas decorativas empregues nas cerâmicas campaniformes baseando-se apenas nas cerâmicas publicadas de VNSP, visto ainda não ter disponível na altura da publicação, os resultados do Zambujal (Kunst, 1996), Liceia (Cardoso, 1994 e 1996) e de Penedo do Lexim (Sousa, 1998 e 2010), o que limitou as conclusões do autor e tornou o seu trabalho, útil numa perspectiva de se ter um levantamento exaustivo dos sítios arqueológicos em Portugal e Espanha com presenças campaniforme nos seus inventários (Gonçalves, 2017).

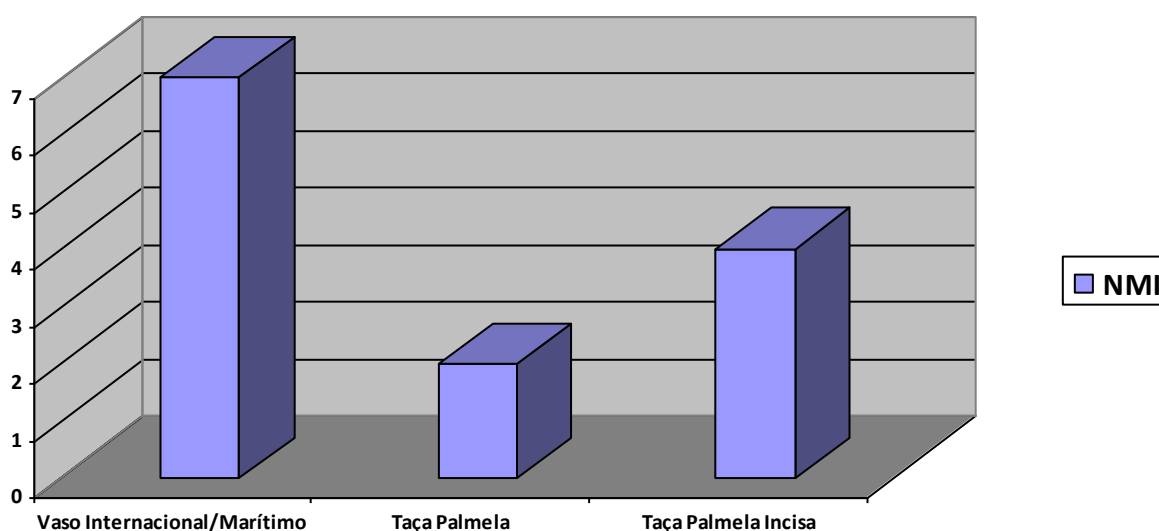
No entanto, autores como Sangmeister (1963), questionaram a hipótese de haver mesmo uma cultura campaniforme em todos os locais onde se encontram vestígios deste tipo de cerâmicas, ou se nalguns casos não poderia apenas ser um objecto de comércio, ou de interação social entre diferentes comunidades humanas (Kunst, 2005), baseando-se o fenómeno campaniforme numa evolução faseada, onde o comércio de produtos e a deslocação de comunidades, ou elementos de uma determinada comunidade, de um sítio para outro, terá desempenhado um papel fulcral na disseminação deste dito “pacote campaniforme” através da Europa e mesmo até ao Norte de África (Elisa Guerra Doce, 2011, 2016, 2017), não sendo necessário que tenha havido um povo colonizador como defendido até aos anos 70 e 80 do século XX.

A realidade arqueológica evidenciada ao longo dos finais do século XX e início do século XXI, coloca o termo campaniforme, hoje em dia, como uma expressão fluída, associando-se o termo de uma forma geral, ao período final do Calcolítico (3º e 2º Milénio a.n.e.), definido pelas suas formas cerâmicas e temáticas decorativas (motivos geométricos na sua maioria), em associação com outros artefactos, formando como que um “pacote campaniforme”, cujo sítio arqueológico mais icónico a nível europeu, representativo deste conjunto artefactual, é o caso do arqueiro de Amesbury (Fitzpatrick, 2011).

### 3.5.8.3.1. Campaniforme do Monumento da Bela Vista

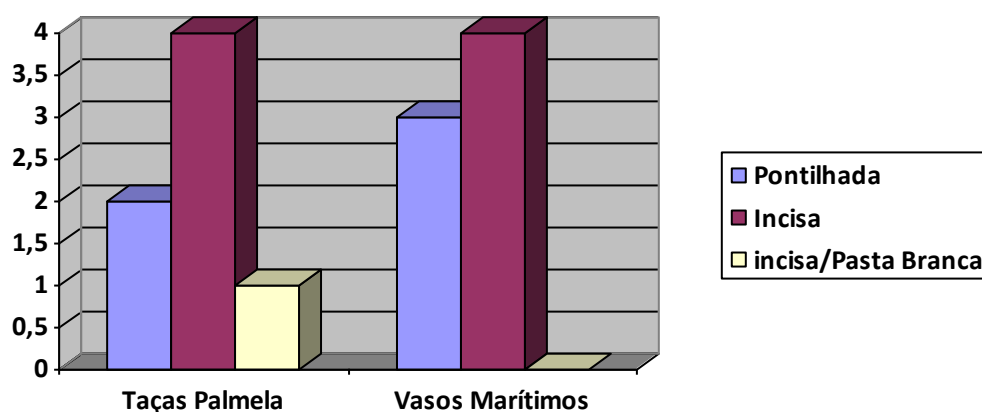
A realidade arqueológica encontrada no monumento objecto de estudo deste trabalho, o Monumento Megalítico da Bela Vista, é a de que a cerâmica com decoração e morfologia campaniforme presente, está representada pelos vasos de estilo “marítimo/internacional” (sete), pelas taças “tipo palmela” (seis no total), com bordo espessado e decorado (quatro) (com ambas as técnicas decorativas – incisa e pontilhada).

Dos 25 fragmentos campaniformes, conseguiram-se apurar 13 recipientes, seguindo os parâmetros atrás referidos na metodologia (cap. 1.2). Estão presentes duas formas distintas: a taça (seis exemplares) e o Vaso (sete exemplares).



**Gráfico 13** – Número de artefactos cerâmicos campaniformes da Bela Vista

A técnica decorativa usada nos fragmentos das formas acampanadas é a técnica incisa na sua maioria, surgindo em quatro das sete peças, enquanto que a técnica da impressão pontilhada surge em três das peças. Relativamente às taças tipo Palmela a técnica incisa está presente maioritariamente (quatro dos seis exemplares), onde encontramos os únicos vestígios de pasta branca a preencher as decorações (semelhante às de ciempuzuelos) (Soares e Silva, 1974-1977) num dos exemplares (TP 3). e temos no conjunto 2 exemplares (TP 1 e TP 2) cuja decoração é somente por impressão pontilhada (ver anexos – imagem).



**Gráfico 14** – Tipo de decoração presente nas peças decoradas

As formas dos fragmentos decorados apresentam um conjunto de formas abertas, caracterizados pelas taças tipo Palmela (seis peças), cujo diâmetro está compreendido entre os 23,6 cm e os 34 cm; com uma espessura máxima de bordo de 2,8 cm e uma mínima de 1,2 cm; e de formas acampanadas, caracterizadas estas pelos vasos de estilo Internacional/Marítimo (sete peças), cujo diâmetro máximo está compreendido entre os 13 cm e os 20,7 cm, com a espessura máxima dos bordos a terem no mínimo 0,4 cm (um exemplar apenas) e no máximo 0,9 cm (um exemplar), sendo que a maioria se apresenta com 0,7 cm de espessura máxima (cinco exemplares).

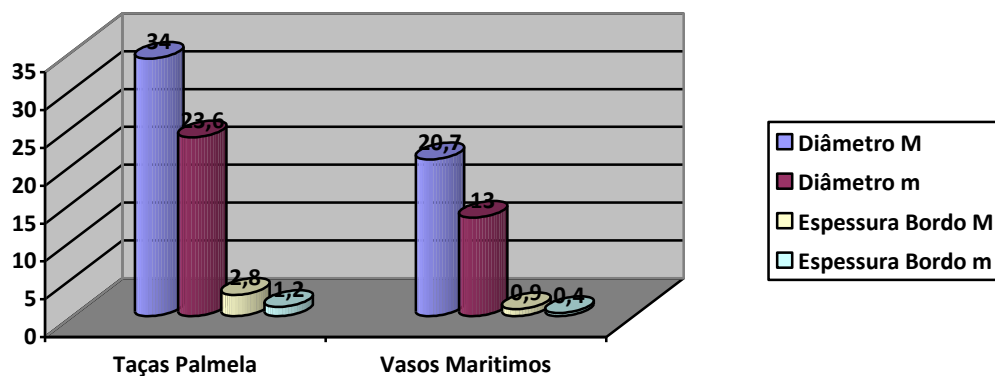
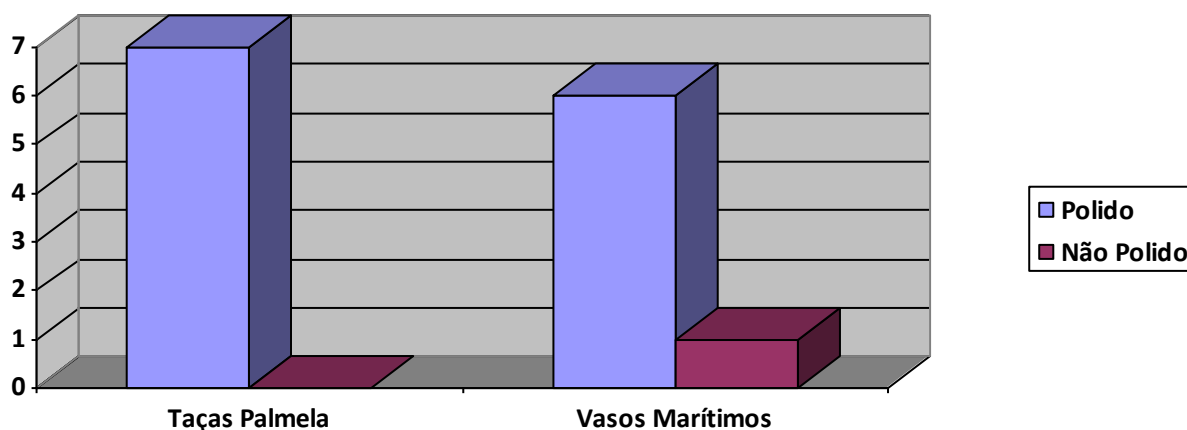


Gráfico 15 – Diâmetros e Espessura de bordo das peças estudadas

Apresentam um tratamento de superfície polido de grande qualidade, com exceção de uma peça correspondente a um vaso Marítimo de decoração pontilhada, e de outros fragmentos que podem ter sofrido alterações pós-deposicionais, visto que pertencem a peças que apresentam os restantes fragmentos com as superfícies polidas (ver



anexos – imagem), alterando assim a sua superfície.

Gráfico 16 – Tipo de peças com tratamento superfície

Seguindo a teoria de Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva, de que a técnica impressa pontilhada é mais antiga, o conjunto presente neste monumento é maioritariamente mais recente, no entanto, as duas técnicas decorativas terão co-existido no mesmo período (Soares e Silva, 1977) e são mesmo utilizadas ao mesmo tempo na mesma peça, como se verifica na taça tipo Palmela presente no monumento da Bela Vista,

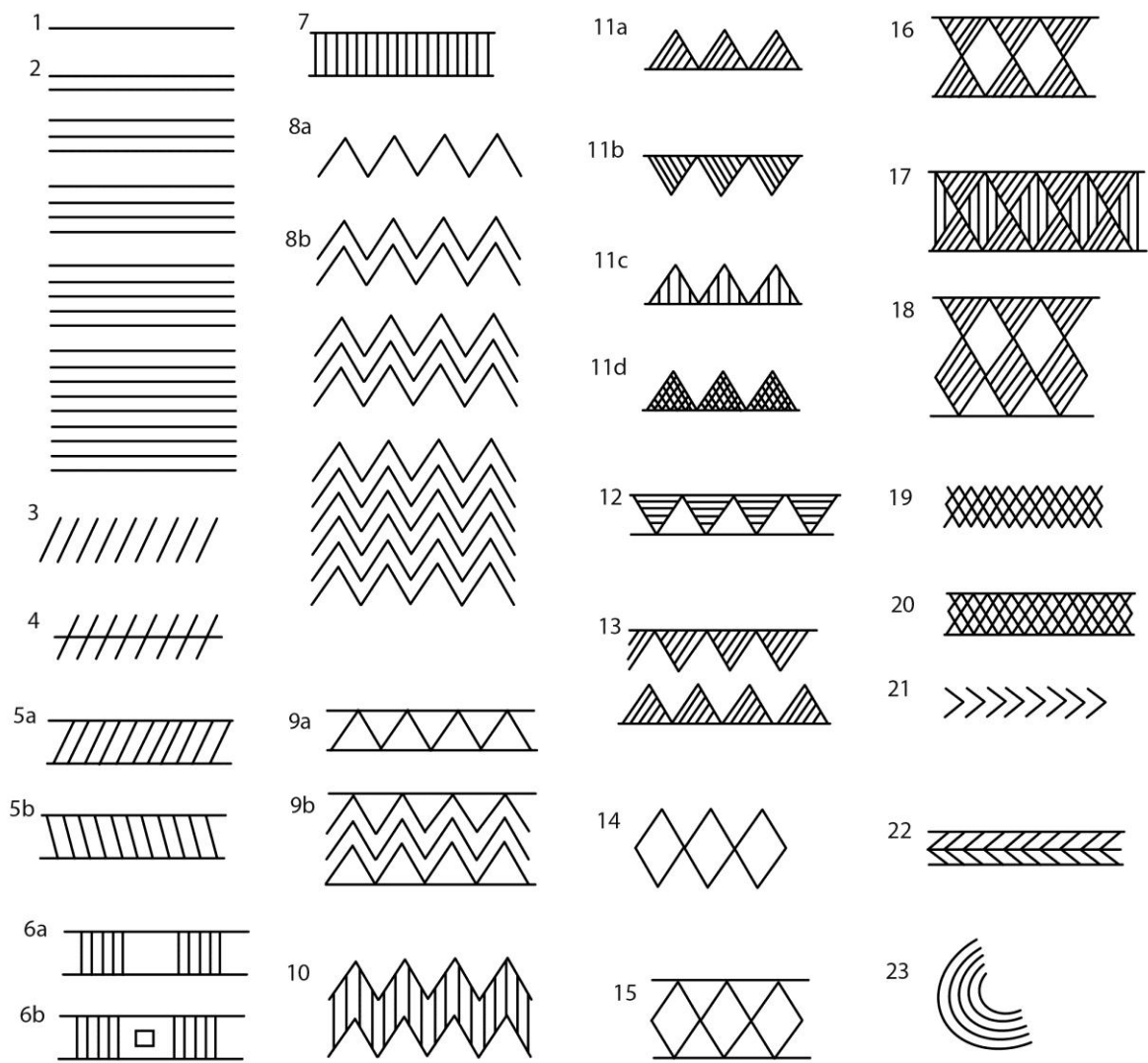
o que poderá levar a que o espólio campaniforme aqui presente seja representativo das várias etapas “evolutivas” do estilo campaniforme.

O conjunto presente no monumento indicia uma utilização deste monumento desde o início da manifestação do fenómeno campaniforme, representado pelos vasos marítimos de técnica pontilhada presentes, indo até à sua fase final, marcada pela presença do fragmento de uma taça tipo Palmela de decoração incisa, preenchida a pasta branca, que se insere já no último quartel do 3º milénio.

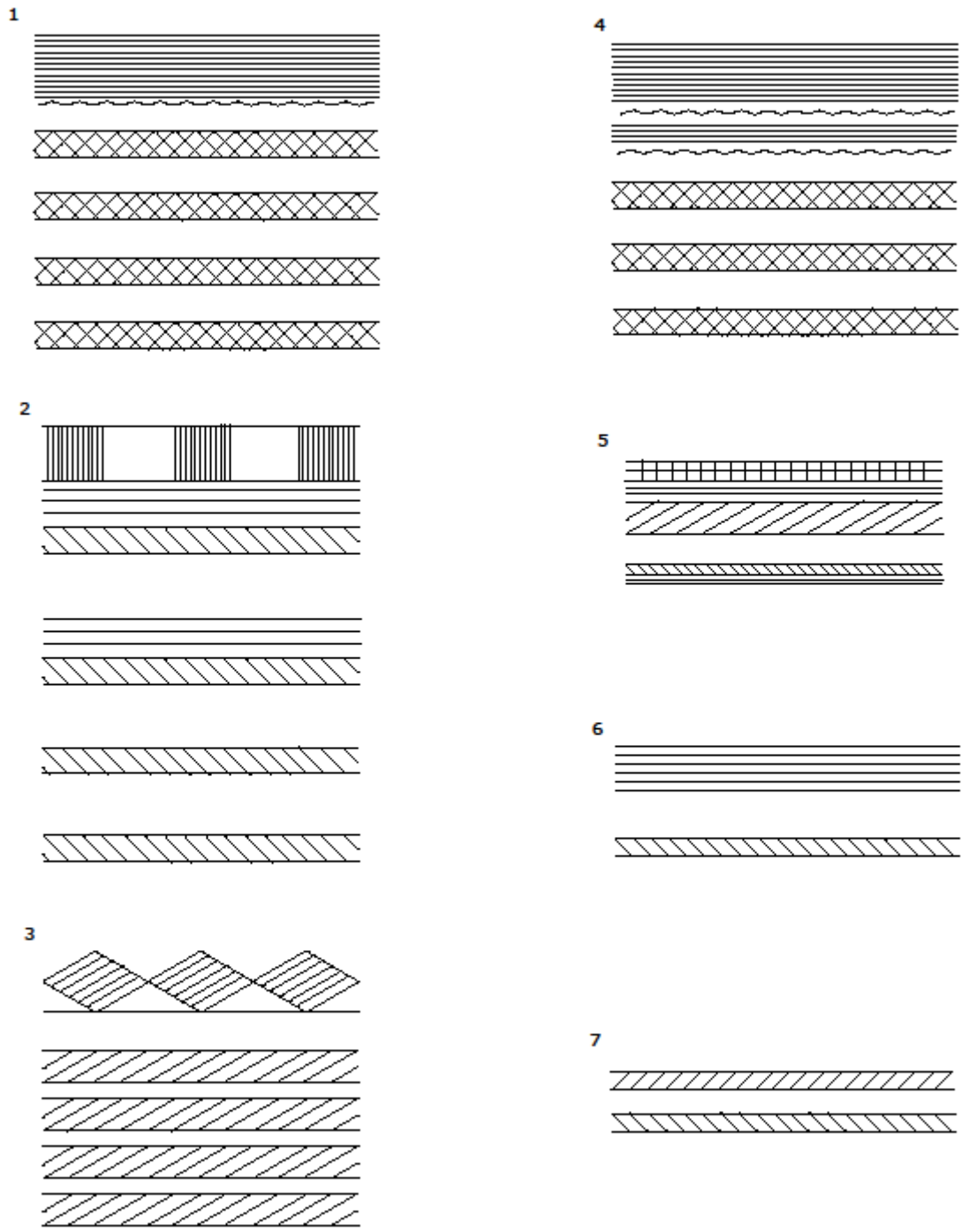
A decoração presente nestes fragmentos é muito homogénea e segue uma temática decorativa muito semelhante (imagens 3, 4 e 5), o que nos leva a crer que tenham sido produzidas num espaço de tempo relativamente curto, onde a gramática decorativa não variou muito e onde a técnica decorativa aparenta ter a mesma qualidade técnica (profundidade do traço, largura do traço, características próprias na decoração).

Este facto a juntar ao tipo de pastas e tipo de cozeduras, que também apresentam uma homogeneidade dentro do grupo estudado, reforça a ideia de que estas produções cerâmicas tenham sido feitas pela mesma comunidade, ou pelo menos comunidades com um fundo cultural semelhante cujas técnicas de produção cerâmica sejam semelhantes. Seria importante realizar estudos petrográficos e técnicos para compreender eventuais diferenças entre as cerâmicas deste monumento.

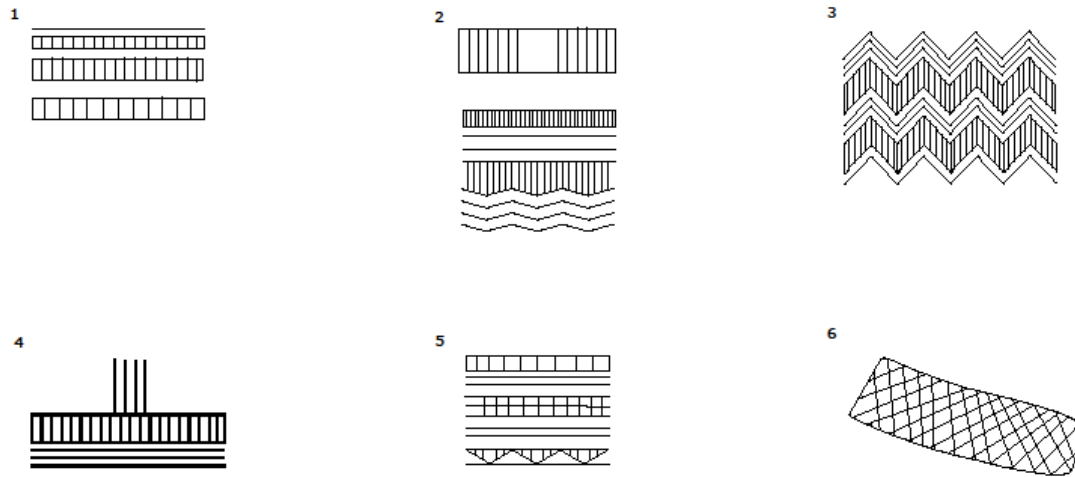
O povoado calcolítico conhecido e com publicações que se encontra mais próximo do monumento Megalítico da Bela Vista, é o da Penha Verde (Cardoso, 2010-2011), onde se identificaram fragmentos de cerâmica campaniforme de vasos marítimos, caçoilas acampanadas e taças Palmela, bem como vestígios de metalurgia de cobre e ouro. Relativamente à cerâmica campaniforme encontrada no povoado é interessante constatar que as temáticas decorativas usadas e os padrões que se registam nas métopes (Gonçalves, 2017) das peças do povoado da Penha Verde (Cardoso, 2010-2011), são muito semelhantes às presentes no monumento em estudo, bem como com as restantes recolhidas nos monumentos megalíticos da região de Sintra (Leisner, 1965), integrando-se na proposta de decorações usadas para o povoado de Chibanes, Setúbal, apresentado por Carlos Tavares da Silva.



**Imagem 3** - Catálogo de decorações proposta por Carlos Tavares da Silva para o povoado de Chibanes



**Imagem 4** – Catálogo dos padrões decorativos presentes nas taças tipo Palmela do Monumento da Bela Vista



**Imagem 5** – Catálogo dos padrões decorativos presentes nos vasos Marítimos/Internacionais do Monumento da Bela Vista

## 4. As práticas funerárias do 4º e 3º milénio na Estremadura

Podemos considerar para a Estremadura a existência de quatro grandes tipos de solução sepulcral onde se podem identificar através do registo arqueológico, algumas práticas funerárias atribuíveis às comunidades, que ocuparam este território entre o 4º Milénio e o 3º Milénio a.n.e.: as Grutas Naturais; as Antas; as Grutas Artificiais (Hipogeus) e os *Tholoi* (Gonçalves, 1995, 2003; Sousa, 1998; Boaventura, 2009; Silva, 2002, 2003a, 2012; Tomé, 2011; Boaventura et al, 2014;).

Dentro de cada uma destas tipologias de sepulcros poderíamos subdividi-los em outras variantes, mas não se irá fazer esse exercício neste trabalho, procurando apenas caracterizar as quatro categorias referidas anteriormente, procurando integrar as práticas funerárias e espólios consoante as suas características morfológicas.

Devido à fisiografia da Estremadura, a presença de grutas naturais e a sua utilização funerária por comunidades humanas do 4º e 3º milénio a.n.e. são frequentes, sendo nestas que se detectam as práticas funerárias mais antigas atribuíveis ao fenómeno do Megalitismo, especialmente na área da Península de Lisboa, Setúbal e ao longo do Maciço Calcário Estremenho (Gonçalves, 2008; Boaventura, 2009, p. 341; Sousa, 1998). Aparentemente a intensificação de deposições funerárias nestes locais, inclusive em grutas nunca antes usadas, ocorre na segunda metade do 4º milénio até meados do 3º milénio, sendo usadas menos frequentemente a partir da 2ª metade do 3º milénio (Boaventura, 2009, pp. 341; Carvalho e Cardoso, 2015; Sousa, 1998).

Na região de Lisboa e Setúbal encontramos abundantes grutas com utilização funerária como as grutas de Salemas (Castro e Ferreira, 1972), Salamandras (Harpsøe e Ramos, 1987), Tufo (Oliveira, Silva e Deus, 1997), Ponte da Laje (Zbyszweski, Viana e Ferreira, 1957), Carnaxide (Cardoso, 1995<sup>a</sup>), Poço Velho (Gonçalves, 2009), Porto Covo (Gonçalves, 2008) e Cova da Raposa (Nogueira 1931) e na região do Maciço Calcário Estremenho registam-se grutas de grande dimensão como Algar do Bom Santo (Duarte, 1998) ou mais pequenas como é o caso de Rio Seco (Tereso et al., 2006) (Boaventura, 2009; Sousa, 1998), Lapa da Galinha (Gonçalves et al, 2014), Almonda (Carvalho, 2003 e 2008), Caldeirão (Carvalho, 2003), Marmota (Gonçalves, 1974-77) e Carrascos (Carvalho, 2003 e Gonçalves et al., 1974-77).

Estas grutas necrópole não se destacariam na paisagem, no entanto existem registos de alguns sítios como o caso de Ponte da Laje (Zbyszweski, Viana e Ferreira, 1957; Vaultier, Roche e Ferreira, 1959; Zbyszweski, 1963), onde possivelmente a entrada da gruta terá sido afeiçoada de modo a delinear um formato circular ou como o sítio arqueológico da Verdelha dos Ruivos, onde se terá identificado um monólito colocado na vertical junto à entrada (Leitão et al., 1984; Boaventura 2009), podendo este ter servido originalmente como marcador do local ou ter servido como no caso da gruta artificial de Bolores, Torres Vedras (Lilios, et al., 2014), para separar espaços mortuários diferentes.

Se estas grutas naturais tiverem sido adoptadas primeiramente pelas comunidades megalíticas como locais das suas práticas funerárias, esse facto pode explicar a ausência no registo arqueológico de sepulcros do tipo protomegalítico e de antas de câmara simples na Baixa estremadura, visto as comunidades que aqui se instalaram, não terem necessidade de fazerem estruturas pétreas para os seus rituais, visto as estruturas existirem naturalmente (ao contrário do que sucede no Alentejo, por exemplo) (Boaventura, 2009; Mataloto et al., 2017).

As Antas são a segunda solução sepulcral que as comunidades do 4º e 3º milénio adoptaram na região da Estremadura e mais especificamente na região de Lisboa (incluindo Sintra). A construção destes monumentos, segundo os dados arqueológicos mais recentes (Boaventura, 2009; Gonçalves, 2009), apontam para meados do 4º milénio, uns séculos após os primeiros usos de práticas funerárias em cavidades naturais atribuíveis a comunidades megalíticas, com um uso contínuo até finais do 3º milénio (Boaventura, 2009; 2011), altura em que aparentemente se deixa de utilizar estes monumentos.

Esta solução sepulcral surge em número reduzido na região de Lisboa e Sintra, concentrando-se essencialmente na área Sul Sudoeste do Complexo Vulcânico de Lisboa, implantando-se normalmente em: “rechãs, mais ou menos extensas e/ou elevadas” (Boaventura, 2010, p. 187) – Monte Abrão, Pedra dos Mouros, Pedras da Granja, Conchadas, Pedras Grandes, Alto da Toupeira 1 e 2 e Monte Serves –, ou em: “encostas mais ou menos acentuadas, sobretudo na parte cimeira ou aproveitando patamares existentes” (Boaventura, 2010, p. 188) – Carcavelos, Trigache 1 e 4, Casal do Penedo, Trigache 2 e 3 – e por último existe um exemplo de uma anta: “implantada no fundo do vale junto à linha de água existente” (Boaventura, 2010, p. 188) – que é a do Carrascal.

Essencialmente implantam-se em zonas interfluviais ou próximas destas, podendo tal escolha ser fruto da redução do coberto florestal detectada durante os 4º e 3º milénio a.n.e. (Queiroz, 1999), tendo provocado clareiras que possibilitavam a construção dos sepulcros.

Segundo alguns autores, estas zonas de interflúvio seriam provavelmente por onde se faria a circulação das populações humanas construtoras destes monumentos (Gonçalves 2005; Sousa, 1998; Boaventura 2009), compreendendo-se que faria sentido para estas populações a escolha destes locais mais acessíveis (tanto acessibilidade física como de acessibilidade às matérias-primas usadas na construção) para a implantação destes monumentos funerários (Boaventura, 2009, p. 189).

Relativamente ao tipo de visibilidade que estes monumentos teriam, coloca-se a questão se estes estariam destacados na paisagem e visíveis a todos os que passassem neste território ou se apenas seriam avistados pelas populações que conhecessem bem esses locais (Sousa, 1998; Boaventura, 2009, p. 189).

Por exemplo, a anta de Monte Serves, localizada num ponto quase de cumeada, apresenta um enorme domínio da paisagem avistando uma larga extensão do estuário do Tejo e os vales em redor, mas ela própria não se destaca na paisagem, “...reconhecida apenas por quem soubesse onde se situava, próxima do relevo homónimo.” (Boaventura, 2010, p. 189, l. 13 e 14).

Outras antas como as de Alto da Toupeira, Carcavelos, Trigache ou Belas, apresentam alguma visibilidade local, mas não permitem avistar ou serem avistadas para além dos seus vales e cumes circundantes (Boaventura, 2010, p. 189), levando a que a sua implantação/localização em zonas com visibilidade reduzida, mas junto a pontos naturais destacados na paisagem, seriam facilmente reconhecidos pelas populações locais, e poderão ter funcionado para demarcar um território de uma determinada comunidade de outra, como aparentemente sucede noutras regiões do País (Gonçalves e Sousa, 2000; Boaventura, 2009, p.189).

Outro factor para a implantação destes monumentos nestes locais, poderá ter sido o facto de a tarefa de extração de lajes usadas na sua construção, ser mais fácil no topo ou

altos das encostas (Boaventura, 2009), tornando a construção destes monumentos menos dispendiosa em termos humanos.

A matéria-prima principal que foi usada na construção das antas de Lisboa são rochas de calcário, maioritariamente grandes lajes, mas também alguns blocos menores, encontrando-se também entre estes, blocos de basalto e rochas afins com frequência, provenientes maioritariamente das “imediações, a poucas dezenas de metros, ou mesmo no próprio local de erecção” (Boaventura, 2009, p.192, l. 21), ou de distâncias não superiores a 1 km (Boaventura, 2009, p.192).

Um dos motivos pelos quais a proveniência da matéria-prima ser tão próxima do local de construção dos monumentos, prende-se com a topografia relativamente acidentada da região em estudo, ao contrário do que sucede nas planícies alentejanas onde a topografia é mais suave e assim menos difícil de transportar grandes blocos de pedra a maiores distâncias.

Relativamente à sua tipologia construtiva, ainda que semelhantes às de outras regiões, como o Alentejo, têm algumas características específicas, como o seu espaço interior, surgir com frequência numa cota inferior à superfície original e do exterior, apresentando-se com um aprofundamento do espaço interior. Tal foi possível, por as antas se localizarem em zonas alteradas do substrato rochoso, facilitando assim a abertura dos alvéolos dos esteios e afundamento da câmara.

O motivo para o rebaixamento do interior da câmara funerária destes monumentos, não é fácil de discernir, mas poderia funcionar para consolidar a estrutura do sepulcro, ou como alguns casos parecem sugerir, poderia reduzir o tempo necessário na construção do tumulus envolvente, caso este existisse (Boaventura, 2009, p. 190).

A presença de mamoadas (*tumulus*) nas antas da região de Lisboa é rara, seja por os trabalhos mais antigos se centrarem exclusivamente no interior dos monumentos seja pelo facto de os trabalhos mais recentes, tendo como objectivo a identificação dessas mamoadas, não as terem conseguido identificar, pelo menos mamoadas que cobrissem o monumento todo (Boaventura, 2010, p.191).

A forma como se fechavam as antas da região de Lisboa seria com uma grande laje, “a exemplo do que subsiste em Monte Abrão” (Boaventura, 2009, p.191, l. 27 e 28), podendo estas comunidades terem construído pelo menos uma rampa em redor do monumento de forma a poderem colocar o fecho do mesmo de forma mais fácil. Pode ser o caso de Pedras Grandes e Carcavelos, onde escavações recentes detetaram um anel pétreo externo de contraforte, coberto por terra, mas que não cobriria a totalidade do sepulcro (Boaventura, 2009, p.191).

No entanto, convém ressaltar de que a erosão natural bem como as muitas actividades humanas realizadas *a posteriori* da construção destes monumentos, poderão ter destruído os vestígios arqueológicos quer de rampas acessórias à colocação das tampas, bem como de mamoas que cobrissem totalmente os monumentos.

Outra tipologia de sepulcro onde se observam práticas funerárias associadas a comunidades megalíticas, são as **grutas artificiais** ou **hipogeus**, autênticas grutas escavadas na rocha, que apresentam desde o Levante ao ocidente peninsular, práticas funerárias comuns, com os devidos regionalismos (Vagueiro, 2016).

Aponta-se e ressalva-se a sua aparente contemporaneidade com os rituais funerários presentes nas antas e grutas naturais, com espólio associado aos enterramentos e datações por radiocarbono muito similares, enquadráveis na segunda metade do 4º milénio e primeiro quartel do 3º milénio a.n.e. (Boaventura, 2009; Boaventura et al, 2014; Liliós et al., 2014; Mataloto et al, 2017), bem como reutilizações posteriores, atribuíveis às comunidades Calcolíticas após o 1º quartel do 3º milénio a.n.e. e já na 2ª metade do 3º milénio, pelas comunidades campaniformes.

É ao redor da desembocadura do Tejo que se identifica um maior número deste tipo de sepulcros (23), usualmente agrupados em conjuntos (Boaventura, 2009; Boaventura et al, 2014; Sousa, 1998; Vagueiro, 2016), como são os casos de Casal do Pardo (Leisner, 1965; Soares, 2003, Gonçalves et al., 2017), São Paulo (Barros e Santo, 1997; Silva, 2002), Tojal de Vila Chã (Heleno, 1933; Leisner, 1965), São Pedro do Estoril e Alapraia (Leisner, 1965; Gonçalves, 2003e).

Outros casos na Península de Lisboa deste tipo de sepulcro, isolados, são Folha das Barradas (Ribeiro, 1880; Leisner, 1965), o monumento da Praia das Maças (Leisner, 1965;

Leisner, Zbyszweski e Ferreira, 1969), cuja câmara ocidental foi transformada em *tholos* já no 3º milénio (Gonçalves, 2003), e Monte do Castelo (Oliveira e Brandão, 1969).

Também na restante região da Estremadura encontramos vestígios destas grutas artificiais com deposições funerárias atribuídas às comunidades do 4º e 3º milénio a.n.e., como são os casos de Cabeço da Arruda 1 (Trindade e Ferreira, 1956), Ermegeira (Heleno, 1942; Leisner, 1965), Bolores (Zilhão, 1987; Kunst e Trindade, 1990; Liliós et al., 2010; Liliós et al. 2014), Carenque (Gonçalves, et al, 2004), Quinta das Lapas 1 e 2 (Gonçalvez, 1992), Ribeira de Cratos 1 e 2 (Jordão e Mendes, 2000) e Ribeira Branca (Leisner, 1965).

Estes sepulcros teriam pouca visibilidade na paisagem, implicando uma escavação de um espaço sepulcral no interior da terra, ao contrário da construção de um edifício como uma anta, construída de certa forma para se destacar na paisagem.

No Alentejo, para a necrópole da Sobreira, existem algumas evidências arqueológicas, que podem indicar a presença de estelas sinalizadoras destes sepulcros, tornando-os visíveis e perceptíveis na paisagem (Valera et al, 2008), podendo ter sucedido o mesmo com as grutas artificiais da região da Estremadura, algo que até ao momento o registo arqueológico não demonstrou.

O último tipo de solução sepulcral detetado na Estremadura, incluindo a região de Lisboa e Sintra, são os *Tholoi*, que surgem apenas no registo arqueológico em pleno 3º milénio, sendo a solução sepulcral aparentemente mais recente adoptada por comunidades megalíticas, denunciando também uma mudança do pacote funerário, com um aparente maior número de enterramentos e com a introdução de novos elementos votivos como são os casos dos recipientes cerâmicos decorados com caneluras, os ídolos de calcário, as grandes pontas bifaciais e as lâminas óvoides, entre outros já referidos anteriormente (Boaventura, 2009; Boaventura et al, 2014; Mataloto et al, 2017; Sousa, 1998 e 2016). Já na segunda metade do terceiro milénio, a introdução de novos rituais funerários acompanhados por artefactos campaniformes nestes monumentos reflecte mais uma vez a mudança que ocorre na sociedade dos vivos, com a adopção destes novos rituais funerários (Boaventura, 2009, p.347) (Boaventura, 2009; Boaventura et al., 2014; Sousa, 1998 e 2016).

Conhecem-se hoje na Estremadura 11 *Tholoi*: Pai Mogo (Gallay et al. 1973, Boaventura, 2009), Barro (Pereira, 1909, Leisner, 1965), Serra das Mutelas (Correia, 1914), Tituaria (Cardoso et al. 1996), Agualva (Boaventura, 2009; Ferreira, 1953), Praia das Maças (Leisner et al. 1969; Silva e Ferreira, 2007), Monge (Ribeiro, 1880, Leisner, 1965), São Martinho (2) (Apolinário, 1896; Leisner, 1965). Acrescem ainda Cabeço da Arruda (Ferreira e Trindade, 1955; Silva, 2002; Boaventura, 2009) e Samarra (França e Ferreira, 1958; Leisner 1965; Silva et al. 2006) (Boaventura, 2009; Sousa, 2016), com escassa informação de cariz arquitectónico.

N.º	Topónimo	CNS	Localização Administrativa	Escavação	C14	Tipo	Bibliografia
1	Pai Mogo	2039	Lourinhã	1972	X	1.3	Gallay et al. 1973; Boaventura, 2009
2	Barro	662	Torres Vedras	1909		1.3	Pereira, 1909; Leisner, 1965
3	Serra das Mutelas	1626	Torres Vedras	1912		1.3	Correia, 1914
4	Cabeço da Arruda 2	1748	Torres Vedras	1933	X	1.3	Ferreira e Trindade, 1965; Silva, 2002; Boaventura, 2009
5	Tituaria	2172	Mafra	1978	X	1.3	Cardoso et al., 1996
6	Agualva	654	Sintra	1951	X	1.3	Boaventura, 2009; Ferreira, 1953
7	Praia das Maças	146	Sintra	1968	X	2.2	Leisner et al., 1969; Silva e Ferreira, 2007
8	Monge	3385	Sintra	1880		1.3	Ribeiro, 1880; Leisner, 1965
9	S. Martinho	657	Sintra	1896		1.3	Apolinário, 1896; Leisner, 1965
10	S. Martinho	657	Sintra	1896		1.3	
11	Samarra	3773	Sintra	1948	X	?	França e Ferreira, 1958; Leisner,

12						1965; Silva et al, 2006
	Bela Vista	19972	Sintra	1959	?	Roche et all, 1961

**Tabela 19** – *Tholoi* da Estremadura e suas tipologias (adaptado de Sousa, 2016)

Os sepulcros de falsa cúpula estremenhos apresentam uma tipologia construtiva muito semelhante entre eles, compostos por câmaras tendencialmente circulares, de diâmetros variados, com paramentos em muro de pedra, ou forrada por lajes, estendendo-se pelo corredor, parcialmente escavados no substrato rochoso (Sousa, 2016; Boaventura, 2009), sendo o caso do da Praia das Maças o mais evidente (Boaventura, 2009), notando-se no entanto situação semelhante nos monumentos da Tituaria, Monge e até do caso específico desta tese de mestrado, Bela Vista.

Relativamente à cobertura destes monumentos funerários, a utilização de materiais perecíveis na sua construção poderá ter resultado no seu desaparecimento do registo arqueológico, no entanto, o grande diâmetro de algumas das câmaras destes monumentos, levaria à necessidade de instalação de um ou mais postes de sustentação da suposta cobertura perecível do monumento, como sugerem os vestígios identificados no *tholos* da Praia das Maças (Lesiner, 1965; Leisner, Zbyszweski e Ferreira, 1969; Boaventura, 2009), Tituaria ou Barro (Lesiner 1965; Boaventura, 2009), Escoural (Santos, 1967; Santos e Ferreira, 1969) e Monte Cardim 6 (Valera, 2010, 2013)

Apesar das particularidades construtivas de cada monumento tipo *tholoi* da região de Lisboa e Sintra, os espólios recolhidos, os rituais funerários identificados, bem como as datações pelo radiocarbono (Mataloto et al, 2017) remetem-nos para a contemporaneidade dos monumentos entre si, bem como, a sua implantação ser, tendencialmente, em pontos cimeiros de vertente ou nos seus cumes (Boaventura, 2009; Sousa, 1998) - à excepção de São Martinho 1 e 2 que estão implantados no fundo do vale - o que poderá indicar uma preocupação com a marcação da paisagem pelas comunidades construtoras destes monumentos ou, pelo menos, uma estratégia comum usada por essas comunidades, na implantação deste tipo de monumentos.

O caso do Monumento da Bela Vista parece enquadrar-se num caso específico e único na região identificado até ao momento, ser um *tholos* construído num abrigo natural pré-existente (não existem *tholoi* em grutas naturais ou noutros abrigos naturais conhecidos), que poderá ter sido usado pelas comunidades humanas com rituais funerários de tradição megalítica do quarto milénio da região de Sintra. Ou pode-se dar o caso de este local ter características construtivas semelhantes a uma Anta, o que poderá ter levado à sua utilização como sepulcro funerário pelas comunidades construtoras do *tholos*, no entanto as escavações efectuadas não permitiram responder a esta questão e, como referido anteriormente, o espólio recolhido não aparenta ser anterior ao primeiro quartel do terceiro milénio a.n.e., quanto muito, enquadrável no último quartel do quarto milénio a.n.e., o que nos leva a crer que apenas é usado como monumento funerário a partir do momento da construção do *tholos*.

## 5. Bela Vista e a Serra de Sintra no Neolítico final e Calcolítico

A Serra de Sintra no 4º e 3º milénio a.n.e. apresentava-se como um território ocupado por comunidades humanas que tinham uma estratégia de ocupação do território semelhante às restantes comunidades da Península de Lisboa e de uma forma mais ampla, na Estremadura Portuguesa.

Na serra de Sintra, temos registo de alguns povoados e necrópoles, mas uma boa parte dos sítios de *habitat* - atribuíveis a comunidades do Calcolítico - identificados localizam-se a Norte da serra de Sintra, e fora desta, onde a topografia se torna menos acidentada e onde se torna mais fácil a exploração dos recursos, pois os solos têm uma melhor aptidão agrícola, é mais fácil o acesso a linhas de água, aos recursos minerais e marinhos (Sousa, 1998)

Sítio	Neolítico Final	Calcolítico Inicial/Pleno	Calcolítico campaniforme	Referências
Olelas	X	X	X	Sousa, 1998; Gonçalves, 1990-1992
Vale de Lobos	X			Valente, 2006
Lameiras	X			Davis e Simões, 2015
Penha Verde		X	X	Cardoso, 2010-2011
Magoito	X			Soares, 2003

Tabela 10 – Sítios de povoados do concelho de Sintra atribuíveis ao 4º e 3º milénio a.n.e. referidos no texto

## 5.1. Povoamento

### 5.1.1. Neolítico Final

Segundo os dados recolhidos para a realização deste trabalho, constatámos de que a ocupação humana no concelho de Sintra, por parte de comunidades do Neolítico Final, baseia-se em *habitats* com topologias de implantação diversificadas, denunciando uma estratégia de povoamento diversa, consubstanciada em povoados construídos em altura (Olelas, Penedo da Cortegaça, Anços), povoados implantados em áreas abertas como vales e vertentes (Negrais, Funchal, Vale de Lobos), outros instalados também eles em áreas abertas, com afloramentos rochosos, a delimitar a sua área ocupada (Lameiras). (Sousa, 2010 e 2017). Outra característica associada a estes sítios de habitat atribuíveis ao Neolítico Final, é o facto de algumas das estruturas domésticas identificadas, aparentarem ser construídas em materiais perecíveis, evidenciados pelos resultados de Vale de Lobos (Valente, 2006), o que dificulta a sua preservação no registo arqueológico e consequentemente a sua investigação.

Desta forma constatamos de que o povoamento deste período por parte das comunidades humanas que ocuparam este território na 2ª metade do 4º milénio a.n.e., apresenta-se de forma disseminada, por vezes localizando-se em áreas muito próximas umas das outras, como o caso do conjunto de Negrais e com uma estratégia de exploração de recurso diversificada, como o caso de Magoito pode representar. (Sousa, 1998, 2010, 2017).

No actual concelho de Sintra, estão identificados oito sítios arqueológicos claramente atribuíveis a *habitats* do Neolítico Final:

Sítio	CNS	C14	Implantação	Referência
Olelas	1835		Topo	Sousa, 1998; Gonçalves, 1990-1992 e 1997
Penedo da Cortegaça	CNS - 2683		“	Gomes, 1971; Sousa, 1998
Anços	CNS - 27469		“	Sousa, 1998
Negraís	CNS - 1882		Vale	Vicente e Serrão, 1956; Sousa, 1998
Funchal	CNS - 1780		Vertente	Sousa, 1998
Vale de Lobos	CNS - 16695	X	“	Valente, 2006
Lameiras	CNS - 6294	X	Vale	Davis e Simões, 2015
Magoito	CNS - 19297		Praia	Soares, 2003

**Tabela 11** – Sítios de habitat da 2ª metade do 4º milénio do concelho de Sintra (adaptado de Sousa, 2010)

### 5.1.2. Calcolítico inicial e pleno

Aparentemente, como sucede na restante Estremadura, a estratégia de povoamento das comunidades Calcolíticas do concelho de Sintra, aparenta assentar em povoados fortificados, que aparentam ter um papel centralizador na organização do território, interligando-se estes com os povoados abertos, de menores dimensões, através da troca de recursos entre si e cujos rituais funerários reflectem as relações entre as comunidades humanas e que poderiam funcionar como elemento aglutinador destas comunidades (Sousa, A. C., 1998, 2010).

No estado actual dos conhecimentos, apenas se conhecem dois povoados desta tipologia do concelho de Sintra, Penha Verde e Olelas, dispendo de dados arqueométricos (Cardoso, 2010-2011; Gonçalves, M., 1997)

#### 5.1.2.1 Penha Verde

Na serra de Sintra, na sua vertente Nordeste, encontramos o povoado fortificado da Penha Verde, com uma ocupação durante todo o Calcolítico. Este local poderia ser o ponto central que faria a ligação à parte Sul da serra de Sintra e à parte Oeste. Este

povoado fortificado está implantado num cabeço isolado, com cota máxima de 360 m, integrado na encosta setentrional da serra de Sintra.

Este povoado fortificado, foi escavado em três anos distintos (1958, 1959, 1964), onde foi possível a identificação, nas primeiras duas campanhas (1958 e 1959), de várias estruturas habitacionais relacionadas com um troço de muralha calcolítico e numa terceira campanha (1964) diversos vestígios atribuídos ao Neolítico (Roche e Ferreira, 1975, Simões, 1999). Desta forma, o conjunto artefactual que foi recolhido neste povoado, atribuído ao Calcolítico Inicial/Pleno, é marcado pela presença de cerâmicas caneladas, como os copos e as taças típicas deste período, e de cerâmicas decoradas com «folha de acácia», no entanto, estas estão, escassamente representadas no conjunto segundo os dados recolhidos (Cardoso, 2010-2011).

Referência laboratório	Amostra	Contexto	Data convencional	Datas calibrada 1 sigma	Datas calibrada 2 sigma	Referências laboratório
ICEN-1275	osso		4000±50	2573-2471	2835-2346	Cardoso e Soares, 1990-1992
W-656	carvão		3420±200	1960-1460	2280-1260	Soares e Cabral, 1993
Beta-296578	Osso ( <i>Bos Taurus</i> )	Casa 2 (2)	3700±30	2137-2036	2198-1981	Cardoso, 2010-2011
Beta-296580	Osso ( <i>Cervus elaphus</i> )	Casa 2 (1)	3680 ± 40	2136-1985	2196-1948	
Beta-276398	Osso ( <i>Bos Taurus</i> )	Calçada	3830±40	2386-2202	2458-2148	
Beta-276399	Osso ( <i>Bos Taurus</i> )	Casal	3890±40	2461-2310	2473-2211	
Beta-276400	Osso ( <i>Ovis / Capra</i> )	Fosso	3970±40	2569-2461	2578-2348	
Beta-260300	Osso ( <i>Sus scrofa</i> )	Casa 2	4000±40	2569-2369	2830-2369	

**Tabela 12** – Quadro com datações absolutas de Penha Verde

### 5.1.2.2. Olelas

Este povoado, está localizado fora da serra de Sintra, mas ainda no concelho, na freguesia de Almargem do Bispo, implantado no topo de uma elevação com cota máxima de 313 m (João Ludgero Marques Gonçalves – 1990-1992).

Este ocupa o canto nordeste da referida elevação, tendo a norte e este, falésias que lhe garantem uma boa defesa natural, que em conjunto com as muralhas registadas a oeste e sul, proporcionam uma excelente defesa do local. Esta fortificação calcolítica apresenta-se com uma muralha quadrangulares e bastiões circulares nesta, como também uma passagem entre o exterior da fortificação e o seu interior, guardada pelos bastiões referidos. Identificaram-se neste povoado cerâmicas atribuíveis ao Calcolítico Inicial/Médio (copos e taças caneladas), bem como cerâmicas atribuíveis ao período Campaniforme, que discutiremos mais adiante. Realizaram-se datações de C14 para este povoado, que atribuem uma ocupação desde o início do 3º milénio (Fase construtiva) até pelo menos à 2ª metade do 3º milénio (Fase de abandono de parte da fortificação), consentânea com as obtidas para outros povoados da região de Lisboa, como Leceia (Cardoso, 1994)

Referência laboratório	Amostra	Contexto	Data convencional	Datas calibrada 1 sigma	Datas calibrada 2 sigma	Referências laboratório
ICEN-878	osso	torre 3.Cam 4.	4730±60	3630-3380	3650-3360	Marques Gonçalves, 1997
ICEN-879	osso	torre 3.cam 3	4400±45	3090-2920	3294-2910	
ICEN-880	Pecten Maximus	torre 3.cam 3	4310±110**	3040-2710	3330-2610	
ICEN-939	ossos	torre3 muralha	4630±60	3040-2910	3260-2880	
ICEN-347	ossos	corredor muralha	4060±70	3300-2710	2870-2420	
ICEN-346	ossos	Corredor	4350±150	2850-2470	3490-2510	

**Tabela 13** – Quadro com datações de Olelas

No actual estado das pesquisas, verificamos que sítios com uma fundação durante o Calcolítico são poucos, e na Serra de Sintra propriamente dita, no único povoado fortificado do Calcolítico identificado (Penha Verde), encontraram-se também vestígios atribuíveis ao Neolítico Antigo (Simões, T., 1999), mantendo a tendência do restante povoamento presente na região, com ocupações humanas pelo menos desde o Paleolítico Inferior em alguns casos (Simões, 1999). Olelas e Penha Verde correspondem a fortificações de pequena dimensão, correspondendo Penha Verde possivelmente a uma cronologia avançada no Calcolítico.

### 5.1.3. Calcolítico Final com Campaniforme

O povoamento que se regista no concelho de Sintra com presença campaniforme nos seus conjuntos artefactuais, assemelha-se ao que se regista na região da Estremadura, caracterizado por um povoamento disperso, com várias modalidades de implantação de habitats. Regista-se a presença deste tipo de cerâmicas tanto em sítios, já previamente ocupados e que aparentemente entram em declínio ou são abandonados por meados do 3º milénio a.n.e., como em sítios sem ocupação humana prévia à presença campaniforme (pelo menos identificado). O tipo de povoamento que se regista neste período, aparenta não assentar numa estratégia de controlo de paisagem ou noutra estratégia definida - como se verifica no período anterior - observável na diversidade das modalidades de ocupação do território em estudo.

CNS	Sítio	Tipo	Escavação	Bibliografia
3060	Alto do Montijo	Povoado aberto	n.d.	n.d.
27469	Anços	Habitat de afloramentos	n.d.	Cardoso e Carreira, 1996; Sousa, 1998
1780	Funchal	“	n.d.	Carneiro, 1990; Sousa, 1998
18046	Lapiás de Lameiras	“	Sim	Davis e Simões, 2015
1882	Negraís	“	Sim	Serraõ e Vicente, 1956
1835	Olelas	Povoado fortificado	Sim	Serraõ e Vicente, 1958; Sousa, 1998
2683	Penedo da Cortegaça	Habitat afloramentos	Sim	Gomes, 1978
4436	Penha Verde	Povoado fortificado	Sim	Cardoso, 2010-2011;

**Tabela 14** - Sítios de Habitat/Povoados do concelho de Sintra com Campaniforme

Iremos desenvolver as características registadas no sítio de habita/povoado mais próximo do monumento objecto de estudo deste trabalho, por considerarmos que caracteriza melhor a área onde o nosso monumento se integra, a serra de Sintra.

Relativamente ao conjunto artefactual campaniforme recolhido no povoado da Penha Verde, apresenta-se muito variado tipologicamente, quer a nível formal, quer a nível decorativo, no entanto, segundo os dados disponíveis e apresentados no quadro adiante,

	Casa 1	Casa 2	Fosso	Muralha	Fosso-Muralha	s/ref. <sup>a</sup>	TOTAIS
Vasos campaniformes de bandas a pontilhado	18	14	6		3		41
Vasos campaniformes de bandas incisas			1				1
Vasos campaniformes lineares a pontilhado	8	5	4				17
Vasos campaniformes ou caçoilas geométricas a pontilhado	6	5	2			3	16
Caçoilas geométricas a pontilhado		12	1	2		5	20
Caçoilas geométricas incisas	3	4	6	1		1	15
Taças Palmela incisas		7		1			8
Taças em calote incisas			5				5
Taças em calote a pontilhado			1				1
Formas ind. de bandas incisas		2					2
<b>TOTAIS</b>	<b>35</b>	<b>49</b>	<b>26</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>9</b>	<b>126</b>

notamos uma predominância do estilo “Internacional”, sobre o estilo inciso:

**Tabela 15** – Quadro 1 de João Luís Cardoso para as tipologias campaniformes recuperadas na Penha Verde (Cardoso, 2010-2011)

Este dado arqueométrico pode indicar (como o autor da publicação sugere) que estamos perante dois momentos diferenciados na ocupação deste povoado, um no decurso da 2ª metade do 3º milénio a.n.e.; e outro atribuível ao 2º quartel da 2ª metade do 3º milénio a.n.e. (Cardoso, 2010-2011), facto apontado por nós para a realidade observada no monumento megalítico da Bela Vista. A juntar o facto de que os motivos decorativos presentes no conjunto campaniforme são muito semelhantes aos encontrados no conjunto estudado por nós para a Bela Vista, deixamos a hipótese de que pelo menos as comunidades humanas da Penha Verde portadoras de elementos campaniformes, tenham usado o monumento por nós estudado para os seus rituais funerários e quiçá tenham sido os seus construtores.

## 5.2. Sepulcros do 4º e 3º milénio

Relativamente a sítios de necrópole do concelho de Sintra, correspondentes ao 4º e 3º milénios a.n.e., segundo a base de dados do Endovélico, estão identificados 13 arqueosítios correspondentes a várias tipologias de sepulcro, sendo que nos iremos focar nos monumentos tipo *tholoi* por considerarmos que o monumento em estudo se integra nesta tipologia.

Grutas Naturais	Antas	Grutas Artificiais	Tholoi
Fojo dos Morcegos	Monte Abrão	Praia das Maças	Praia das Maças
Cova dos Beguínos	Pedras da Granja	Folha das Barradas	Monge
			São Martinho
			Aqualva
			Bela Vista

**Tabela 16** – Monumentos com práticas funerárias atribuíveis ao final do 4º milénio a.n.e. e 3º milénio a.n.e, do concelho de Sintra

Estes sítios têm todos uma utilização referente aos finais do 4º milénio a.n.e. e do 3º milénio a.n.e., ou referente a ambos os períodos. O tipo de conjunto artefactual identificado nos monumentos referidos no quadro \_\_, demonstra um tipo de ritual funerário comum a toda a Estremadura, como já explicado em capítulos anteriores, e para o período da 2ª metade do 3º milénio a.n.e., atribuível ao Calcolítico Final/Campaniforme, é comum surgir o mesmo tipo de conjuntos artefactuais, associados quer a monumentos megalíticos de tradição mais antiga quer os mais recentes, que demonstram a adopção de práticas funerárias muito semelhantes entre si nesta 2ª metade do 3º milénio.

Os conjuntos que se encontraram, quer nas grutas naturais, quer em monumentos ortostáticos do tipo Anta, incluem como as placas de xisto gravadas, os geométricos, ou os elementos de pedra polida (Machados, Enxós, Goivas), são elementos artefactuais que se atribuem aos rituais funerários praticados nos finais do 4º milénio, inícios do 3º milénio, são comuns neste tipo de monumentos da Estremadura mais especificamente de Sintra, mas encontram-se ausentes no sítio da Bela Vista.

Relativamente aos elementos que nos surgem associados aos rituais funerários dos inícios do 3º milénio a.n.e. e que são característicos dos *tholoi* e grutas artificiais, que encontramos também noutras tipologias de monumentos que são reutilizados neste período (Boaventura, 2009), encontramos no monumento em estudo, um conjunto muito semelhante (apesar de ser pouco expressivo quantitativamente), onde temos as taças e copos canelados, tal como pratos de bordo almendrado/espessado, sem decoração, bem como cerâmicas lisas, maioritariamente formas do tipo taça e esféricos; temos também a presença de artefactos ideotécnicos, nomeadamente um ídolo fusiforme em calcário, referidos no capítulo \_\_; tal como alguns elementos de adorno produzidos em pedra verde que se podem integrar, com as devidas reservas, nestes rituais da 1ª metade do 3º milénio a.n.e.. Encontram-se ausentes do conjunto da Bela Vista, duas outras tipologias de artefactos, associado aos rituais funerários deste período e que também encontramos nos povoados deste período, que são as pontas de seta e as grandes lâminas retocadas (Ver Capítulo\_\_).

<i>Tholoi</i>	Cerâmicas Caneladas	Pontas de Seta	Lâminas ovóides	Cerâmicas Lisas	Campaniforme	Artefactos adorno	Artefactos Ideotécnicos	Metalurgia
Praia das Maças	X	X	O	X	X	X	X	X
Aqualva	X	X	X	X	X	X	X	X
Monge	X	O	X	X	X	O	O	O
São Martinho	X	X	X	X	X	X	X	X
Bela Vista	X	O	X	X	X	X	X	X

**Tabela 17** – Presença nos tholoi do concelho de Sintra de artefactos atribuíveis a práticas funerárias do 3º milénio a.n.e.

X – Presente; O – Ausente

Quanto a elementos que nos remetem para a 2ª metade do 3º milénio, ligados ao momento campaniforme, encontramos nalguns dos sítios arqueológicos referidos, a presença de elementos semelhantes aos registados na Bela Vista, como o caso das pontas

palmela, o botão em marfim e as cerâmicas de estilo “Internacional” e de estilo “Palmela” (decoração incisa ou impressa/pontilhada), que caracterizam a 2ª metade do 3º milênio a.n.e da região em foco.

Referência laboratório	Amostra	Contexto	Data convencional	Datas calibrada 1 sigma	Datas calibrada 2 sigma	Referências laboratório
Monte Abraão Beta-228580	Fémur direito humano, MA178.218.15, exumado por C. Ribeiro entre 1875-78	sem localização conhecida	4180±40	2880-2850 (14,4) 2820-2740 (37,3) 2730-2680 (16,5)	2900-2630 (95,4)	Boaventura, 2009
Monte Abraão Beta-228579	Fémur esquerdo humano, MG178.212.26, exumado por C. Ribeiro entre 1875-78	sem localização conhecida	4040±40	2620-2480 (68,2)	2840-2810 (5,1) 2680-2460 (90,3)	Boaventura, 2009
Pedras da Granja Beta-225171	Mandíbula humana, MASMO/PG-V2	“inumação H45”	3700±30 4050±40	2830-2820 (2,3) 2630-2550 (39,6) 2540-2490 (26,3)	2860-2810 (7,9) 2750-2720 (1,3) 2700-2470 (86,2)	Boaventura, 2009
Praia das Maças OxA-5509	alfinete de cabeça postiça	câmara ocidental	4410±75	3320-3230 (12,9) 3110-2910 (55,3)	3340-2900 (95,4)	Cardoso e Soares, 1995
Praia das Maças OxA-5510	alfinete de cabeça postiça	câmara ocidental	4395±60	3100-2910 (68,2)	3340-3210 (17,3) 3190-3150 (3,3) 3130-2890 (74,8)	Cardoso e Soares, 1995
Praia das Maças H-2049/1467	Carvões	câmara ocidental	4260±60	3010-2990 (1,7) 2930-2850 (40,5) 2810-2750 (20,5) 2730-2700 (5,5)	3080-3070 (0,2) 3030-2830 (58,7) 2820-2660 (35,9) 2650-2630 (0,6)	Soares e Cabral, 1984
Folha das Barradas	Fémur humano com patologia. MG293.58.01.	sem localização conhecida	4170±40	2880-2840 (13,0) 2820-2740 (35,0)	2890-2620 (95,4)	Boaventura,

Beta-234135	conhecida			2730-2670 (20,1)		2009
Praia das Maças OxA-5509	alfinete de cabeça postiça	câmara ocidental	4410±75	3320-3230 (12,9) 3110-2910 (55,3)	3340-2900 (95,4)	Cardoso e Soares, 1995
Praia das Maças OxA-5510	alfinete de cabeça postiça	câmara ocidental	4395±60	3100-2910 (68,2)	3340-3210 (17,3) 3190-3150 (3,3) 3130-2890 (74,8)	Cardoso e Soares, 1995
Praia das Maças H- 2049/1467	Carvões	câmara ocidental	4260±60	3010-2990 (1,7) 2930-2850 (40,5) 2810-2750 (20,5) 2730-2700 (5,5)	3080-3070 (0,2) 3030-2830 (58,7) 2820-2660 (35,9) 2650-2630 (0,6)	Soares e Cabral, 1984
Praia das Maças H- 2048/1458 carvões recolhidos em vários	carvões	Vários pontos da câmara ocidental	3650±60	2140-2080 (19,7) 2060-1940 (48,5)	2210-1880 (95,4)	Soares e Cabral, 1984
Aigualva Beta-239754	Fémur esquerdo humano MG295.4*22	sem localização conhecida	4110±40	2860-2810 (17,2) 2750-2720 (7,8) 2700-2580 (43,1)	2880-2570 (94,3) 2520-2500 (1,1)	Boaventura, 2009

**Tabela 18** – Datações dos sepulcros do concelho de Sintra (adaptado de Boaventura, 2009)

Relativamente à arquitectura dos monumentos funerários da região de Sintra, vamos focar o nosso interesse nos monumentos tipo *tholoi*, por apresentarem características construtivas muito semelhantes ao nosso objecto de estudo. Este tipo de monumento funerário tem uma cronologia correspondente ao final do 4º milénio a.n.e. e 3º milénio a.n.e., prolongando-se nalguns casos até ao 2º milénio a.n.e., se considerarmos as datações obtidas para a Praia das Maças, sendo que quatro deles correspondem a monumentos tipo *tholoi*, sendo considerados como uma solução sepulcral “nova”, aparentemente construída no 1º quartel do 3º milénio e usada pelas comunidades humanas que ocuparam este território durante este período (Sousa, 2016).

Esta solução sepulcral tipo *tholoi*, surge no registo arqueológico da região em estudo, com uma solução construtiva baseada num aparelho de pedra seca (como o usado nos povoados calcolíticos do mesmo período) com cúpula ou falsa cúpula e como se observa na tabela apresentada, consideraram-se 5 deles como monumentos do tipo 1.3 (Câmara totalmente em falsa cúpula; Corredor tipo muro), com alguma variação na disposição das lajes (Boaventura, 2009; Sousa, 2016). Relativamente ao monumento da Bela Vista, poderíamos integrá-lo de uma forma geral na categoria 2 definida por Ana Catarina Sousa (Sousa, 2016, p. 219), de Monumento Compósito (Ver Imagem com tipologias construtivas), que neste caso específico se encontra em associação a um abrigo natural, o que se torna num caso único até ao momento, como solução sepulcral adoptada para a construção deste tipo de estrutura funerária.

## 6. Discussão

A realização deste trabalho leva-nos a considerar que o Monumento Megalítico da Bela Vista pode ser classificado como *tholos*, e que se integra, sem grandes dúvidas, nas práticas funerárias do 3º milénio a.n.e. que se observam na região da Estremadura e mais especificamente na região da península de Lisboa e região de Sintra, estando associado à rede de ocupação das comunidades do 3º milénio.

Para além do monumento se integrar na rede de ocupação do Calcolítico, integra-se também no fenómeno campaniforme que caracteriza a segunda metade do 3º milénio a.n.e., em todo o território português, interligando-o com a cultura campaniforme da península de Lisboa e Setúbal, uma das áreas mais características do fenómeno campaniforme da Península Ibérica (Harrison, 1977; Soares et al., 1974-77) e consequentemente, integrando-se este monumento na fase final do Calcolítico.

Assim, pelo tipo de espólio que foi exumado do sítio à luz dos conhecimentos actuais sobre os rituais funerários dos 4º e 3º milénio a.n.e., podemos inserir o espólio recolhido em dois grandes momentos:

- Construção e ocupação atribuível aos rituais funerários associados às comunidades construtoras do *tholos*, que inserimos na 1ª metade do 3º milénio a.n.e., cujos artefactos encontramos neste monumento: como o machado de pedra polida (anfíbolito), alguns elementos líticos, como as lascas retocadas e os núcleos presentes (que pelas características apresentadas se enquadram no período entre 3000 e 2500 a.n.e), um artefacto votivo de calcário (2900-2500 a.n.e.) e um provável furador em osso polido que tem um período de utilização mais lato e de difícil interpretação. Relativamente a artefactos cerâmicos, temos a presença de copos e taças caneladas, bem como de pratos de bordo almendrado, que mais uma vez nos remete para as comunidades da 1ª metade do 3º milénio a.n.e..

- Ocupação atribuível aos rituais funerários de comunidades campaniformes, inseridas na 2ª metade do 3º milénio a.n.e., associada aos artefactos do tipo: vasos de tipo Internacional/Marítimo e taças tipo “Palmela”, em termos cerâmicos; as

pontas “Palmela”, os artefactos de ouro, em termos metalúrgicos, bem como o botão em marfim que consideramos como uma fase de reutilização do monumento funerário pelas comunidades campaniformes da região de Sintra, que perdura, no nosso entender, durante a segunda metade do 3º milénio e quiçá do 1º quartel do 2º milénio (se considerarmos as datações obtidas sobre carvão provenientes do *tholoi* da Praia das Maças (Boaventura, 2009, Sousa, 2016).

### **6.1. 1ª Metade do 3º milénio a.n.e.**

Relativamente, ao primeiro período de utilização do monumento, consideramos o momento em que o monumento é construído, como a primeira utilização do espaço para rituais funerários, visto que através dos dados disponíveis e estudados, não nos indicarem uma utilização do espaço anterior ao 3º milénio.

Assim, do 1º quartel e metade do 2º quartel do terceiro milénio a.n.e. (3000 a.n.e.-2600 a.n.e.), temos o conjunto artefactual das cerâmicas não decoradas que atribuímos ao período de construção deste monumento pelas comunidades calcolíticas da serra de Sintra, acompanhando as primeiras deposições funerárias realizadas no *tholos* da Bela Vista. Deste conjunto liso, referimos no capítulo três a existência de algumas peças que apresentavam um tratamento de superfície mais cuidado, com um polimento suave das suas superfícies e que apresentavam uma cozedura mais homogénea (denotando um maior controlo na sua produção a nosso entender). Levantamos a hipótese de estas pertencerem ao conjunto artefactual correspondente ao momento campaniforme, por se apresentarem com uma técnica de produção de maior qualidade e assim poderem ter sido produzidos numa altura em que as técnicas de produção cerâmica estão mais desenvolvidas, como é o caso do período campaniforme. Ainda atribuível ao 1º momento de utilização deste monumento, temos um tipo de cerâmica decorada atribuível ao Calcolítico Inicial/Pleno, que são as cerâmicas de decoração canelada (Sousa, 2010; Amaro, 2012; Kunst, 1996), que nos surgem representadas no registo arqueológico por 3 formas distintas: o copo, a taça e os pratos de bordo espessado (com caneluras interiores) (Amaro, 2012).

No monumento em estudo, regista-se a presença de um fragmento de fundo de um copo canelado, cinco fragmentos que atribuímos a duas taças caneladas distintas e dois fragmentos de bordos atribuíveis também eles a formas tipo copo, mas onde não nos foi possível detectar decoração, apesar de apresentarem um aparente polimento interno, ou engobe. O copo é uma forma única deste período, surgindo no registo arqueológico quer com caneluras junto ao bordo, junto ao fundo ou em ambos os sítios, sendo comum nos povoados fortificados estudados na região de Lisboa e Estremadura (Amaro, 2012; Cardoso, 2011-2012; Sousa 2010), bem como nos monumentos megalíticos das mesmas regiões (Leisner, 1965; Boaventura, 2009; Sousa, 2010). Já as taças caneladas, surgem também frequentemente nos povoados e monumentos megalíticos da região, sendo mais comuns do que os copos, surgindo muitas taças com a mesma forma que as caneladas, mas sem a decoração (Sousa, 2010).

Estas duas peças permitem-nos assim, balizar este conjunto artefactual no 1º quartel do 3º milénio a.n.e., a que atribuímos também uma parte do conjunto de cerâmicas lisas, por estas apresentarem formas (Ver capítulo 3) que perduram durante todo o 3º milénio (Sousa, 2010), inclusive acompanhando algumas peças campaniformes se considerarmos algumas investigações em monumentos do género (Cardoso, 1996), facto que nos leva a considerar as cerâmicas lisas como pertencente às duas fases de utilização por nós enunciadas no capítulo 3 deste trabalho, mas sem contextos bem definidos, não conseguimos apurar a que fase do monumento se refere o maior número de peças cerâmicas lisas.

Atribuível ainda à 1ª fase de utilização do monumento, podemos ainda considerar provável a associação às contas de colar recolhidas bem como o machado de anfíbolito, elementos que nos remetem para os rituais funerários da 1ª metade do 3º milénio a.n.e. (Boaventura, 2009; Sousa 2010).

Ambos os elementos referidos têm uma importância especial relativamente aos restantes, por serem produzidos numa matéria-prima exógena da região de Lisboa, como o anfíbolito, no caso do machado, e a variscite, no caso de três contas (Sousa, 2010, Odriozola et al, 2010, 2013a e 2013b, 2016). Este facto, remete nos para as trocas existentes entre a comunidade construtora deste monumento e outras regiões do País, nomeadamente o Alentejo (de onde provém o anfíbolito) e Espanha (provável

proveniência da variscite); directa ou indirectamente, (Gonçalves, 2008; Sousa et al., 2012; Odriozola et al., 2017), integrando-se na rede de trocas/contactos das comunidades Calcolíticas do actual território português, surgindo assim estes materiais exógenos neste monumento. Estas redes de trocas/contactos estão bem estudadas e investigadas por Ana Catarina Sousa e Victor Gonçalves (Gonçalves, 2008; Sousa et al., 2012), bem como por outros investigadores (Boaventura, 2009, 2011 e Boaventura et al., 2013 e 2014) e remetem-nos para os contactos existentes (através de trocas comerciais, através da migração de pessoas) entre as diversas comunidades que ocupavam as diferentes regiões do nosso território no 3º milénio a.n.e., quer na sua 1ª metade (3000 a.n.e. – 2500 a.n.e.), associado às trocas de matérias-primas características de cada região, quer na sua 2ª metade (2500 a.n.e. – 2000 a.n.e.), já associada ao fenómeno campaniforme.

Vários estudos sobre mobilidade têm sido efectuados, mas a falta de material osteológico presente nos sepulcros já escavados e estudados, deixam-nos apenas com uma pequena amostra da realidade (Boaventura et al., 2014 e 2016; Boaventura, 2011). A necessidade de continuar a elaboração deste tipo de estudos é necessária, para se tentar perceber de que forma as diferentes comunidades do 3º milénio a.n.e. interagiam entre si de forma a tentar compreender como se processou a difusão dos rituais funerários megalíticos que se observam no actual território português. A realização de análises de isótopos, do pouco material osteológico humano recuperado do monumento da Bela Vista (Capítulo 3.3) e a sua comparação com outras amostras realizadas a outros conjuntos osteológicos, poderia trazer novas informações sobre os seus utilizadores, mas tal não foi possível por falta de meios.

Apesar destas lacunas, podemos afirmar que as comunidades construtoras deste monumento, estão plenamente integradas na rede de povoamento Calcolítico, grosso modo, da 1ª metade do 3º milénio a.n.e., que se observa no actual território Centro e Sul de Portugal e nos rituais funerários praticados por essas comunidades.

## 6.2. 2ª Metade do 3º milénio a.n.e.

Relativamente ao segundo momento de utilização do Monumento Megalítico da Bela Vista, os dados estudados e recolhidos levam-nos a crer que este monumento teve a sua fase de maior utilização durante a última metade do 3º milénio a.n.e., numa fase em que a cultura campaniforme se manifesta por toda a região da península de Lisboa e na Estremadura portuguesa (Boaventura, 2009; Cardoso, 2014; Harrison, 1977; Soares et al., 1974-77; Silva, 2017; Sousa, 2010;) surgindo a sua presença em alguns monumentos de tradição megalítica mais antigos de Sintra como nalgumas antas, grutas artificiais (Boaventura, 2009) e noutros com as mesmas características construtivas (*tholoi*) do monumento em estudo, como os casos do Monge (Leisner, 1965) ou o da Aqualva (Ferreira, 1959; Leisner, 1965).

O conjunto cerâmico campaniforme estudado deste monumento, é composto por duas das três formas cerâmicas que caracterizam este período: o vaso Marítimo/Internacional, e as taças tipo “Palmela”, estando ausente neste conjunto a forma cerâmica correspondente à caçoila. Todas as peças estudadas apresentam-se, de modo geral decoradas com motivos geométricos (linhas verticais e horizontais), variando a técnica usada (incisa, pontilhada, incisa/pontilhada) e com um polimento cuidado das suas superfícies internas e externas (Capítulo referente às cerâmicas campaniformes).

Seguindo o modelo apresentado por Joaquina Soares e Carlos Tavares da Silva (Soares et al., 1974-1977, 2017), a técnica decorativa do pontilhado seria mais antiga, e a técnica incisa com pontilhado e somente incisa, as mais recentes. Assim, o conjunto artefactual estudado referente ao momento campaniforme do monumento, apresenta as duas soluções técnicas em diversos artefactos cerâmicos diferentes:

Vasos do estilo “Internacional”, com a decoração feita exclusivamente com a técnica do pontilhado, tal como uma taça de tipo Palmela, com decoração pontilhada, que integramos no período inicial do campaniforme;

Vasos do estilo “Internacional” com decoração exclusivamente incisa e taças de tipo Palmela, de bordo espessado internamente, com decoração exclusivamente incisa, que nos remetem para as técnicas decorativas usadas numa fase mais avançada do

campaniforme; de referir um exemplar de uma taça tipo Palmela de bordo espessado internamente e com decorações incisas preenchidas a pasta branca, que nos remete para o mundo de Ciempuzuelos (Silva, 2017) e para as trocas existentes entre as comunidades humanas deste período;

Já a presença das pontas “Palmela” (Soares et al., 1974-1977 e Silva, 2017), podemos integrá-las em ambas as etapas do campaniforme, e como não dispomos de análises para os artefactos metalúrgicos, não podemos retirar muito mais informação sobre estes. Através de análises realizadas nos anos 70 e 80 (Schubert e outros 1974, 82), aos metais recolhidos nos sítios pré-históricos depositados nos museus de Portugal e Espanha, pudemos observar que os materiais metálicos analisados para a zona de Sintra, correspondiam ao povoado da Penha Verde e a um dos *tholoi* de São Martinho, não apresentam valores de arsénio superiores a 2% (Schubert et al., 1974).

Segundo alguns investigadores sobre arqueometalurgia, quando existe uma percentagem de cerca de 2% (ou superior) de arsénio nas peças de cobre do 3º milénio a.n.e., é uma marca de adição intencional deste mineral ao cobre de modo a dar-lhe outras características físicas (mais brilho, mais fácil de trabalhar) (Muller et al., 2008). Outros investigadores consideram que a presença de até 2% de arsénio (Sousa, 2010) nas peças de cobre tem uma grande probabilidade de ser uma ocorrência natural deste mineral no cobre minerado, o que pode levar a que estes artefactos metálicos tenham estes vestígios de arsénio de forma natural e não através de um processo de adição manual deste mineral ao cobre a ser trabalhado. Considera-se que só valores acima dos 4% de arsénio é que se torna mais certo de que existe uma intencionalidade na adição de arsénio às peças produzidas e poderá ser demonstrativo, de uma fase em que a tecnologia metalúrgica se encontra desenvolvida e bem estabelecida.

Teria sido interessante se os autores da escavação tivessem conseguido identificar o espólio associado às cerâmicas com a técnica incisa ou às da técnica pontilhada, de modo a se tentar ter uma ideia se o conjunto artefactual mais recente seria o que teria associado a ponta de palmela e/ou o punhal, ou se a metalurgia estaria associado a algum conjunto cerâmico com a técnica impressa pontilhado, supostamente mais antigo, mas tal não foi possível.

## 7. Concluindo...

Ao contrário dos restantes monumentos tipo *tholoi* e outros monumentos com enterramentos de tradição megalítica da região de Lisboa e Estremadura (Capítulo 4), no sítio arqueológico da Bela Vista, os elementos associados aos construtores, são escassos relativamente aos do período campaniforme, mesmo considerando todas as cerâmicas lisas estudadas, o machado de anfibólito, o artefacto votivo de calcário e os elementos de pedra lascada, como pertencentes às comunidades construtoras do monumento.

Existem várias hipóteses que explicam o facto de o monumento apresentar poucos artefactos associados à primeira fase de utilização, como as repetidas violações efectuadas ao monumento (até durante as campanhas de escavação dos signatários, onde é referido a violação do local e o roubo de algum material arqueológico), numa altura em que já se conhece o tipo de espólio associado a este tipo de monumentos e de onde se subtraem esses elementos, tendo ficado no monumento aqueles artefactos menos importantes e menos valiosos (como são os casos das cerâmicas lisas); à escavação e registo arqueológico pouco adequado; a/as comunidade/s construtora/s do *tholos*, o tenha/am construído já no final da 1ª metade do 3º milénio, numa fase de transição para os rituais funerários atribuíveis a comunidades campaniformes e que, por este facto, as comunidades que o tenham construído não tivessem utilizado este monumento durante muito tempo; ou simplesmente por terem outro local na mesma área onde preferiam enterrar os seus defuntos (como por exemplo os *tholoi* de São Martinho e do Monge).

Com a mudança cultural trazida com as comunidades campaniformes na segunda metade do 3º milénio a.n.e., o monumento pode ter ganho uma nova importância para as comunidades que exploravam este território, levando a uma “requalificação” do monumento e levando à deposição de indivíduos com um acompanhamento artefactual mais significativo e característico da 2ª metade do 3º milénio pode ter sido uma questão demográfica onde o desenvolvimento populacional das comunidades que ocupam o território no 1º quartel da 2ª metade do 3º milénio, leva a uma reutilização dos monumentos de comunidades anteriores que tenham caído em desuso; no entanto os dados expostos no capítulo \_\_\_ (referente à Serra de Sintra no 4º e 3º milénio) para o povoamento deste período não indique uma pressão demográfica acentuada, denotando-se quanto muito um certo abandono dos locais de habitat anteriormente ocupados.

Todas as hipóteses apresentadas são possíveis no nosso entender, no entanto o facto de se terem recolhido os artefactos metálicos e alguns materiais de excepção atribuíveis ao período campaniforme, leva-nos a ponderar se realmente os primeiros utilizadores do monumento terão depositado outros artefactos para além dos identificados pelos signatários da escavação, ou se este foi espoliado como referido anteriormente, visto se terem preservado alguns elementos do período campaniforme que facilmente seriam reconhecíveis e considerados como valiosos e importantes. Pelo facto de não se terem recolhido nenhuns ossos longos deste monumento e apenas terem sobrado metacarpos e dentes, é um sinal claro de violação do sítio, ou de um remeximento considerável, o que deturpa muito a realidade observada e reforça a ideia de este local ter sido repetidamente espoliado ao longo do tempo, o que a adicionar ao que já foi dito anteriormente, não nos permite uma conclusão definitiva.

Este monumento e a sua história remetem-nos assim, para um dos problemas que a investigação arqueológica da pré-história ainda hoje em dia padece: intervenções não autorizadas em sítios arqueológicos tendo em vista a recolha de espólio com algum valor comercial; falta de ética e de moral de certos indivíduos, que valorizam o valor material dos conjuntos artefactuais e não o seu valor científico; os trabalhos levados a cabo com metodologias de escavação pouco adequadas para os contextos identificados; levando a que se destrua muitos sítios arqueológicos e assim se perca informação arqueológica que poderia dar uma visão mais abrangente das realidades arqueológicas debatidas nesta dissertação.

## 8. Bibliografia

### Geologia

KULLBERG, M. C & KULLBERG, J. C. (2000) - Tectónica da região de Sintra. In Tectónica das regiões de Sintra e Arrábida, Mem. Geociências, Museu Nac. Hist. Nat. Univ. Lisboa, nº 2, 1-34

DIAS, J. A. (1987) - *Dinâmica sedimentar e evolução recente da plataforma continental portuguesa setentrional*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências, Lisboa, 384p, anexos I a IV.

NEVES, M. (2006) - *Os Sistemas Litorais da Estremadura. Classificação e Caracterização Geomorfológica*. Centro de Estudos Geográficos, Relatório nº 4, Universidade de Lisboa, 118 p.)

OLIVEIRA, L. (2009) - *Estudo Morfodinâmico e Sedimentar das praias do Concelho de Sintra* – Mestrado em Geologia do Ambiente, Riscos Geológicos e Ordenamento do Território, Lisboa

TERRINHA, P.; ARANGUREN, A.; KULLBERG, M. C.; PUEYO, E.; KULLBERG, J. C.; CASAS SAINZ, A. M. & RILLO, C. (2003) - *Complexo ígneo de Sintra – um modelo de instalação constrangido por novos dados de gravimetria e ASM*, VI Congresso Nacional de Geologia, 2003, Monte de Caparica: UNL. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Ciências da Terra (UNL), Lisboa, nº esp. V, CD-ROM, pp. D96-D100

### Arqueologia

AMARO, G. C. (2012) – *La cerámica con decoración acanalada y bruñida en el contexto pre-campaniforme del Calcolítico de la Extremadura portuguesa. Nuevos aportes a la comprensión del proceso de producción de cerámicas en la Prehistoria Reciente de Portugal*. BAR International Series 2348. p. 35-47

AMARO, G. C. (2013) - Bell Beaker ware from Estremadura, Portugal, and its likely influence on the appearance of Maritime Bell Beaker ware. *Current researches on Bell Beakers Proceeding of the 15<sup>th</sup> International Bell Beaker Conference: From Atlantic to Ural*. p. 197-209

ANDRADE, M. A. (2011) – O sítio pré-histórico do Monte da Pedra (Mina, Amadora): identificação e caracterização de uma possível oficina de talhe neolítica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 5-39.

ANDRADE, M. A. (2014) - As placas votivas (e o báculo) da Lapa da Galinha, na primeira metade do 3.º milénio a.n.e, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21, Oeiras

ANDRADE, Marco António; CARDOSO, Marisa S. (2004) - O sítio pré -histórico da Pedreira do Aires (Ramada, Odivelas): notícia da sua identificação. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7:1, pp. 137–163

ARNAUD, J. M. (1978) – O Megalitismo em Portugal: Problemas e Perspectivas. *Actas III Jornadas Arqueológicas, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, vol. 1, p. 97-112 il

APOLINÁRIO, M. (1896) - Necrópole neolithica do Valle de S. Martinho. *O Archeologo Português*. Lisboa. 2, p. 210-222.

APOLINÁRIO, M. (1897) - Grutas do Furadouro. *O Archeologo Português*. Lisboa. 3, p. 86-95

BARROS, L.; SANTO, P. E. (1997) – Gruta artificial de São Paulo. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: MAEDS, 11-12, p. 217-220.

BARROSO, M. M., CARAMÉ, M. E. C., URIBE, M. D., SANJUAN, L. G., e MOLINA, C. M. (2014) - A reappraisal of iberian copper age gold work: Craftmanship, Symbolism and Art in a Non-funerary Gold Sheet from Valencina de la Concepción, *Cambridge Archaeological Journal*, 25:3, 565-596.

BENSAÚDE, A. (1884) – Note sur la nature minéralogique de quelques instruments de pierre trouvés en Portugal. In *Congress International d'Anthropologie Préhistorique*, 9º, Lisboa 1880 – Compte rendu. Lisboa, p. 682-697)

BENSAÚDE, A. (1889) – Notice sur quelques objets préhistorique du Portugal fabriqués en cuivre. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*. Lisboa, 2, p. 119-124.

BOAVENTURA, R. (2009) – As antas e o megalitismo na região de Lisboa, *Tese de Doutoramento apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa*, 2 vol.

BOAVENTURA, R., FERREIRA, M. T., NEVES, M. J., SILVA, A. M. – (2014) Funerary Practices and Anthropology during Middle-Late Neolithic (4th and 3rd Millenia BCE) in Portugal: Old Bones, New Insights. *Anthropologie*, 52: 2, P. 183-204.

CABRAL, J. M. P.; SOARES, A. M. M. (1984) - Datação pelo radiocarbono. II: sobre a estimação do verdadeiro valor das datas convencionais de radiocarbono e a comparação de duas datas. *Arqueologia*. Porto. 10, p. 89-99.

CARDOSO, J. L. (1989) – *Leceia: resultados das escavações realizadas : 1983-1988*. Oeiras : Câmara Municipal, 1989.

CARDOSO, J. L. (1994) – Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, número especial.

CARDOSO, J. L. (1995) – Materiais arqueológicos inéditos das grutas de Carnaxide (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 5, p. 67-86.

CARDOSO, J. L. (1997) – Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 54 (2): 5-11

CARDOSO, J. L. (1997/1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.

CARDOSO, J. L. (1999-2000) – Os artefactos de pedra polida no povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8 (1999-2000) 214-323.

CARDOSO, J. L. (2002) – Pré História de Portugal. [s.l.]: Verbo

CARDOSO, J. L. (2003) – A utensilagem óssea de uso comum do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 11 (2003) 25-84.

CARDOSO, J. L. (2010-2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-551.

CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71: 1, p. 56-75.

Cardoso, J. L (2014a) - The Bell -beaker complex in Portugal: an overview. O fenómeno campaniforme em Portugal: uma síntese. *O arqueólogo Português*, Série V, 4/5, p. 275-308

CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. M. (1990-1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.<sup>a</sup> série, 8-10, p. 203-228.

CARDOSO, J. L.; COSTA, J. B. (1992) - Estação pré -histórica de Barotas (Oeiras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9–10, pp. 229–245

CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. (1995) - Sobre a cronologia absoluta das grutas artificiais da Estremadura portuguesa. *Al-Madan*. Almada, 2<sup>a</sup> série, 4, p. 10-13.

CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; CARREIRA, J. R. (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.

CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; CARREIRA, J. R. (1996a) – O espólio arqueológico das grutas naturais da Senhora da Luz (Rio Maior). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 6, p. 195-256.

CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. V.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J. & SOUSA, P. F. (1996b) – O monumento pré-histórico de Tituaria, Moinhos da Casela (Mafra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.

CARDOSO, J. L.; NORTON, J. (1997–1998) - A oficina de talhe do sílex do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, pp. 35–45

CARDOSO, J; GONZALEZ, A.; CARDOSO, G. (2001-2002) – Um notável ídolo de calcário do dólmen de Casainhos (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 10, p. 375-386.

CARDOSO, J. L.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C.T.; BERGER, F. (2003) – A gruta do Correio-Mór (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal, 11, p. 229-321.

CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2004) – Estácio da Veiga e o reconhecimento do Algarve: o concelho de Alcoutim. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4<sup>a</sup> série, 22, p. 67-112

CARDOSO, J. L., MARTINS, F. (2017) - O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014 / The chalcolithic fortified settlement of Outeiro Redondo (Sesimbra): Results of 2013 and 2014 field seasons – *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 23;

CARNEIRO, A. (2005) – Outside Government Science, “Not a Single Tiny Bone to Cheer Us Up!” The Geological Survey of Portugal (1857-1908): The Involvement of Common Men, and the Reaction of Civil Society to Geological Research. *Annals of Science*, 62, p. 141-204

CARVALHO, A. F. (1998) – O talhe da pedra e a transição Neolítico – Calcolítico no Centro e Sul de Portugal: tecnologia e aspectos da organização da produção. *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa: Colibri, 3-4 (1995-1996), p. 41-60

CARVALHO, A. F. (2003) - O Neolítico antigo no Arrife da Serra d'Aire. Um case-study da neolitização da Média e Alta Estremadura, In, *Trabalhos de Arqueologia 25 - Muita gente, poucas antas? Origens, espaços e contextos do Megalitismo. Actas do II Colóquio Internacional sobre Megalitismo*. 2003. 534 p.

CARVALHO, A. F.; CARDOSO, J. L. (2015) – Insights on the changing dynamics of cemetery use in the neolithic and chalcolithic of Southern Portugal Radiocarbon dating of lugar do canto cave Santarem. In, *SPAL, Revista de Prehistoria e Arqueologia*, 24.

CARVALHO A.M.G. (1994) – O Cenozóico continental a Norte da serra de Sintra: estudo tecno-sedimentar. Lisboa. Museu Nacional de História Natural. *Memórias de Geociências* 1.

CASTRO, L. A.; FERREIRA, O. V. (1959) – Vaso do tipo neolítico do Alto da Toupeira – Lousa. In *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958). Lisboa, vol. I, p.109-110.

CHOFFAT, PAUL (1907) - Exploitation souterraine de silex à Campolide aux temps préhistoriques. *O Archeólogo Português*. Lisboa. 12, p. 338–342.

CORREIA, V. (1914) – A exploração arqueológica da Serradas Mutelas. In *O Archeólogo Português*. Lisboa. série,19, p.264-269.

CUNHA, E. (2000) – Antropologia Física e Paleoantropologia em Portugal: Um balanço. *Arqueologia e História*. Lisboa *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 54, p. 261-272

DELGADO, J. F. N. (1884) – La grotte de Furninha a Peniche. In *Congres International d'Anthropologia et d'Archaologie Préhistorique*, 10º, Paris, 1889. Paris, p. 553-568

DINIZ, M.; GONÇALVEZ, V. S. (1993-94) – A actividade arqueológica em Portugal na 2ª metade do século XIX. *O Archeólogo Português*. Lisboa, 4ª série, 11-12, p. 176-187

DUARTE, C. (1998) – Necrópole Neolítica do Algar do Bom Santo: contexto cronológico e espaço funerário. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Instituto Português de Arqueologia, 1: 2, p. 107-118.

FABIÃO, C. (1989) – Para a História da Arqueologia em Portugal. *Penélope: Fazer e Desfazer História*. Lisboa, 2, p. 10-26.

FABIÃO, C. (1999) – Um Século de Arqueologia em Portugal – 1. *Al-Madan*, Almada, 2ª série, 8, p. 104-126.

HENRIQUES, F. J. R.; SOARES, A. M. M.; ANTÓNIO, T. F. A.; CURATE, F.; Pedro VALÉRIO, P.; ROSA, S. P. (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. *Actas del VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular, Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, Spain, Editors: J. Jimenez Ávila, M. Bustamante, M. Garcia Cabezas*, p.319-355.

FERREIRA, O. da V. (1953) - O monumento pré-histórico de Agualva (Cacém). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 145-166.

FERREIRA, O. da V.; ZBYSZEWSKI, G.; VIANA, A. (1957) - A gruta pré-histórica da Ponte da Laje (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 37, 2, p. 389-402.

FERREIRA, O. da V. (1959) - Inventário dos monumentos dos arredores de Lisboa. In *1º Congresso Nacional de Arqueologia. Actas e Memórias*. (Lisboa, 1958). Lisboa: Junta Nacional de Educação, 1, p. 215-216.

FERREIRA, O. da V. (1970) - Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Torres Vedras). *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*. Lisboa. p. 117-187.

FERREIRA, A. B. (2005b) – Geomorfologia das Bacias Sedimentares. C.MEDEIROS (coord.) – *Geografia de Portugal*, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, vol.1, p. 103-120.

- FITZPATRICK, A., P. (2011) – The Amesbury Archer and the Boscombe Bowmen. *Wessex Archeological Report*, 27. 625 p.
- FLORES, A. F.; SANJUAN, L. G.; BONILLA, M. D. Z. (2016) - *Montelirio: Un gran monumento megalítico de la Edad del Cobre*. Seville: Junta de Andalucía; 553 p.
- FRANÇA, J. C.; FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Samarra (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 39, p. 61-86 il.
- GALLAY, G.; SPINDLER, K.; TRINDADE, L.; FERREIRA, O. V. (1973) – O monumento pré-histórico de Pai Mogo (Lourinhã). Lisboa: *Associação dos Arqueólogos Portugueses*, 170 il.
- GONÇALVES, J. L. M. (1992) – Grutas artificiais da Quinta das Lapas (Monte Redondo, Torres Vedras). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 9-10, p. 247-276.
- GONÇALVES, J. L. (1982/3) – Monumento pré-histórico da Praia das Maças (Sintra). Notícia preliminar. *Sintria*, I-II (1): 29-58.
- GONÇALVES, J. L. (1990-1992) – Olelas e Pragança. Duas fortificações calcolíticas da Estremadura. In *O Arqueólogo Português*, Série IV, 8/10, p. 31-40.
- GONÇALVES, J. L. (1997) – O Povoado de Olelas (Sintra). Breve notícia sobre materiais e datações. In, *Setubal Arqueológica*, Vols. 11-12, p. 221-223.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – O Castro da Rotura e o vaso Campaniforme. Setúbal: *Junta Distrital*.
- GONÇALVES, V. S. (1978) – Para um programa de estudo do Neolítico em Portugal. *Zephyrus*. Salamanca, 28-29, p. 147-162.
- GONÇALVES, V. S. (1980) – Estácio da Veiga: um programa para a instituição dos estudos arqueológicos em Portugal. 1880-1891. Lisboa: *História e Crítica*.

GONÇALVES, V. S. (1988-89) – A ocupação pré-histórica do Monte Novo dos Albardeiros (Reguengos de Monsaraz). *Portugalia*. Porto N.Série:IX-X,p. 49-82.

GONÇALVES, V. S. (1989) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental*. Lisboa: INIC/UNIARQ, 1989. 2 vol.

GONÇALVES, V. S. (2003) – *Sítios, Horizontes e Artefactos: Leituras Críticas de Realidades Perdidas*. Cascais. 2ª edição, revista e aumentada, 380 p.

GONÇALVES, V. S. (Coord) (2005a) – *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal, 221 p.

GONÇALVES, V. S. (2005b) – Cascais há 5000 mil anos. Tempos, símbolos e espaços da Morte das antigas Sociedades Camponesas. In GONÇALVES, V. S. (coord.) - *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal, p. 63-195.

GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3º Milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no centro e sul de Portugal. In *Actas el IV Congresso del Neolítico Peninsular*, Tomo 2, pps. 111-120.

GONÇALVES, V. S. (2008a) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais): Uma revisão e algumas novidades*. Cascais: Câmara Municipal (CTA: Cascais Tempos Antigos).

GONÇALVES, V. S., ed. (2017) – *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica. estudos & memórias 10*. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. 364 p.

GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.R. (1974/77) – Considerações sobre o espólio neolítico da Gruta dos Carrascos (Monsanto, Alcanena). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III. 7-9, p. 49-87.

GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2004) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.<sup>a</sup> série, 22, p. 113-162.

GONÇALVES, V. S. e SOUSA, A. C. (2006): Algumas breves reflexões sobre quatro datas 14c para o Castro da Rotura e o 3º milénio nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português* S.4: 24: 233-266.

GUERRA DOCE, E.; DELIBES DE CASTRO, G.; ABARQUERO MORAS, F. J.; DEL VAL RECIO, J.; PALOMINO LÁZARO, Á. L. (2011) – The Beaker Salt Production Centre of Molino Sanchón II, Zamora, Spain. *Antiquity*. 85: 329, p. 805-818.

GUERRA DOCE, E. (2016) – Salt and Beakers in the third millennium BC. In GUERRA DOCE, E.; LIESAU VON LETTOW-VORBECK, C. (eds.), *Analysis of the Economic Foundations supporting the Social Supremacy of the Beaker Groups, Proceeding of the XVII UISPP World Congress* (1-7 September, Burgos, Spain). Volume 6:Session B36. Oxford: Archeopress Archaeology, p. 95-110.

GUERRA DOCE, E. (2017) – “La Sal y el campaniforme en la Península Ibérica: Fuente de riqueza, instrumento de poder y detonante del origen del estilo marítimo?”. In, *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica. estudos & memórias 10*. Lisboa: UNIARQ/ FL-UL. Pps. 343-353.

HARPSÖE, C. H.; RAMOS, M. F. (1987) – Gruta dos Penedos (Ponte de Lousa). *Arqueologia*. Porto, 15, p. 140-143.

HELENO, M. (1933) – Grutas artificiais do Tojal de Vila Chã (Carenque). Lisboa. *Comunicação feita ao congresso Luso-Espanhol de 1932*.

HELENO, M. (1942a) – Gruta artificial da Ermegeira. *Ethnos*. Lisboa, 2, p. 449-459 il.

HELENO, M. (1942b) – O Problema da origem das lúnulas. *Ethnos*. Lisboa, 2, p. 464-467.

HELENO, M. (1956) – Um quarto de século de investigação arqueológica. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, 2ª série, p. 221-237.

HOPF, M. (1981) – Pflanzliche reste aus Zambujal. In E. SANGMEISTER & H. SCHUBART – *Zambujal, die grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern, vol. 1, p. 315-340.

IGNACIO, C. C.; MAZZUCCO, N.; SOARES, J. (2014) - Instrumentos para siega y procesado de plantas desde el Calcolítico al Bronce antiguo de Chibanes (Palmela, Portugal), In, *Trabajos de Prehistoria*, Vol 71, No 2.

JORDÃO, P., MENDES, P. (2000) – As grutas da Ribeira de Crastos (Caldas da Rainha): reinterpretação de um sítio. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 18, 4ª série, p. 11-60.

JUNGENS, S. SANGMEISTER, E.; SCHRODER, M (1974) – Kupfer und Bronze in der Frhuen metalzeit europa. *Studien zu den Abfangen der Metallurgie*.4.Berlin

KUNST, M., TRINDADE, L. (1990) – Zur Besiedlungsgeschichte des Sizandrotals: Ergebnisse aus der Künstenforschung. *Madri der Mitteilungen* 31: 34-83.

KUNST, M. (1975) - Zambujal. Glochenbecher und Kerbblattvertziste Ceramic aus der Grabungen 1964 bis 1973. *Madri der Beiträge*. Mainz am Rhein: Philipp Von Zabern, 5 (2).

KUNST, M. (1987) - *Zambujal Glochenbecher und Kerbblattverzierte Keramik aus der Grabungen 1964 bis 1967*. Mainz aus Rhein. Madrid: Deutsch Archaeologisches Institut, 2 vols.

KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico na Estremadura Portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, vol. 6, p. 257-287.

KUNST, M. (2005) – Bell Beakers in Portugal: A short summary. ROJO GUERRA, M.; GARRIDO PENA, R.; Garcia Martinez de Lagrán, I., (eds.) (2005) – *El Campaniforme en la*

*Península Ibérica y su contexto europeo*. Valladolid: Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Cultural.

KUNST, M. (2006) – Zambujal and the Enclosures of the Iberian Peninsula. HARDING, A.; SIEVERS, S. ; VENCLOVÁ, N., ed. lit. - *Enclosing the past : inside and outside in prehistory*. Sheffield : J. R. Collis, 2006. (Sheffield Archaeological Monographs ; 15). p. 76-96.

KUNST, M. (2010) – Zambujal. A dinâmica da sequência construtiva. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C: (eds.) – *Transformação e Mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénio a.n.e.*. Cascais: Câmara Municipal (Cascais Tempos Antigos, 2), p. 123-145.

LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V.; ZBYZSWESKI, G. (1984) – The Prehistoric Burial Cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In GUILAINE, J. – *L'Âge du Cuivre européen: Civilisations à vases campaniformes*. Paris: CNRS, p. 221-239.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1943) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Suden*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 1.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – Antas do concelho de Reguengos de Monsaraz: Lisboa: *UNIARCH*, 2ª edição, Reprodução do original de 1951.

LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Gruyter Co., vol. 2.

LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Suden*. Berlin: Walter de Gruyter Co., vol. 3, Text and Tafeln.

LEISNER, V.; ZBYZSWESKI, G.; FERREIRA, O. V. (1961) – Les grottes artificielles de Casal do Pardo (Palmela) et la culture du vase campaniforme. Lisboa: *Serviços Geológicos de Portugal*. (Memória, Nova série; 8).

LEISNER, V.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1964) – Grutas artificiais de São Pedro do Estoril. Lisboa: *Fundação Calouste Gulbenkian*.

LEISNER, V.; ZBYSZWESKI, G.; FERREIRA, O. V. (1969) – Les monuments préhistoriques de Praia das Maças et de Casaínhos. Lisboa: *Serviços Geológicos de Portugal*. (Memória, nova Série; 16).

LEITÃO, M.; NORTH, T.; FERREIRA, O. da V. (1973) - O povoado pré-histórico da Serra da Espargueira (Belas). In *Actas das II Jornadas Arqueológicas*. Lisboa: Associação de Arqueólogos Portugueses. 1, p. 143-158.

LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; FERREIRA, O. V.; ZBYSZWESKI, G. (1987) – A gruta pré-histórica do Lugar do Canto, Valverde, Alcanede. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 4ª série, 5, p. 37-65.

LEITÃO, V. (2004) – Assentar a primeira pedra: As primeiras Comissões Geológicas portuguesas (1848-1868). *Dissertação de Doutoramento*. Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Nova de Lisboa. Policopiado.

LILIOS, K. T.; WATERMAN, A. J.; ARTZ, J. A.; JOSEPHS, R. L. (2010) – The Neolithic-Early Bronze Age mortuary rockshelter of Bolores, Torres Vedras, Portugal: Results from the 2007 and 2008 excavations. *Journal of Field Archaeology* 35 (1): 1-14.

LILIOS, K. T.; ARTZ, J. A.; WATERMAN, A. J.; MACK, J.; THOMAS, J. T.; TRINDADE, L.; LUNA, I. (2014) – The rock cut tomb of Bolores (Torres Vedras): an interdisciplinary approach to understanding the social landscape of the Late Neolithic/Copper Age of the Iberian Peninsula. *Trabajos de Prehistoria* 71 (2): 282-304.

LOPES-DORIGA, I. L.; SIMÕES, T. (2011) - Los cultivos del Neolítico Antiguo de Sintra: Lapiás das Lameiras y São Pedro de Canaferrim: resultados preliminares. *Actas do 5º Congresso do Neolítico Peninsular*, p. 96-105.

MANEN, C.; SALANOVA, L. (2010) – Les impressions de coquilles marines a front dente dans le decors de ceramiques neolithic. *Premières sociétés paysannes de Méditerranée occidentale*

*Structures des productions céramiques* sob direcção de Claire MANEN, Fabien CONVERTINI, Didier BINDER et Ingrid SÉNÉPART.

MARTINS, A. (2004) – As Bacias sedimentares do Baixo Tejo e do Sado. In, FEIO; M.; DAVEAU, S. – Relevo de Portugal: Grandes unidades regionais. Coimbra: *Associação Portuguesa de Geomorfólogos*, p. 49-60.

MARTINS, A. C. (2003) – Possidónio da Silva 1806-1896 e o elogio da Memória: Um percurso na Arqueologia de oitocentos. Lisboa: *Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Arqueologia & História Monografias.

MARQUES GONÇALVES, J. L. (1997): Olelas e Pragança: duas fortificações calcolíticas da Estremadura, *O Arqueólogo Português* S4 8-10, p. 31-40.

MATALOTO, R., ANDRADE, M. A., PEREIRA, A. (2017) – O megalitismo das pequenas antas: Novos dados para um velho problema. *Estudos arqueológicos de Oeiras*, Oeiras, 23, p. 33-156.

MELO, O. C.; FERREIRA, A. R.; LEISNER, V.; FERREIRA, O. da V. (1961) - Monumentos megalíticos de Trigache e A-da-Beja. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 297-338.

MELO, O. C.; FERREIRA, O. da V.; PEREIRA, O. A.; FORTUNA, V.; ROCHE, J.; FRANÇA, J. C. (1961) - O monumento pré-histórico da Bela Vista (Colares). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 45, p. 237-249.

MOLINA, C. M.; SANJUAN, L. G.; CUCARELLA, J. P.; WHEATLEY, D. W. (2013) - Las estructuras de la Edad del Cobre del Sector PP4-Montelirio del sitio arqueológico de Valencina de la Concepción-Castilleja de Guzmán (Sevilla), In, *El Asentamiento Prehistórico de Valencina de la Concepción (Sevilla): Investigación y Tutela en el 150 Aniversario del Descubrimiento de La Pastora*.

MULLER, R.; CARDOSO, J. L. (2008) – The origin and use of copper at the chalcolithic fortification of Leceia (Oeiras, Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Wiesbaden. 49 (2008) 64-93.

NOGUEIRA, A. M. (1931) – Estação pré-histórica de Olelas. Elementos para o seu estudo. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa, 17, p. 105-124 il. Separata de 1933.

OBERMAIER, H. (1919) – El dolmen de Matarrubilla (Sevilla). Madrid: *Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas*.

OBERMAIER, H. (1920) – Die Dolmen Spaniens. Wien: *Ferninand Berger*.

OBERMAIER, H. (1924) – El dolmen de Soto (Trigueros, Huelva). Madrid: Fototipia de Hauser y Menet. Versão facsimilada In CABRERO GARCÍA, R. (1993) – *Aproximación al Megalitismo onubense*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva.

OBERMAIER, H. (1925) – El Hombre fósil. Madrid: *Museo Nacional de Ciências Naturales*. 2ª edição revista e ampliada.

OBERMAIER, H. (1932) – El hombre prehistorico y los origenes de la humanidad. Madrid: *Revista Occidente*.

OLIVEIRA, F. P. (1884) – Note sur les ossements humains qui se trouve dans le musée de la section géologique de Lisbonne. In *Congres International d'Anthropologie et d'Archaeologie Préhistorique*, 9º, Lisboa, 1880 – Compte rendue. Lisbonne, p. 291-305, il.

OLIVEIRA, F. P. (1886) – Les ossements humains du Musée Géologique a Lisbonne. In *Cartailhac, E. – Les âges préhistoriques de l'Espagne et du Portugal*. Paris: Ch. Reinwald, p. 305 321, il.

OLIVEIRA, F. P. (1889) – Note sur les ossements humaines existant dans le Musée de la Comission des Travaux Geologiques. *Comunicações da Comissão de Trabalhos Geológicos*. Lisboa, 2, p. 57-81.

OLIVEIRA, A., BRANDÃO, J. V. (1969) – Descoberta de restos de uma provável gruta artificial em Liceia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa 3ª série, p. 287-290.

PAÇO, A. (1955) – Necrópole de Alapraia. *Anais da Academia Portuguesa de História*. 2ª série, 6, p. 21-140.

PEREIRA (1909) - Processo oficial do monumento pré-histórico do Monte da Pena (Torres Vedras), *O arqueólogo Português*, Vol 2.

PEREIRA, F.; SILVA, R.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F. (2012) – Estudo arqueometalúrgico de artefactos provenientes do Castro de Vila Nova de São Pedro (Azambuja, Portugal). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 19, Oeiras, p. 163 - 172 .

RADISH, M. C. (1991) – A sivicultura em Portugal no século XIX. *Ler História*, Lisboa, 22, p. 53-73.

RIBEIRO, C. (1880) – Estudos Prehistoricos em Portugal: Notícia de algumas estações e monumentos prehistoricos. II – *Monumentos megalithicos das visinhanças de Bellas*. Lisboa: Typographia da Academia.

RIBEIRO, O. (1991) – *Portugal: O Mediterrâneo e o Atlântico*. 6ª edição. Lisboa. Sá da Costa.

RIOS, P.; LIESAU, C. (2011) - Yacimientos calcolíticos con campaniforme de la región de Madrid: nuevos estudios , VIII4 Elementos de adorno simbólicos y colorantes en contextos funerarios y singulares, In, *Patrimonio Arqueologico de Madrid/6*.

ROCHE, I.; FERREIRA, O . V. (1975) – La station de Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 59, p. 253-263.

RUSSO, R.; SOUSA, A. C. (2017) – A pedra lascada nos *tholoi* do Alentejo interior: *notas preliminares de casos de estudo*. ARNAUD, J. M. & MARTINS, A. (coords.) – Arqueologia em

Portugal. 2017 – Estado da Questão. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 705-722.

SALVADO, M. C. (1999) – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa : as colecções do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia, 1999. *Dissertação de Mestrado em Pré-história*, orientada pelo Professor Doutor Victor dos Santos Gonçalves e apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

SALVADO, M. C. (2004) – Apontamentos sobre a utilização do osso no Neolítico e Calcolítico da Península de Lisboa : as colecções do Museu Nacional de Arqueologia. Lisboa : Museu Nacional de Arqueologia, 2004. *O Arqueólogo Português*. Suplemento ; 2.

SALVADO, M. C. & CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Análise de alguns fragmentos de artefactos em haste de cervídeo do povoado pré-histórico de Leceia: cabos e caixas. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 49-76.

SANGMEISTER, E. (1963) – La civilisation de vase campaniforme. In *actes du premier Colloque Atlantique*, Brest.

SILVA, A. M. (2002) – Antropologia funerária e Paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final/Calcolítico. *PhD thesis*. Departamento de Antropologia FCTUC, Universidade de Coimbra, Coimbra.

SILVA, A. M. (2003a) – Portuguese Populations of the Late Neolithic and Chalcolithic Periods exhumed from collective burials: an overview. *Anthropologie* 51, 1-2: 55-64.

SILVA, A. M. (2012) – Antropologia funerária e Paleobiologia das populações portuguesas (litorais) do Neolítico final/Calcolítico. Textos Universitários. *Fundação Calouste Gulbenkian*, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Lisboa.

SILVA, A. M.; FERREIRA, M. T. (2006) – Praia da Samarra: análise antropológica dos restos ósseos humanos depositados no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 9: 2, p. 157-159

SILVA, A. M.; FERREIRA, M. T. (2007) – Os ossos esquecidos da Praia das Maças. Análise antropológica da amostra óssea do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. *Conimbriga*. Coimbra, 46, p. 5-26.

SILVA, C. T. (2014) – O Castro de Chibanes (Palmela) e o tempo social do III milénio BC na Estremadura. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15. p. 105-172.

SILVA, C. T. (2017) – Entre os estuários do Tejo e do Sado na 2ª metade do III milénio BC: O fenómeno Campaniforme. In, GONÇALVES, V. S. – *Sinos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: UNIARQ. Coleção Estudos e Memórias.

SIMÕES, T. (1999) – O sítio Neolítico de São Pedro do Canaferrim. Contribuições para o estudo da Neolitização da península de Lisboa. *Trabalhos de arqueologia*, Lisboa, 12, 247 p.

SOARES, A. J. M. (2005) – A metalurgia de Vila Nova de São Pedro : algumas reflexões. In ARNAUD, J ; FERNANDES, C. - *As colecções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa : Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2005. p. 179-188.

SOARES, J.; SILVA, C. T. (1974-1977) – O grupo Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3. 79. p. 101-112.

SOARES, A. M. M., SOARES, J., SILVA C. T. (2007) – A datação por radiocarbono do Porto das Carretas: algumas considerações sobre a cronologia campaniforme. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 10, número 2,p. 127-132.

SOARES, A. M. M.; VALÉRIO, P. (2016) - A Evolução da Metalurgia durante a Pré-História no Sudoeste Português. In, *Terra e Água. Escolher Sementes, Invocar a Deusa. Livro em Homenagem a Victor S. Gonçalves, Estudos e Memórias*, 9. Lisboa: UNIARQ, p. 341-358.

SOUSA, A. C. (1998) – O Neolítico Final e o Calcolítico na área da ribeira de Cheleiros. *Trabalhos de Arqueologia*, 11. Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, 275 p.

SOUSA, A. C. (2004) – A necrópole do Neolítico final de Pragais, Porto de Mós: velhos dados, novas leituras. In: *Arqueologia: coleções de Francisco Tavares Proença Júnior*. Castelo Branco: Instituto Português de Museus, p. 90-111.

SOUSA, A.C. (2010): O Penedo do Lexim (Mafra) na sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa. *Tese de doutoramento policopiada apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*.

SOUSA, A. C. (2016), Megalitismo e Metalurgia. Os Tholoi do Centro e Sul de Portugal, pp. 209, in *Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos e & memórias* 9. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 624 p.

SOUSA, A. C. (2017) – Os tempos do Neolítico na região de Lisboa: O Povoamento. In, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 2016/2017, p. 459-518).

SOUSA, A.C.; GONÇALVES. V. S. (2011) - Gathering, stocking and knapping flint during the portuguese Chalcolithic: The Casal Barril file. In *Flint mining and quarrying techniques in Pre and Protohistoric times. The 2nd Internation conference of the UISPP Commission*. BAR. p. 157-169.

SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S. (2012) – In and Out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no centro e sul de Portugal no 3º milénio a.n.e.. Congrès Internacional Xarxes al Neolitic – neolithic networks Rubricatum. *Revista del Museu de Gavà*, 5, 2012. p.383-392.

SOUSA, A. C.; VALÉRIO, P.; ARAÚJO, M. F. (2004) – Metalurgia Antiga do Penedo do Lexim (Mafra): Calcolítico e Idade do Bronze. In *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, número 2, p. 97-117.

SOUSA, A. C.; CARVALHO, A.; VIEGAS, C., eds. (2016) – Terra e Água. Escolher sementes, invocar a Deusa. *Estudos em Homenagem a Victor S. Gonçalves. Estudos & memórias* 9. Lisboa: UNIARQ/FL-UL. 624 p.

TERESO, J.; NEVES, C.; GASPAR, R.; ALDEIAS, V.; DUARTE, C.; GONÇALVEZ, D.; NETO, F.; PINHEIRO, V. (2006) – A necrópole da gruta de Rio Seco (Alcobaça): Dados da primeira intervenção. In *Actas do IV Congresso de Arqueologia Peninsular: Simbolismo, Arte e Espaços Sagrados na Pré-história da Península Ibérica*. Faro: Universidade de Faro, p. 89-109. (Promontoria Monográfica; 5).

TOMÉ, TIAGO P. F.; SILVA, A. M. G. (2011) – “Práticas funerárias na Pré-História Recente do Alto Ribatejo: Ponto da Situação”. *Trabalho apresentado em 1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo*, in 1º Congresso de Arqueologia do Alto Ribatejo – Homenagem a José da Silba Gomes, Vila Nova da Barquinha.

VAGUEIRO, C. S. D. O. (2016) – A gruta artificial das Lapas (Torres Novas). Contributo para o conhecimento das práticas funerárias dos 4º e 3º milénios a.n.e. na Estremadura Portuguesa. *Tese de mestrado* apresentada na Faculdade de Letras de Lisboa.

VALERA, A.; SOARES, A. M.; COELHO, M. (2008) – Primeiras datas de radiocarbono para a necrópole de hipogeus da [Sobreira] de Cima (Vidigueira, Beja). *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa: NIA, 2, p. 27-30. Revista em linha [http://www.nia-ra.org/component/option,com\\_docman/task,cat\\_view/gid,32/Itemid,55/](http://www.nia-ra.org/component/option,com_docman/task,cat_view/gid,32/Itemid,55/).

VALERA, A. C. (2010) – Gestão da Morte no 3.º Milénio a.C. no Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): um Primeiro Contributo para a sua espacialidade. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa, 5, p.57-62.

VALERA, A. C.; SANTOS, H.; FIGUEIREDO, M.; GRANJA, R. (2013) – Contextos funerários na Periferia do Porto Torrão: Cardim 6 e Carrascal 2. In *4. Colóquio de Arqueologia do Alqueva. O Plano de Rega (2002-2010)*. Évora: DRACALEN, p.83-95.

VALENTE, A. (2006) – Cerâmicas com bordos denteados no Povoado de Vale de Lobos (Sintra). *Mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*.

VAULTIER, M.; ROCHE, J.; FERREIRA, O. V. (1959) – Novas escavações na gruta da Ponte da Laje (Oeiras). In Congresso Nacional de Arqueologia, 1º, Lisboa, 1958 – *Actas e memórias*. Lisboa, vol. 1, p. 111-115 il.

VILAÇA, R., CARDOSO, J. L. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final, Territórios comparados: los vales de Guadalquivir; el Guadiana e el Tajo en época tartésica. *Reunión científica*, Mérida (Badajoz, España), 3-4 diciembre de 2015. eds. Sebastián Celestino Pérez Esther Rodríguez González, 2017, pps. 237-282.

ZILHÃO, J. (1987) – Bolores (Torres Vedras). *Informação Arqueológica* 8: 54-55.

ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. V. (1958) – Estação pré-histórica da Penha Verde (Sintra). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 39, p. 37-57.

ZBYSZWESKI, G.; VIANA, A.; FERREIRA, O. V. (1972) – A gruta pré-histórica da Ponte da Laje (Oeiras). *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa, 38 (2), p. 389-402 il.

ZBYSZWESKI, G. (1963) – A importância das grutas em Pré-história. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa, 71: 1-6, p.31-50.

ZBYSWESKI, G.; FERREIRA, O. V.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. e NORTON, J. (1981) – As Jóias áuríferas da gruta pré-histórica da Verdelha dos Ruivos (Vialonga-Portugal). In, *Zephyrus*, pps. 113-119.